



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 17

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 5 DE MARÇO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

DESTINADAS A APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de março, 12, 13, 14, 26, 27 e 28 de abril, 3 e 4 de maio do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 2 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÕES CONJUNTAS

Dia 22 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.184-D-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências.

Dia 23 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.513-65 na Câmara e nº 142165 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-A-65 na Câmara e nº 27-63 no Senado, que regula o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 813-E-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção do simposos de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-D-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimos e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Dia 24 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Dia 29 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.208-65 na Câmara e nº 263-65 no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-65 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações); — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.035-65 na Câmara e .. nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Dia 30 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

Dia 31 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada.

Dias 12 e 13 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Dia 14 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA".

Dias 26 e 27 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.033-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64.

Dia 28 de abril: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.5000.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes"; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

Dia 3 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, 1968 e dá outras providências.

Dia 4 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização ao funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-66 na Câmara e nº 11-64 no Senado que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 230-65 no Senado que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966.

SENADO FEDERAL

ATA DA 3ª SESSÃO, EM 4 DE MARÇO DE 1966

4ª Sessão Legislativa da
5ª Legislatura

RESIDÊNCIA DO SR. CATTETE
PINHEIRO

As 14h 30m acham-se presentes
os Srs. Senadores:

Adalberto Sena,
Oscar Passos,
Edmundo Levi,
Cattete Pinheiro,
Lobão da Silveira,
Menezes Pimentel,
Wilson Gonçalves,
Dinarte Mariz,
Manoel Vilaga,
Ruy Carneiro,
Argemiro de Figueiredo,
Domício Gondim,

Pessoa de Queiroz,
Ermirio de Moraes,
Silvestre Péricies,
Heribaldo Vieira,
Julio Leite,
José Leite,

Aloysio de Carvalho,
Josaphat Marinho,
Eurico Rezende,

Aurélio Vianna,
Pedro Ludovico,
Bezerra Neto,
Adolpho Franco,
Atílio Fontana,
Guido Mondin,
Gay da Fonseca (27).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de
presença acusa o comparecimento dos
Srs. Senadores. Havendo número le-
gal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o se-
guinte:

EXPEDIENTE
MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República,
nos seguintes termos:

Mensagem nº 6, de 1966

(Nº 28. NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Mem-
bros do Senado Federal:

Em cumprimento ao disposto no art.
93, item I e 103 da Constituição, te-
nho a honra de submeter à aprovação
do Senado Federal o nome do Doutor
Henoch da Silva Reis para exercer o
cargo de Ministro do Tribunal Federal
de Recursos, em vaga criada pelo art.
6º do Ato Institucional nº 2, de 27 de
outubro de 1965.

Como se verifica do anexo "curri-
culum vitae", o indicado preenche to-
dos os requisitos legais para a inves-
titura, uma vez que tem revelado em

intensa atividade jurídica, notável sa-
lutar reputação ilibada.

Brasília, 3 de março de 1966. —
H. CASTELLO BRANCO

CURRICULUM VITAE
PROFESSOR HENOCH
DA SILVA REIS

1 — Nascido em Manacapuru, no Es-
tado do Amazonas, no dia 9 de feve-
reiro de 1907, sendo seus pais o Ci-
dadão Lázaro da Silva Reis e Senhora
Maria Agra Reis.

2 — Em Manacapuru, no Grupo Es-
colar "Carlos Pinho", fez o Curso pri-
mário, após o que transportou-se para
Manaus, onde, no Colégio Estadual,
ao tempo Ginásio "Dom Pedro II",
fez o Curso secundário.

Curso universitário: Faculdade de
Direito do Amazonas, colando grau no
dia 27 de dezembro de 1941. Foi o
Orador Oficial da Turma.

3 — Cargos, funções ou atividades
que exerceu:

Exerceu o cargo de Redator-Secre-
tário do matutino "Jornal do Comér-
cio".

Exerceu igualmente, em Manaus, o
cargo de Promotor de Justiça, substi-
tuto.

Exerceu, ainda, contratado, o cargo
de Professor de Economia Política da
Faculdade de Direito do Amazonas, no
período de agosto de 1942 a fevereiro
de 1943.

Eleito Prefeito Municipal de Mana-
capuru, encontrou-se no desempenho
desse Mandato no período de 1 de
março de 1943 a 1 de março de 1946.

No período de 1946-1947, exerceu as
funções do cargo de Membro do Con-
selho Administrativo do Estado do
Amazonas. É Professor da cadeira de
Direito Constitucional da Faculdade
de Direito do Amazonas, a contar do
dia 13 de junho de 1951, havendo, em
setembro de 1955, prestado concurso
para essa carreira, datando de dezem-
bro do mesmo ano, sua nomeação pa-
ra Catedrático da mencionada cadeira.

Colou grau em Doutor em Direito,
no ano de 1956.

É Professor de Economia Social e
Direito Social da Escola do Serviço
Social de Manaus, e Professor de Éti-
ca da Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras da Universidade do Amazo-
nas.

É Membro do Instituto dos Advoga-
dos do Brasil, Seção do Amazonas, e,
ainda, do Instituto de Direito Social
de Manaus, filiado ao de São Paulo,
e, também, da Associação Amazonen-
se de Professores.

Exerce o cargo de Juiz do Trabalho,
Presidente da Primeira Junta de Con-
ciliação e Julgamento de Manaus, Oit-
ava Região do Trabalho, desde 1949
(interino), e, desde março de 1954, Ma-
gistrado Vitalício, em virtude de con-
curso prestado perante o Tribunal Re-
gional do Trabalho da Oitava Região,
em Belém, Estado do Pará.

Funcionou como Membro do Tribu-
nal Regional do Trabalho da Oitava
Região, em julho de 1961, em virtude
de convocação especial.

Eleito para a Academia Amazonen-
se de Letras, ainda não assumiu.

4 — Publicou os seguintes traba-
lhos:

"Ao Sair do Templo", discurso de
formatura em Direito; "Intervenção
Federal", tese de concurso para Pro-
fessor de Direito Constitucional, da
Faculdade de Direito do Amazonas;
"Instituições Políticas Inglesas"; "A
Constituição Imperial do Brasil"; "O

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 123,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 30,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as
assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses
ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de
esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência
à remessa por meio de cheque ou vale postal, omitidos a favor do
Tosoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos
aos assinantes somente mediante solicitação.

Direito Social e as Constituições Bra-
sileiras"; "Prefácio" à Constituição
do Estado do Amazonas; "Parlame-
ntarismo e Presidencialismo"; e "Te-
mas de Direito Constitucional e Di-
reito Social."

A Comissão de Constituição e
Justiça.

O SR. PRESIDENTE

(Cattete Pinheiro) — A Presidência
deferiu, hoje, os seguintes requeri-
mentos de informações, apresentados
ontem: Nº 80, do Sr. Gilberto Mari-
nho, ao Ministro da Fazenda; Núme-
ro 81, do Sr. Cattete Pinheiro, ao Mi-
nistro da Viação e Obras Públicas.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE.

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Se-
cretário vai proceder à leitura de pro-
jeto de lei.

É lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado
Nº 3, de 1966

Confere atribuições exclusivas ao In-
stituto Brasileiro de Reforma Agrá-
ria (IBRA) para venda de imóveis
rurais da União desde que destina-
dos a atividade agro-pecuária, e dá
outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todos os imóveis rurais per-
tencentes à União, desde que destina-
dos à atividade agro-pecuária, sômen-
te podem ser concedidos por venda ou
outra forma de alienação, aos ocupan-
tes, através do Instituto Brasileiro de
Reforma Agrária (IBRA).

Art. 2º Para os fins previstos no
art. 11 da Lei nº 4.504, de 30 de no-
vembro de 1964 (Estatuto da Terra),
o Serviço de Patrimônio da União,
dentro de 90 (noventa) dias a contar

da publicação da presente lei, reme-
terà ao IBRA todos os processos ain-
da não ultimados de pedidos de afo-
ramento de terras públicas.

Art. 3º Incluem-se entre os proces-
sos de que trata o artigo segundo os
referentes aos chamados terrenos do
marinha e as terras localizadas ao
longo da fronteira do Brasil com pa-
íses estrangeiros, desde que destinados
pelos seus ocupantes ou pretendentes
ao aproveitamento agro-pecuário.

Art. 4º Compete ao IBRA conver-
ter os referidos processos de afo-
ramento em venda definitiva da respec-
tiva área, desde que destinada às at-
vidades da agricultura ou criação, de
modo que o Poder Público cumpra o
seu dever de promover e criar as con-
dições de acesso do trabalhador rural
à propriedade de terra econômica-
mente útil, de preferência, nas regiões
onde habita, somente desta aquisição
excluído em casos especiais, e zonas
para que a propriedade da terra de-
sempeñe sua função social, tal como
determinam os artigos 2º e 10 do Es-
tatuto da Terra.

Art. 5º O IBRA poderá ouvir pré-
viamente a Comissão Especial da Fai-
xa de Fronteiras, órgão do Conselho
de Segurança Nacional, do processo
de alienação do lote de terras desde
que o mesmo se situe na faixa pre-
vista no Decreto-lei nº 7.724, de 10
de julho de 1945 e legislação corre-
lata.

Art. 6º No desempenho das atribui-
ções previstas no artigo 4º desta lei,
o IBRA submeterá à prévia audien-
cia:

a) dos Ministérios da Guerra, por
intermédio dos comandos das Regiões
Militares; da Marinha, por intermê-
dio das Capitânias dos Portos; da
Aeronáutica, por intermédio dos co-
mandos das Zonas Aéreas, quando o
tratar de área situada dentro da fai-
xa de fronteiras, da faixa de 100

coem) metros ao longo da costa marítima ou de uma circunferência de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros de raio em torno das fortificações e estabelecimentos militares;

b) das Prefeituras Municipais, quando se tratar de terreno situado em zona que esteja sendo urbanizada.

§ 1º A consulta versará sobre zona determinada, devidamente caracterizada.

§ 2º Os órgãos consultados deverão se pronunciar dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da consulta, prazo que poderá ser prorrogado por outros 30 (trinta) dias, quando solicitado, importando, o silêncio em assentimento à alienação.

Art. 7º Para que não seja considerado latifúndio o imóvel rural, ainda que do domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública, é indispensável que esse tombamento seja submetido, dentro de 60 (sessenta) dias de sua última publicação, ao julgamento do ITR.

Art. 8º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, deverá ser regulamentada a presente lei, pelo Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de março de 1964. — Senador Vicente Bezerra Neto.

Justificação

1. A partir do Decreto-lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, segundo dos Decretos-leis ns. 1.968, de 17.1.40, 2.610, de 20.9.40, 7.724, de 10.7.45, 9.760, de 5.9.46 e Lei nº 2.597, de 12.9.55, passaram ao domínio da União em terras públicas localizadas numa faixa da fronteira do Brasil com os países estrangeiros. No caso de aquisição das áreas ou lotes pelos respectivos ocupantes ou pretendentes o interessado deve requerer ao Serviço de Patrimônio da União o aforamento para Estados como Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Pará e até o Rio Grande do Sul, o advento das novas disposições, em 1939, coincidiu com o crescimento da procura, para exploração agro-pastoril, de terras na área, e existirem, como em Mato Grosso e Paraná, milhares de hectares de terras devolutas. Os Estados perderam o direito de dispor das terras que até então lhes pertenciam, após a proclamação da República, e os interessados, muitas centenas, hoje se contam bateram e continuam batendo, inutilmente, com seus pedidos de enfiteuse ao S. P. U. Não foi despachado nenhum processo, e muitos deles datam de mais de vinte anos. Uma verdadeira demonstração de irresponsabilidade daquele serviço público, privando ocupantes e beneficiadores das glebas, brasileiras que projetam os objetivos patrios na vizinhança de outros países, da aquisição de um título de domínio, não somente para garantia de seu patrimônio e do produto de seu sacrifício, mas, ainda, para poder aceder aos estabelecimentos de crédito oficial.

2. Entendemos que o advento do Estatuto da Terra, Lei nº 4.304, de 30 de novembro de 1964, aboliu o impasse, pois o seu artigo nono e determinativo, peremptório:

“Dentre as terras públicas terão prioridade, subordinando-se aos fins previstos nesta Lei, as seguintes:

I — as de propriedade da União, que não tenham outra destinação específica;

II — as reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras de qual-

quer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considere sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola;

III — as devolutas da União, dos Estados e dos Municípios (grifo nosso). ”

3. Esse mesmo Estatuto, para acabar com o sistema de incunavar para o colono ou posseiro ou pretendente o título de proprietário, entre muitos de seus dispositivos estabelece:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei;

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, as frações de terra restantes serão obrigatoriamente vendidas.

Art. 102. Os direitos dos legítimos possuidores de terras devolutas federais estão condicionadas ao impleto dos requisitos absolutamente indispensáveis da cultura efetiva e da moradia habitual.

4. Como a Lei nº 4.504 recebeu as atribuições de discriminação de terras públicas antes delegadas ao S.P.U. (Decreto-lei nº 9.760), não há mais razões para que nesse obsoleto e inoperante órgão permaneçam os sepultados processos de aquisição de terras, formulados pelos ocupantes e beneficiados, ademais que o aforamento não é o sistema preferido pelo Estatuto da Terra.

A transcrição dos textos legais e o descaso clamoroso do S.P.U. fazem da procedência do presente projeto de lei, que poderá ser melhorado, ampliado, sob os doutos suplementos das Comissões Técnicas e do Plenário.

Sala das Sessões, 3 de março de 1964. — Senador Vicente Bezerra Neto.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Agricultura; de Segurança Nacional e de Finanças.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja

viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, as frações de terra restantes serão obrigatoriamente vendidas.

DECRETO-LEI Nº 7.724, DE 10 DE JULHO DE 1945

Submete ao regime de fomento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 7.724, DE 10 DE JULHO DE 1945

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 183 da Constituição, decreta:

Art. 1º As terras devolutas, na faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, ficam submetidas ao regime de aforamento previsto no Decreto-lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941.

Art. 2º A União não reconhece e tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno das terras devolutas, a que se refere o artigo anterior.

§ 1º Quando se verificar que os Estados e Municípios efetuaram quaisquer transferências de domínio ou quaisquer concessões de colonização ou exploração agrícola ou industrial, na suposição de lhes pertencerem as terras, serão confirmadas as vendas, aforamentos ou concessões, desde que os respectivos titulares tenham cumprido as exigências dos Decretos-leis nºs 1.963, de 17 de janeiro de 1940, 8.210, de 20 de setembro de 1940, e 1.543, de 25 de agosto de 1939, e que regularizem dentro de seis meses da data da publicação deste decreto-lei a sua situação perante o Serviço do Patrimônio da União. (1)

§ 2º O Serviço do Patrimônio da União expedirá novos títulos de aforamento, independentemente de quaisquer pagamentos de laudímios, jofa e foros atrasados, inclusive os que forem cobráveis até 31 de dezembro do corrente ano.

§ 3º Vencido o prazo do parágrafo primeiro deste artigo, o Serviço do Patrimônio da União providenciará para que cessem inteiramente as ocupações mantidas, a qualquer título, com fundamento nas mesmas pretensões.

Art. 3º As medições e demarcações promovidas pelos Estados e Municípios serão revistas pelo Serviço do Patrimônio da União, que expedirá novo título, sem qualquer ônus para o particular.

Art. 4º Para a preferência à concessão de novos aforamentos, serão achados os dispositivos do art. 5º do Decreto-lei nº 3.438, de 1941, resguardados os direitos dos brasileiros natos, na forma do art. 148 da Constituição.

Art. 5º É facultado aos Estados fronteiras requererem o aforamento de áreas para o incremento dos seus planos de colonização, cabendo-lhes subempregar aos particulares, na forma da lei civil.

Art. 6º O Serviço do Patrimônio da União promoverá desde logo o ca-

dastrado e toda a região, para regularização das ocupações que não se subordinarem a títulos expedidos pelos Estados, e a fim de ser promovido o plano de colonização intensiva das terras, na forma das leis vigentes.

Art. 7º Ficam criadas Delegações do Serviço do Patrimônio da União, uma em cada um dos Territórios do Acre, Rio Branco, Amapá, Guaporé, Iguaçu e Ponta Porã.

Art. 8º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (2)

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945, 124º da Independência e 57º da República. — Getúlio Vargas. — Agamenon Magalhães. — A. de Souza Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Projeto lido irá às Comissões Competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O Senhor Jº Secretário vai proceder à leitura da indicação, de autoria do Sr. Senador Bezerra Netto.

É lida a seguinte:

Indicação nº 2, de 1966

Nos termos do art. 230, do Regimento Interno, sugiro à Comissão Diretora, se necessário com gestões junto à Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, para que seja hasteado o Pavilhão Nacional em todas as hastes existentes à frente do edifício do Congresso Nacional, nas seguintes efemérides:

- a) dia da Instalação e do Encerramento da Sessão Legislativa anual, assim como no de instalação e encerramento das Convocações Extraordinárias do Congresso Nacional;
- b) dia 21 de abril, data da Fundação de Brasília, dia de Tiradentes;
- c) 1º de Maio, em homenagem aos trabalhadores do Brasil;
- d) 7 de setembro, Dia da Pátria;
- e) 18 de setembro, Aniversário da Constituição da República;
- f) 15 de novembro, Proclamação da República; e
- g) 19 de novembro, Dia da Bandeira.

Sala das Sessões, 4 de março de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

A Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa oficial que vai ser lido.

É lido o seguinte:

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
Of. PRE/100/002-66.

Em 24 de fevereiro de 1966

Senhor Presidente:

Venho solicitar a Vossa Excelência seja colocado à disposição deste Banco, com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, o Ajudante de A' moxarife Jayme Teixeira Netto, Simbolo PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer funções de confiança na Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Atenciosas saudações. — Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Presidente.

(2) Revogado pelo Decreto-lei número 2.707-53.

Publicado no Diário Oficial de 12 de julho de 1945.

(1) Alterado pelo Decreto nº 2.063 de 1946.

A Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Subscrito pelo Sr. Senador Lopes da Costa foi enviado à mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

& lido o seguinte.

Requerimento nº 83, de 1966

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicito a V. Excia., se digna encaminhar ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energias, o requerimento seguinte:

1º Se há projeto elaborado para construção de um Gasoduto entre Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) e São Paulo (Brasil) e qual o estágio em que se encontram as negociações para execução da obra?

2º Em caso afirmativo, quais são os fundamentos econômicos que alioeram o investimento e que inconvenientes há para sua consecução?

3º Qual o cronograma e o custo da obra?

Justificação

Trata-se de verificação de notícia importante publicada na imprensa do País que necessita ser desenvolvida para melhor esclarecimento e sobretudo qualificada, a fim de que se possa aferir os efeitos do investimento na região. Centro deste do país uma das mais promissoras, possibilitando o incentivo industrial da zona atravessada pelo gasoduto o que muito beneficia a cidade de Corumbá Mato Grosso quanto ao aproveitamento de seus minerais. — Senador Lopes da Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) O requerimento não depende de deliberação do Placeto. Será publicado e em seguida despachado pela Presidência (Pausa)

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSE' ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, sempre que compareço à tribuna do Senado é para trazer aos Srs. Membros desta Casa informações e estudos que julgo de alto valor para o Brasil. Com razão ao assunto de que vou falar hoje talvez já exista alguma coisa às ocultas relativa ao que vão dar do Brasil vendendo a quilos minérios atômicos à razão deste discurso é justamente evitar que isso aconteça.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, em boa hora tivemos a iniciativa de propor a esta Casa a constituição de uma Comissão Especial para "proceder ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais" da qual tenho a honra de ser o relator. Em hora melhor ainda pudemos contar com a compreensão e a dedicação de todos os seus membros, que sem alarde e sem publicidade se lançaram ao árduo trabalho de duramente, ouvir minuciosos depoimentos que, examinados em conjunto, como se impõe, representavam verdadeira radiografia do País. Ainda teremos oportunidade de expor pormenorizada, ante as lições e os ensinamentos que podem e devem ser colhidos de esta tarefa, que visa atender exclusivamente aos superiores interesses nacionais.

Entre as inúmeras personalidades convocadas para depor perante essa

Comissão, chamou desde logo a atenção de todos, pela sua modestia, pela sua humildade, pela sua simplicidade mas sobretudo por sua coragem e patriotismo, a figura de um pobre e empobrecido garimpeiro que há mais de Dez Anos vem alertando (em vão) nossas autoridades sobre a desbragada prática de contrabando de minérios, pedras preciosas, além de madeiras, no extremo Norte do País. Trata-se do Sr. José Freire de Alencar, que compareceu no dia 9 de setembro de 1965, e cujo depoimento foi publicado pelo "Diário do Congresso". Sua leitura atenta recomendados a todos.

Contou ele que desde 1954 vem apresentando, por escrito, e documentadamente, suas denúncias às autoridades, sem que tenha sido tomada qualquer providência séria. Foi preciso que o acaso célebre personagem da História nacional — tenha feito descer um avião moderno, superequipado com material para o contrabando de nossos minérios, principalmente atômicos, para que, no momento, se procure conhecer as dimensões e a profundidade desse contrabando.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Faço parte da Comissão de Estudos Econômicos a que V. Exa. se refere, comissão criada por iniciativa de V. Exa. e que vai, na verdade, prestar imensos serviços à Nação ao próprio Governo. Ouvi o depoimento do cidadão a que V. Exa. se refere. Na verdade ele denunciava esses fatos lamentáveis com tanta segurança que fixou logo em nosso espírito a certeza de que ele falava a verdade. A defesa dos minérios nacionais deve ser um dos objetivos mais sérios da ação governamental. Não acredito que as Forças Armadas, — que têm, agora, na Chefia da Nação um dos seus Membros mais eminentes, patriota, contra cuja honorabilidade, na verdade, até esta hora, nada podemos dizer deixem de tomar providências, sérias, energias, decisivas, para evitar esta situação ruinosa para a Nação e de vergonha para o próprio Governo do País. Sou nacionalista moderado. Entendo que nenhuma nação subdesenvolvida pode conquistar a emancipação econômica sem a cooperação do capital estrangeiro. Sou partidário da cooperação do capital estrangeiro para o desenvolvimento da economia pátria. Porém, uma política como a que ora observamos, de facilidades ao contrabando das riquezas nacionais, uma política dessa, — como assinala há pouco tempo, com minha revolta de patriota que entrega minérios, riqueza nacionais — às mãos impuras de empresas estrangeiras, como a que está explorando o subsolo de Minas Gerais e que atende, se me não engano, pela denominação de Hanna e subsidiárias agindo como verdadeiros polvos, e se irradiando de Município em Município, de localidade em localidade: uma política dessa, nobre Senador José Ermírio, merece a atenção do Governo, sobretudo, numa hora em que ele, — quero repetir — está nas mãos de um militar honrado, desafiando, consequentemente, o patriotismo e a probidade das gloriosas Forças Armadas do Brasil.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Agradeço o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Realmente daqui a alguns anos, encontra-se não apenas crateras, para fins turísticos, em Minas Gerais.

(Lendo)

Quando alguns, como nós, insistem na adoção de medidas decisivas

e patrióticas na defesa de nossos minérios, de nosso sub-solo, são ironicamente apelidados, pelos super-homens governamentais, de "leões de chácara" de nossas riquezas minerais. Pois preferimos ser esses leões do que participar, como chacais, dos restos dos banquetes de feras originárias da estranha, cuja voracidade não tem encontrado limites.

E' preciso, senhor Presidente, que tanto estrangeiros, como nacionais, qualquer que seja a sua qualificação, recebam exemplar punição; os primeiros, por sua audácia e os últimos pela vilania de seu procedimento de maus brasileiros. Tem o Governo excelente oportunidade para demonstrar à Nação a seriedade de seus propósitos na defesa do que é somente nosso. Aliás, pretendemos apresentar o quanto, antes requerimento de informações a fim de que a Nação tome conhecimento das providências efetivamente tomadas pelo Governo, providências que não podem mais ser proteladas.

Esse lamentável episódio do contrabando de minerais atômicos vem ressaltar a enorme responsabilidade do Congresso Nacional, que dentro de dias deverá discutir e votar um "acórdão relativo aos usos civis da energia atômica", que aliás foi encaminhado à Câmara dos Deputados com chocante acodamento, sem a necessária audiência prévia, por imposição legal, do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Infelizmente tem sido esse o modo de agir dos representantes do Poder Executivo, que teimam na adoção, em relação ao Legislativo, de uma política de "fatos consumados". Como fazemos parte daqueles que não aprenderam a se conformar com essa atitude, desde já queremos tecer algumas considerações sobre tão relevante matéria, antecipando que, como sempre, somente nos move o interesse público, a preocupação com os destinos deste grande País.

Senhor Presidente:

Vivemos em plena era atômica.

Independentemente dos fundamentos estritamente filosóficos, que remontam à Grécia antiga, podemos identificar o início dessa era com o momento em que, nos albores do século XX, o físico Einstein conseguiu combinar os dois princípios, isto é, que a descoberta da lei de conservação da energia era análoga à lei da conservação da matéria.

Do mesmo modo que o químico descobriu que a matéria não pode ser criada ou destruída, mas somente transformada, o físico verificou que a energia atômica não pode ser criada nem destruída, mas apenas apresentada sob formas diferentes. Isso de conformidade, evidentemente, com sua teoria da relatividade, que assim pode ser sintetizada:

Energia = Massa x Velocidade da Luz².

Em sua teoria, Einstein determinou que a energia em "ergs" é igual à massa, em gramas, multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado em centímetros por segundo. Para esclarecer, diremos que 1 "watt" funcionando durante 1 segundo fornece 10 milhões de "ergs" de energia. Mais: a aniquilação de uma massa de 1, quilo libera 5.175 milhões de quilowatts-hora de energia. Essa a razão da corrida atômica que assobinha todas as nações, pois os minerais atômicos já são sérios concorrentes na produção de energia industrial.

Seguiram-se os estudos do Professor Niels Bohr, da Universidade de Cope-

nhague, que durante a guerra teve de fugir, com seus filhos, numa frágil e pequena embarcação, e durante toda a viagem transmitiram entre si as fórmulas a que tinha chegado, para retê-las na memória daquele que sobrevivesse.

O controle da libertação da energia de fissão, pela primeira vez conseguido, na data histórica de 2 de dezembro de 1942, em Chicago, pelo Professor italiano Enrico Fermi e através dos estudos de J. R. Oppenheimer que conseguiu o plutônio fissionável U-233, foram os passos decisivos no caminho da plena utilização da energia nuclear, que, desgraciadamente, fez sua estreia em agosto de 1945 sobre a Cidade de Hiroshima, depois de experimentada no mês anterior em Los Alamos, no Estado do Novo México.

De lá para cá, centenas, se não milhares de cientistas em todo o mundo têm aperfeiçoado seus estudos e aprofundado seu domínio, desde o controle das reações "isotópicas" até a melhoria dos sistemas de construção de reatores. No presente, os progressos foram tão grandes que somente os que acompanham diuturnamente os dados científicos é que podem opinar com conhecimento de causa. Apenas como curiosos queremos lembrar que 1 quilo de U-235 pode fornecer suficiente calor para ferver 46.000 toneladas de água, e esse quilo pode ser extraído de 64 quilos de minério de urânio comum. Para aquecer essa mesma quantidade de água seriam necessárias 3.300 toneladas de carvão, ou 726.000 galões de gasolina!

Voltemos, porém, às maravilhas do mundo do átomo, que sabemos eletricamente neutro. Nêle não há excesso de carga positiva ou negativa. Podemos representá-lo com um pequeno núcleo central, que contém praticamente toda a sua massa e leva uma carga positiva igual ao número atômico. Rodeando, cercando esse núcleo central, estão os "elétrons planetários". Como o átomo deve ser eletricamente neutro, segue-se que o número desses "elétrons planetários" é também igual ao número atômico. Dessa forma, as cargas iguais opostas no núcleo e no sistema planetário se neutralizam. Quando um átomo expelle uma partícula "beta" (um elétron de alta velocidade), perde uma carga negativa, o que equivale ao ganho de uma carga positiva. Se tomarmos o Rádio como elemento nº 88 da Tabela química disposta de acordo com o seu peso atômico, verificaremos que seu núcleo tem 88 cargas positivas. Uma partícula "alfa" que saia do núcleo tem duas cargas positivas, de modo que restam 86, que vêm a constituir novo elemento, no caso o "Rádônio", um gás quimicamente inerte, mas também com propriedades radioativas.

A cada dia que passa, Senhores Senadores, cresce a importância da energia nuclear. Pois bem sabemos que as reservas mundiais, economicamente exploráveis, de combustíveis fósseis, como carvão, turfa, xistos, petróleo, linhoito, gás natural, deverão estar esgotadas nos meados do século XX, ao redor do ano 2.040.

Quero abrir um parêntese para salientar que, no ano de 2.040, não teremos mais carvão, petróleo linhoito e gás. De que iremos viver? Exclusivamente de nossa energia, hidráulica e atômica.

A energia hidráulica será, no futuro, de pequena proporção em relação à energia atômica. Por isso, devemos defendê-la com cuidado e não vendê-la para o estrangeiro.

Não devemos nem podemos argumentar com nossas imensas reservas hidráulicas ainda por aproveitar, pois seria o mesmo que insistir no carro-

de-hoi na era do automóvel e do avião. Temos o dever imperioso de acompanhar a marcha do mundo, na pesquisa e na experimentação, nas ciências e nas artes, se quisermos ocupar lugar de destaque no futuro. Jamais esquecendo que em nossa terra os combustíveis fósseis são relativamente escassos, ou de alto custo, ou ainda de qualidade defeituosa.

Temos de planejar e executar vasto programa de instalação de centrais nucleares, a exemplo do que estão fazendo todas as nações conscientes de seus destinos, bem como dos próprios destinos da Humanidade.

Aqui apresentamos ao Senado uma tabela com os valores das potências instaladas (em MWe = 1.000 kw) em centrais elétrico-nucleares, dos diferentes "conceitos" (tipos) de reatores:

Conceito G. C. R. ("Gas cooled A reactor")	Em Operação	Em Construção	Total
Frância	340 (5)	855 (2)	1195 (7)
Itália	300 (1)	—	300 (1)
Japão	158 (1)	—	158 (1)
Reino Unido	2.276 (7)	2.868 (4)	5.144 (11)
U. S. A.	—	22 (1)	22 (1)
Total	2.974 (14)	3.745 (7)	6.719 (21)
Conceito B. W. R. ("boiling water reactor")	Em Operação	Em Construção	Total
Alemanha Ocidental	15 (1)	512 (3)	527 (4)
Holanda	—	47 (1)	47 (1)
Índia	—	380 (1)	380 (1)
Itália	150 (1)	—	150 (1)
Japão	158 (1)	—	158 (1)
U. R. S. S.	164 (2)	200 (1)	364 (3)
U. S. A.	440 (9)	1.090 (3)	1.530 (12)
Total	927 (14)	2.229 (8)	3.156 (22)
Conceito H. W. R. ("heavy water reactor")	Em Operação	Em Construção	Total
Alemanha Ocidental	—	50 (1)	50 (1)
Alemanha Oriental	70 (1)	—	70 (1)
Canadá	20 (1)	203 (1)	223 (2)
Frância	—	80 (1)	80 (1)
Índia	40 (1)	200 (1)	240 (2)
Reino Unido	—	93 (1)	93 (1)
Suécia	9 (1)	200 (1)	209 (2)
Suíça	—	8 (1)	8 (1)
Checoslováquia	—	150 (1)	150 (1)
U. S. A.	17 (1)	—	17 (1)
Total	156 (5)	934 (8)	1.140 (13)

Conceito P. W. R. ("pressurized water reactor")	Em Operação	Em Construção	Total
Alemanha Ocidental	—	283 (1)	283 (1)
Bélgica	10 (1)	—	10 (1)
Espanha	—	140 (1)	140 (1)
Frância	—	266 (1)	266 (1)
Hungria	200 (1)	—	200 (1)
Itália	270 (1)	—	270 (1)
U. R. S. S.	803 (4)	365 (1)	1.168 (5)
U. S. A.	501 (9)	837 (2)	1.338 (11)
Total	1.784 (16)	1.891 (6)	3.675 (22)
Outros Conceitos	Em Operação	Em Construção	Total
Alemanha Ocidental	—	13 (1)	13 (1)
Frância	—	20 (1)	20 (1)
Reino Unido	42 (3)	—	42 (3)
U. R. S. S.	1 (1)	350 (1)	351 (2)
U. S. A.	133 (5)	838 (3)	971 (8)
Total	178 (9)	1.221 (6)	1.397 (15)

Temos o desprazer de não encontrar qualquer referência ao nosso País nessa Tabela, como sóe acontecer no que diz respeito a progresso e desenvolvimento.

Lembramos, também a falta de quase todo o mundo pela obtenção de energia elétrica, principalmente para fins industriais, a baixo custo. Isso pode ser proporcionado pela energia nuclear, a partir da fissão, fenômeno

no provezado, sob certas condições, nos átomos por alguns poucos elementos, a saber, o U-235, o U-233 e algumas variedades isotópicas do Plutônio.

Neste exemplar de fevereiro de 1965 do "Engineering and Mining Journal", a pág. 125 e seguintes, encontramos dados sobre as reservas de Urânio no Mundo Livre, numa estimativa para 1.º de janeiro de 1971:

Reservas em toneladas curtas de U₃O₈

Estados Unidos	96.000
Canadá	188.000
República Sul Africana	184.000
Outros países	58.000
Total	474.000

Geradores nucleares instalados

Capacidade em M W e

	1964	1970	1975	1980
Estados Unidos	940	de 6.000	21.000	60.000
		a 7.000	37.000	90.000
Outros países não comunistas ..	3.250	de 14.000	35.000	80.000
		a 15.000	50.000	110.000
Total do mundo não comunista ..	4.190	de 20.000	56.000	140.000
		a 22.000	87.000	200.000

Dados estes confirmados pelo "Metal and Mineral Markets" do dia 24 de fevereiro próximo passado, agora recebido.

Estimativa das necessidades de urânio (toneladas curtas U₃O₈)

ESTADOS UNIDOS

	1970	1975	1980
Anual	de 1.600	de 8.900	de 19.000
	a 4.200	a 14.000	a 27.000
Acumulada a partir de 1965	de 9.400	de 37.000	de 110.000
	a 14.000	a 64.000	a 170.000

OUTROS PAÍSES NÃO COMUNISTAS

	1970	1975	1980
Anual	de 6.000	de 14.000	de 24.000
	a 9.000	a 19.000	a 32.000
Acumulada a partir de 1965	de 37.000	de 120.000	de 290.000
	a 47.000	a 170.000	a 470.000

De forma que, como ficou demonstrado, o aumento de produção de energia atômica vai tomar muito rápido, de maneira extraordinária, em todo o mundo.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Perfeitamente.

O Sr. Domicio Gondim — Pelo que apreendo do discurso de V. Exa., seu intuito é mostrar a questão dos combustíveis atômicos.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Certamente.

O Sr. Domicio Gondim — Realmente a sua dissertação está muito interessante, mas está fugindo um pouco ao argumento, com referência ao problema brasileiro. Temos uma capacidade imensa ainda, de produção de energia hidráulica, e é preciso ter em mente que o custo da energia atômica ainda é alto em relação à energia hidráulica.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. enganava-se inteiramente. É um erro. Chegarei lá, se me permitir continuar.

O Sr. Domicio Gondim — Eu também poderei provar o contrário a V. Exa. Esses dados de hoje eu os contestarei oportunamente. Mas o que é estranho é um investimento inicial...

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Gostaria de aprender com V. Exa.

O Sr. Domicio Gondim — E terá a oportunidade.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — E continua a publicação especializada acentuando todo o esforço, não apenas dos Estados Unidos, mas também dos demais países do mundo livre, no sentido de conseguir energia elétrica gerada atômicamente, que se apresenta a baixo custo, tanto assim que seu quilowatt pode ser produzido ao preço de 4.00 mil, o que corresponde a nove cruzeiros apenas.

Onde V. Exa. tem o quilowatt a 9 cruzeiros no Brasil?

O Sr. Domicio Gondim — O problema é a inversão, Sr. Senador. Temos, ainda, a reserva hidráulica. E o que V. Exa. citou só acontece em casos excepcionais, das usinas, pois ainda não temos a capacidade técnica de operá-las; só temos a de construí-las.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Um país, se não desenvolver a técnica será nada no mundo.

O Sr. Domicio Gondim — Mas não se desenvolve técnica só com conversão!

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Eu gostaria que V. Exa. estudasse bem o assunto.

O Sr. Domicio Gondim — Oportunamente responderei a V. Exa.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Ótimo! Estarei aqui para ouvi-lo.

A preço de 9 cruzeiros apenas por quilowatt! No Rio Grande do Sul, se paga a 65 ou 70!

O Sr. Domicio Gondim — Contesto essas cifras. Paga-se tal preço porque se inclui a cota da Eletrobrás. O preço real do quilowatt é bem mais baixo.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Não é de 8 mil!

O Sr. Domicio Gondim — Não, efetivamente, mas não é a cifra que V. Exa. está citando.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Em Salvador, está a 72 cruzeiros o kw.

O Sr. Domicio Gondim — Incluindo a taxa da Eletrobrás, isto é, mais de 50%.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Meu amigo, a taxa é de 10% para a Eletrobrás e de 10% para o imposto. Não desejo outra coisa a não ser citar fatos recentes, de 21 de fevereiro deste ano.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador). — Dois entendidos estão debatendo o assunto. Queriam apenas ponderar, inclusive para provocar, provavelmente, no devido tempo, outros esclarecimentos: pouco importa que uma parte desse custo resulte de uma taxa atribuída à Eletrobrás.

O Sr. Domicio Gondim — Seria atribuída à energia atômica também.

O Sr. Josaphat Marinho — De qualquer modo, os preços se elevam ao absurdo que o nobre orador cita.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — No meu Estado, nobre Senador Josaphat Marinho, não podemos desenvolver coisa alguma. Santo Amaro tem uma usina semiparada. A energia custava 60 cruzeiros o kw — agora é mais alto ainda. Aqui, o custo da produção atômica está orçado para 8 ou 9 cruzeiros-kwh.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. permite? (Assentimento do orador). — Foi informado, e até prova em contrário a fonte informadora é idônea, que se planeja a construção, em Brasília, de uma usina atômica, para fornecimento de energia e força, a fim de que se provoque, se acelere a industrialização das nossas regiões limítrofes, como única maneira de resolver o grande problema da falta de energia e força local e se tornem acessíveis os seus preços em Brasília e arredores. E quem o planeja, segundo informações idôneas que recebi, é o próprio Executivo Federal, através da Prefeitura e da NOVACAP.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — E está certo, porque uma usina atômica em Brasília não precisará de grande vias de transmissão.

O Sr. Domicio Gondim — O problema, se me permite, está sendo colocado só na questão da formação da usina atômica. Temos que atentar, entretanto, para a realidade brasileira.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — É igual à de outros países. Temos matéria prima...

O Sr. Domicio Gondim — Não, senhor só matéria prima não resolve. A técnica utilizada nas usinas atômicas, para o enriquecimento do urânio, é tão dispendiosa quanto a construção da própria usina. Temos que encerrar a questão com realidade, com o pé no chão. Possui o Brasil possibilidades quase limitadas no campo hidráulico, e com técnica avançada de transmissão à distância de 800 km, Brasília ficaria localizada em qualquer bacia hidrográfica capaz de fornecer energia elétrica para todas as suas necessidades.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — E quanto custa essa linha de transmissão?

O Sr. Domicio Gondim — Multíssimo mais barato.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Não acredito, porque se o custo da energia elétrica produzida por usina atômica é de cerca de Cr\$ 9,00 é porque a sua instalação é barata. Do contrário não se cogitaria de tal iniciativa.

(Retomando a leitura).

É, pois, altamente competitivo com os combustíveis fósseis.

Sabemos, de outro lado, que nosso País tem extensas áreas com urânio e tório, além de outros minerais aproveitáveis na utilização da energia nuclear. Por isso mesmo é que defendemos a criação de um Departamento ou Instituto de Pesquisas altamente especializado e devidamente aparelhado, a exemplo do que existe nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e na União Soviética, para somente citar os mais importantes nesse setor.

Dizem Maxwell Leigh Eidinoff e Hyman Richlis, em seu conhecido livro "O que é a Energia Atômica", à página 236:

"Podem-se construir pilhas (reatores) de reação em cadeia para a liberação da energia atômica em grande escala pelo uso do urânio ou do plutônio."

O Sr. Domicio Gondim — Está na hora de ser claro. Essas técnicas são infinitamente mais caras que a construção da própria usina.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Entendo que o Brasil tem matéria-prima em quantidade e não precisa exportar. Deve aproveitá-la aqui mesmo.

O Sr. Domicio Gondim — Tem a água.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Tenho os dados relativos à França, segundo os quais a produção da energia atômica, dentro de quinze anos, será maior que a da energia hidráulica.

O Sr. Domicio Gondim — Perfeitamente, mas todos esses países já saturaram sua capacidade de utilização de energia hidráulica, enquanto nós ainda não chegamos aos 20% de nossa capacidade.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Acredito que atualmente tem os muitas cachoeiras por explorar, mas sem a vantagem de produzir energia mais barata.

O Sr. Domicio Gondim — Barata, não, nobre Senador. Barata é o custo direto, porque os indiretos não o são.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Mas se lá fora já produzem a 9 cruzeiros o kw, nós seremos diferentes? Acho que não.

O Sr. Domicio Gondim — As condições é que são diferentes.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Sempre lutei, e o tenho feito diuturnamente, nesta Casa, em prol dessa política.

O Sr. Domicio Gondim — A questão da luta não será privilégio de V. Exa. Também tenho lutado.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Todos temos o mesmo direito.

O Sr. Aurélio Viana — Permite o nobre orador um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — A energia produzida pela Usina de Paulo Afonso, quando todas as cachoeiras fossem aproveitadas, daria para satisfazer a demanda do Nordeste, cuja população duplica cada trinta anos.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — De forma alguma. Haverá falta de energia no Nordeste, mesmo depois do total aproveitamento das águas.

O Sr. Domicio Gondim — Há falta de linhas de transmissão, não de geração.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Não tem geração agora. O Nordeste está ameaçado de não ter energia este ano.

O Sr. Domicio Gondim — Porque não foram instaladas turbinas; porque não há dinheiro. Não adianta falar. É como diz a história do in-

glês: "Não tendo a pólvora, não adianta conversar."

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — O assunto que focalizamos é de real importância para o Brasil. É o seu sangue, a garantia do seu futuro, será a única energia de que disporemos, daqui a cinquenta anos, para atender à demanda. O Canadá, por exemplo, utiliza seu potencial hidráulico e, paralelamente está construindo unidades atômicas em grande escala.

O Sr. Domicio Gondim — Volto ao mesmo princípio. O potencial hidráulico do Canadá já está utilizado em mais de 70%, incluem-se Niagara Falls.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Tenho dados sobre usina de 4.000.000 kw, isto num país que, ainda virgem, já emprega a energia atômica. As vezes a distância é tão grande que não compensa a exploração da energia hidráulica e instala-se, então a energia nuclear.

Se lá fora conseguem-se 4.000.000 kw, porque não conseguimos nós produzi-los? Não somos inferiores. Se não fazemos melhor é porque pagamos juros elevados. Se no Brasil tivéssemos juros de 6%, posso dizer que não teríamos medo de ninguém. Aliás, não tenho medo de ninguém, mesmo com juros altos. (Lê)

O elemento de número 90, o tório, é também de grande interesse para nós em relação aos reatores de reação em cadeia. Colocando num reator, o tório atuará como o urânio-238 no que diz respeito à tendência de capturar neutrônios e converter-se em novo átomo. Neste caso o tório-232 se torna U-233. E este U-233 tem a mesma propriedade de cindir-se e liberar neutrônios quando bombardeado por neutrônios. O U-233 pode, portanto, tornar-se material usado para uma bomba atômica ou material com boa porcentagem de átomos cindíveis. Como o tório é mais abundante do que o urânio, parece provável que os futuros reatores venham a funcionar com urânio e tório mais do que com urânio somente.

Mas pelo que sabemos, o urânio é a única substância natural com que podemos começar o funcionamento de um reator. O plutônio ou o U-233 produzidos pelo reator são produtos secundários que não ocorrem na natureza. Consequentemente, o urânio permanece como a chave de todo o aperfeiçoamento prático da energia atômica, pelo menos de acordo com os dados de que dispomos atualmente."

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador). — Quanto ao problema da energia nuclear ocorre justamente o contrário do que afirma V. Exa. Hoje vemos o Governo abrir concorrência, para a compra da ORQUIMA, firma que se especializou no enriquecimento de minérios nucleares que passará assim, a ser propriedade do nosso País.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Ai está mais um erro do Governo. É uma organização fundada há trinta anos, sem qualquer condição de funcionamento. E o nosso Governo, ao invés de adotar processos modernos, vai procurar uma usina de mais de trinta anos. Considero isto um erro grave.

(Retomando a leitura) Senhor Presidente, há muito que temos uma Comissão Nacional de Energia Nuclear, que, entretanto, jamais teve do Governo o apoio necessário.

Na verdade, acostumamo-nos a não dar valor ao que representa fator

imprescindível ao desenvolvimento brasileiro.

Enquanto os planos de contenção, as medidas restritivas, o atraso na entrega das verbas já por sua vez insignificantes atingem atividades da maior importância para o progresso do País, já se esgotaram seis bilhões de cruzeiros com despesas de nossas tropas em São Domingos e já o Governo, pela Mensagem nº 7, deste ano, pede mais 7 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Isto, num momento crucial em que deveríamos destinar grandes somas para pesquisas em geral, inclusive e principalmente para energia atômica, quando, como já dissemos, o mundo está no limiar duma nova revolução industrial, mais importante do que a do século passado e de significação profunda para os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, como o nosso.

O México — já o disse várias vezes, mas nunca será demais repeti-lo — gasta 10% do seu orçamento com as Forças Armadas e aplica 21% dela na educação de seu povo. O atual presidente dessa grande República, Gustavo Dias Ordaz, no segundo ano de sua administração, proclamou-se, com razão, cada vez mais confiante na economia mexicana. De fato, a sua moeda, fixada está há mais de 12 anos em 12,5 pesos por dólar, e seu Produto Nacional Bruto aumenta anualmente na base de 7%. Já chegou a tal ponto o ritmo de seu progresso que o Ministro da Indústria e Comércio, Otaviano Salas procura, no momento, colocação de capitais de seu país na América Central, sempre na base da participação de 40% do capital das empresas nacionais. Com tal finalidade o Presidente Ordaz visitará 6 países dessa região, visando introduzir esse salutar princípio de colaboração para o desenvolvimento.

Mandou, de outro lado, ao Congresso, projeto de lei proibindo a participação de estrangeiros nas companhias de investimentos, seguros, bancos ou quaisquer outras instituições de crédito.

É um país que não garante nada, não dá direito e é sempre ativo. Acaba de mandar ao Congresso esse projeto de lei, proibindo a participação de estrangeiros nos Bancos. Já fez isso na produção mineral, foi guardado e venceu, agora faz com relação aos investimentos de crédito

Outros índices animadores da expansão da economia mexicana se constatam no substancial aumento da produção algodoeira, que já ultrapassou a do Brasil, e na crescente produção de açúcar que, embora inferior à nossa, obteve da América do Norte quota de exportação superior à brasileira. Controla o México a produção e exportação de minérios e produtos metalúrgicos e sua fabricação de aço atingirá, em 1966, a 2 milhões de toneladas anuais. Seu programa, que é ambicioso porém exequível, prevê para 1969 nada menos de 4.500.000 toneladas.

Isto, sem servilismos ou subserviências, com a consciência nítida de sua própria autonomia defendida intransigentemente frente a quaisquer intenções alienígenas.

Nó que se refere às fontes energéticas, vale lembrar que a produção de petróleo está a cargo, com êxito, da PEMEX, que igualmente controla grande parte da indústria petroquímica.

Aqui entre nós, entretanto, faz-se totalmente o contrário: estamos entregando tudo, deliberada e sistematicamente, a empresas estrangeiras, e isso há vários anos, devendo ser re-

ferido o exemplo recentíssimo da concessão outorgada à "Union Carbide", na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. ainda um aparte? (Assentimento do orador) — Com referência ao último tópico do discurso de Vossa Exa., não vejo essa realidade no Brasil. Por exemplo, agora mesmo o Governo brasileiro comprou o grupo da Bond & Share...

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A AMFORP?

O Sr. Domicio Gondim — Sim a AMFORP.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Eu não a compraria. É empresa de ferro velho. Compraria coisa boa.

O Sr. Domicio Gondim — Nacionalizou-a. É ferro velho, mas produz ainda energia elétrica.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Conhece V. Exa. as instalações de Porto Alegre, de Belo Horizonte?

O Sr. Domicio Gondim — Conhece V. Exa. a de Peixoto?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — É a única capaz de produzir e isto declarei ao Presidente Castelo Branco.

O Sr. Domicio Gondim — Só a usina de Peixoto valia o contrato. Não estou com procuração para defender companhias, mas o problema é que V. Exa. terá tanta experiência quanto outros que estudaram o problema.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Permite-me V. Exa. que o esclareça. A usina de Peixoto, segundo os cálculos dos Srs. Creager e Justin, e aceitos pela Associação Americana de Engenheiros Eletricistas, valia 27 milhões de dólares.

O Sr. Domicio Gondim — É a Companhia Telefônica Brasileira que acaba de ser comprada, ou cuja compra está em negociações, passara também às nossas mãos.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Devemos comprar coisa boa e não coisa velha!

V. Exa. tem as suas convicções e eu tenho as minhas. Agradeço a intervenção de V. Exa., mas eu não compraria nem a Telefônica nem a AMFORP. Ferro velho nós já temos muito. Salva-se apenas a Usina de Peixoto. Esta vale vinte e sete milhões de dólares, mas ao fim de quarenta anos, teremos pago por ela trezentos e setenta e dois milhões de dólares! É um absurdo para um País pobre como o nosso.

Ouçá bem o que está fazendo o México:

(Retomando a leitura).

As concessões para exploração mineral no território mexicano somente são atribuídas aos nacionais ou a empresas sob controle de mexicanos e, como prescreve o art. 76 de seu Código de Minas, entre os minérios considerados nacionais estão precisamente os que se relacionam com a energia atômica.

(Ninguém recebe concessão de minério atômico, no México.)

Tudo isto nos vem à mente ao simples anúncio da remessa, para esta Casa, do "acordo relativo aos usos civis da energia atômica" estabelecido entre o Brasil e os Estados Unidos, em março de 1965.

Desde logo antecipamos nessa ocasião que, a título de colaboração expomos aos Ilustres Senhores Senadores. (Não tenho outro intuito que o de colaborar para que o Acordo saia certo.)

Do ponto de vista formal, esse "acordo atômico" chega a ser deplorável. Custa a crer tenha sido, efetivamente,

redigido, sob esse aspecto, pelo Itamarati, de tão notáveis tradições de cultura.

Lembrou, em seu parecer contrário à aprovação, na Câmara, o relator da Comissão de Constituição e Justiça, que a tradução mais corriqueira de termos ingleses foi estropeada de tal forma que, em português, usamos a palavra *planta* — pasmem os Senhores Senadores — como sinônimo de instalações industriais! (*Planta* é um vegetal, não usina atômica!)

Só isto demonstraria, cabalmente, a superficialidade do exame a que matéria de tanta responsabilidade e tão grande relevância foi submetida no Ministério das Relações Exteriores, até mesmo na sua redação oficial.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Tenha a bondade, Senador.

O Sr. Domicio Gondim — Na questão de utilizar o termo *planting* para designação de fábrica, V. Exa. tem realmente razão. Mas em parte, somente. Não vamos dizer que estamos vendendo a nossa soberania, por ter-se colocado esse termo em lugar de fábrica. É o mesmo que a utilização do termo *parqueamento* como sinônimo de estacionamento.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Não estamos aqui para copiar coisa errada dos outros.

O Sr. Domicio Gondim — Não é questão de copiar.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A definição está errada.

(Retomando a leitura:)

No que diz respeito ao mérito, o acordo é menos defensável ainda, principalmente se o encarmos do ângulo da própria atuação internacional brasileira, firmada e reafirmada em manifestações solenes, ontem e hoje.

Não se pode, como assinalou o brilhante diplomata e operoso Deputado Afonso Arinos Filho, aceitá-lo sem que se fira, profunda e mortalmente, a nossa própria coerência de País pioneiro, nos conclave internacionais, na luta pela exclusividade do uso pacífico da energia atômica na América Latina. Essa posição, aliás, assumimos pela palavra ilustre do nosso eminente colega Senador Afonso Arinos, na 16ª Conferência do Desarmamento, reunida em Genebra. E isto porque o art. 2º, letra f, do famigerado acordo que nos obriga a não utilizarmos o material fissil obtido do Urânio-238 enriquecido para fins militares, autoriza a sua cessão aos Estados Unidos, quando se sabe que esse material permite a fabricação do Plutônio-238, através do isótopo U-235 sobre o Urânio-238, utilizado como combustível dos nossos reatores e, precisa e exatamente, a matéria-prima para a fabricação das bombas nucleares, como exaustivamente acabamos de expor ao Senado da República.

Essa contradição é tanto mais veementemente no momento atual em que, novamente em Genebra, a Delegação Brasileira à Conferência do Desarmamento defendeu, na sessão do dia 19 deste mês, pela voz do nosso representante, Sr. Antônio Corrêa do Lago, o direito de as nações subdesenvolvidas conservarem o poder de utilização para seu benefício da aplicação da energia atômica, declarando, textualmente:

"Para a Delegação Brasileira, a questão do equilíbrio de responsabilidades e obrigações é um dos assuntos básicos num trabalho de não disseminação. Se as responsabilidades e obrigações não estiverem bem equilibradas e claramente definidas, o tratado poderia ser para as potências não

nucleares um ato de renúncia sem garantias por parte de uma contra-partida pouco válida.

Entre as reservas que poderiam, ser feitas ao tratado uma é o temor de que as potências não nucleares — ao assinar o documento — poderiam não estar abrindo mão da possibilidade de ter a mais terrível das armas imaginadas pelo homem, mas, ao mesmo tempo, poderiam, antecipando os benefícios que derivam do uso pacífico da energia atômica."

Estamos, pois, frente a um "acordo atômico" proposto pelo Poder Executivo, de todos quantos antes assinaram as autoridades governamentais brasileiras, dos que menos se recomendam à aprovação do Conselho Nacional.

Por isso aqui estaremos, vigilantes e atentos como sempre, certos de que os atuais transitórios detentores do Poder serão capazes de compreender uma oposição construtiva e patriótica, no que nada mais fazemos se não seguir os ensinamentos dos grandes vultos de nosso passado político e parlamentar. Da mesma forma sem jamais esquecer as lições de Democracia que diariamente recebemos do Congresso americano, onde Senadores do próprio partido do Presidente, como é o caso do combativo Wayne Morse, são os primeiros a criticar o que entendem por desacerto, erro ou omissão governamental, como é o caso da intervenção norte-americana na América Latina. O Senador Morse foi claro ao afirmar que o atual Governo norte-americano destruiu 27 anos da política de "boa vizinhança" nascida dos ideais generosos de Franklin Delano Roosevelt. Contrariamente a essa generosidade, torna-se em nomear verdadeiros "Vice-Reis" para o Brasil, como a própria "Hanson's Latin American Letter" de 5 de fevereiro deste ano qualifica o ex-embaixador Lincoln Gordon. Diplomata que certamente foi promovido como recompensa aos excelentes serviços aqui prestados, sob o ponto de vista de seu país, cujas empresas, conforme o "Latin America & the World", nº 19, de 28 de fevereiro último, até outubro de 1965 investiram no exterior US\$ 4,6 bilhões, tendo recebido de lucro US\$ 4,8 bilhões!

Por todos esses motivos, e por todas essas razões, devamos cada vez mais amar e defender o que é nosso, apaixonadamente, imunes às ironias radiofônicas ou televisadas de pretensões ou pretensões "técnicas" ou "economistas", que se enforcem contra todos os que não acreditam em suas fórmulas mágicas.

Quando o certo é que não precisamos de nenhum passe de mágica. Basta — ao lado da expressão permanente e sem contemplanças do contrabando — a adoção de rigoroso critério para o controle dos preços dos nossos produtos de exportação, tanto agrícolas como minerais, com uma eficiente fiscalização dos contratos a curto e longo prazo, que até aqui têm sido feitos e mantidos a dano dos interesses nacionais, como tantas vezes temos repetido nesta Casa.

Esperamos apenas, e para rematar, que esses mágicos não se esqueçam jamais — parafraseando o grande Presidente Abraão Lincoln — que não se engana impunemente, durante tanto tempo, toda uma Nação! (*Muito bem!*) (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite, por decisão do Sr. Senador Afonso Faria.

O SR. JULIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso):

Senhor Presidente, senhores Senhores, referindo-se recentemente ao papel do controle do planejamento econômico, o Ministro Roberto Campos ressaltou a importância da avaliação dos resultados obtidos da ação governamental, como o instrumento mais valioso para o êxito dos programas de desenvolvimento. As palavras do titular da pasta da Coordenação Econômica têm o sentido de advertir as autoridades e chamar a atenção do Congresso para a tarefa de confrontar as medidas planejadas como os resultados obtidos ao longo de sua aplicação. Foi talvez com o mesmo objetivo, que o Deputado Bilac Pinto, então na presidência da Câmara dos Deputados, procurou acentuar, em sua projetada reforma legislativa o poder de investigar do Congresso. E na realidade, Senhor Presidente, uma atividade a que estamos enunciando, ou que, pelo menos, não exercemos com a necessária ênfase. Desejo ressaltar algumas iniciativas meritórias que tem tomado o Senado Federal, como por exemplo no caso das atas comissões especiais para estudar determinados aspectos de importância na vida nacional, mas que constituem, por si mesmas, exceções dessa regra de abstenção a que nos vamos habituando. É portanto no exercício legítimo desse indispensável confronto, que pretendo analisar nesta tribuna alguns dos aspectos mais relevantes das projetadas medidas para a industrialização do Nordeste.

Com esse objetivo específico, submeti à Casa alguns requerimentos de informações endereçados ao BNDE, ao Banco do Nordeste e à SUDENE, duas quais os dois primeiros já respondidos permitiram um cotejo muito útil entre as medidas constantes de planos formulados para a região nordestina e os resultados obtidos na execução dessa política, que abrangem as anteriores e o atual governo.

Sabem Vossas Excelências que o plano de desenvolvimento regional para o Nordeste cristalizou-se com a criação da SUDENE. Através dele, como órgão de planejamento e de coordenação dos investimentos públicos e privados, procura o governo superar as disparidades da renda nacional, aspecto que mais cruelmente caracteriza a região. Através do Banco do Nordeste, exerce a União o papel suplementar de ativar a economia nordestina, mediante uma política de investimentos e financiamentos, que opera em três esferas distintas de aplicação: o setor industrial, o setor agropecuario e o setor comercial.

Não se pode afirmar, Senhor Presidente, que as medidas de proteção e amparo ao Nordeste só se tenham feito sentir na quadra mais recente de nossa vida administrativa. As tentativas governamentais, que são mais remotas do que as pregações da campanha civilista, já existiam de forma intermitente desde a criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, mais tarde transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS. É inegável, entretanto, que o surto de racionalização dessas medidas, em caráter continuado surgiu com a instituição desses dois organismos, o Banco do Nordeste e a SUDENE. Aquêle instituído em 1953 e esta em 1959. Quando a SUDENE teve aprovado o seu primeiro Plano Diretor já encontrava em atividade há cerca de 6 anos o Banco do Nordeste do Brasil. Atuando em esferas diferentes e com características próprias, os dois órgãos federais exercem atribuições específicas que se complementam. O acervo de trabalho do Banco do Nordeste, at. 328 insti-

tuida a SUDENE, garante a esta última um amparo e um apoio que se tornaram essenciais para as medidas programadas. Daí por que a própria cronologia da fundação das duas entidades foi benéfica para o êxito dos empreendimentos levados a efeito. É indispensável, no entanto, para nos atermos aos esforços pela industrialização do Nordeste — objetivo desta análise — caracterizar a área de atuação dos dois organismos. Assim é que a SUDENE tem por finalidade precípua planejar e coordenar os investimentos de recursos federais ou obtidos por créditos no exterior, nas atividades tendentes a atender as condições adversas que estrangulam as possibilidades de desenvolvimento na área sob sua jurisdição. É o próprio Programa de Ação Econômica do governo que indica, a fls. 223 e 227 de sua edição em síntese, os campos de atuação reservados a SUDENE. O quadro III, que discrimina a necessidade de recursos internos para a execução do plano diretor da SUDENE,

Em termos absolutos esses recursos estão assim distribuídos:

Natureza do investimento	1964	1965	1966
Investimento da infraestrutura	29.636	60.741	67.161
Outros investimentos	18.569	26.370	25.777
Industrialização	2.776	2.222	2.074
Total	50.981	89.333	95.012

Isto evidencia que a participação da SUDENE no processo de industrialização se restringe aos investimentos que, pela própria natureza, devem ser de ordem pública. A iniciativa privada — à qual o governo concede estímulos e incentivos fiscais — cabe o esforço principal desse objetivo, de acordo com o planejamento democrático posto em prática pelo governo. E em decorrência desse fator da política administrativa da União que nos Planos Diretores da SUDENE, para 1964, 1965 e 1966 as contribuições para a industrialização do Nordeste somam apenas 7 bilhões e 72 milhões de cruzeiros, num total de mais de 235 bilhões. Em termos percentuais, a industrialização deveria absorver 0,54% em 1964, 0,27% em 1965 e 0,22% em 1966.

Entretanto, a industrialização guarda uma relação muito íntima com o problema da renda nacional. E' aliás Celso Furtado, em sua obra "Formação Econômica do Brasil", que evidencia a relação da renda com a atividade industrial. E o faz nos seguintes termos:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração, ocorreu aparentemente, durante a primeira guerra mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários estavam concentrados no Estado de São Paulo. Em 1940 essa percentagem havia su-

no período de julho de 1964 a dezembro de 1966, tomando por base a unidade monetária com seu valor em junho de 1964, indica que, do montante de 235 bilhões e 326 milhões de cruzeiros, os setores da infraestrutura econômica (energia, transporte e saneamento básico) representam, respectivamente, 63 e 71% dos totais reservados para 1965 e 1966. Diz ainda o Programa de Ação Econômica:

Em seguida, na ordem de prioridade, vêm os investimentos na pesquisa de recursos naturais, que correspondem a 12,4% e a 10,5% do total dos investimentos em 1965 e 1966. Os investimentos no aperfeiçoamento do fator humano ocupam o 3º lugar na ordem de prioridade, absorvendo 8,1% do montante total dos investimentos programados para 1965 e 1966. Finalmente vêm os investimentos nos setores agricultura e abastecimento, industrialização e organização do povoamento.

humanos e de infra-estrutura, disponíveis para a instalação ou ampliação de indústrias. A produtividade das empresas está intimamente condicionada a esses fatores e são esses fatores essenciais que o Nordeste possui no estágio imediatamente posterior à liberação tarifária de 1844, quase que como consequência ou prolongamento da sólida estrutura agro-industrial do açúcar. Foram as melhores condições do eixo geo-econômico do Rio e São Paulo decorrentes da oferta abundante de mão-de-obra especializada que, depois da década de vinte, deram a supremacia ao centro-sul do país, promovendo a progressiva marginalização do Nordeste. O papel da SUDENE, por consequência, deve ser o de restabelecer esses pre-requisitos da industrialização. Daí a concentração de seus recursos no estabelecimento de uma nova e atualizada infra-estrutura, no aperfeiçoamento do fator humano, e na pesquisa de recursos naturais.

O Sr. José Euríbio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não.

O Sr. José Euríbio — Acho que V. Exa. tem toda razão. Em fins de setembro e princípio de outubro do ano passado, a SUDENE tinha, no Banco do Nordeste, depósito de 12 bilhões de cruzeiros sem aplicação. Não é justo que esse dinheiro não se aplique por falta de aprovação de processos. Neste modo, estão sabotando o Nordeste.

O SR. JULIO LEITE — Obrigação a V. Exa.

Paralelamente ao esforço pela criação de uma infra-estrutura que comporte e sustente a industrialização do Nordeste, outras agências de desenvolvimento estimularam e assistiram a iniciativa privada, no papel básico que lhe está reservado pelo planejamento governamental. Uma dessas agências — a mais importante — é o Banco do Nordeste. A este estabelecimento cabe propiciar crédito e financiamento aos setores agropecuario, comercial e industrial na região nordestina. Foi exatamente o que esclareceu o Ilustre Presidente desse órgão, quando disse, na CPI da Câmara que investiga os preços dos tratores, qual o papel do Banco:

A alternativa preferida pelo Governo, no caso particular do BNDE, foi a de criar uma instituição mista, que executasse uma tripla função, operando ao mesmo tempo como banco comercial, banco de crédito especializado e banco assistencial.

Do fato — prossegue o Presidente do Banco — como banco comercial, utiliza os recursos de curto prazo de que dispõe, realizando empréstimos para recomposição e refração do capital de trabalho nas empresas, preferencialmente mediante o desconto de legítimos efeitos comerciais.

Na função de banco de crédito especializado, vale dizer, banco rural e industrial, objetiva prestar assistência financeira de longo prazo a empreendimentos rurais e industriais, através de:

a) empréstimos para investimentos que visem ao aumento da produção e produtividade regionais, seja através do reaparelhamento, modernização e expansão das empresas existentes, seja mediante a instalação de novas empresas;

b) empréstimos para custeio de despesas correntes de produção especialmente no setor agrícola tendo em vista possibilitar melhor aproveitamento dos fatores de pro-

bido para 34,9 e em 1950 para 38,6. A participação do Nordeste (incluindo a Bahia) se reduz de 27 por cento em 1920 para 17,7 em 1940 e 17 em 1950. Se se considera não o número de operários mas a força motriz instalada (motores secundários) a participação do Nordeste diminui, entre 1940 e 1950, de 15,9 para 12,9 por cento. Os dados da renda nacional parecem indicar que esse processo de concentração se intensificou no pós-guerra. Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 45,3 por cento, entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluindo a Bahia) passou de 16,3 para 9,6 por cento. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita. Em 1955, São Paulo, com uma população de 10.330.000 habitantes, desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina (Op. cit. fls. 273, 274. Ed. Fundo de Cultura).

Como conciliar então, Sr. Presidente, a importância do processo de industrialização do desenvolvimento econômico do Nordeste e a destinação de recursos tão pouco significativos nos planos diretores da SUDENE, se é o seu próprio inspiração e primeiro Superintendente quem resalta a relação entre ambos? Há quem atribua essa aparente contradição às convicções ideológicas do ex-Superintendente da SUDENE. Foi buscar a justificativa da política da SUDENE na exposição de suas próprias teses. No entender daquele economista — e essa parece a concepção generalizada tanto de monetaristas quanto de estruturalistas — a industrialização é um processo que só se desenvolve quando há recursos

dução utilizados pelas empresas regionais;

c) realização de outras operações típicas de bancos de investimentos. Como banco assistencial, exeguta o BNB certas tarefas adicionais que, normalmente, não constituem funções de instituições bancárias, tais como:

a) prestação de assistência técnica a agricultores e industriais do Nordeste, estimulando a introdução de melhoramentos tecnológicos ou a elaboração de projetos específicos e identificação de oportunidades de investimento na Região;

b) realização e divulgação de estudos e pesquisas sobre o potencial de recursos, oportunidades de investimentos, problemas estruturais e conjunturais da economia nordestina e políticas econômicas de interesse para a região;

c) promoção ou colaboração em programas de treinamento para formação de pessoal e aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário ao Banco, a empresas e a instituições da região. (Exposição perante a CPI encarregada de investigar os preços dos tratores destinados à Agricultura. — Ed. mimeografada do BNB. Fortaleza, novembro de 1965).

Com a atuação do Banco do Nordeste, concebida nos termos que acabamos de ler, tanto os industriais da região nordestina, quanto os investidores do sul do país, atraídos pelos estímulos fiscais, passariam a dispor, além das disponibilidades de crédito de que gozam nas demais Unidades da Federação, com uma agência de crédito e investimento dedicada exclusivamente ao Nordeste. Daí se afirmar, com certa frequência, que a industrialização de nossos Estados contava com foros de privilégio, por dispormos de maiores possibilidades e maiores disponibilidades tanto de crédito, quanto de financiamento e investimento. E assim deveria ser. Sr. Presidente, para se alcançar o objetivo de eliminar as disparidades da renda daquela região com o resto do país.

A realidade, entretanto, é outra. Por sinal, muito diferente das formulações teóricas a que nos habituamos a ouvir. Senão vejamos, Senhores Senadores. Os objetivos do Programa de Ação Econômica do Governo, no que diz respeito à luta contra as disparidades regionais da renda estão assim discriminados a fls. 45:

As disparidades regionais da renda (o capítulo aqui refere-se expressamente ao Nordeste) ainda são por demais acentuadas. Com o fim de atenuá-las o presente Programa fixa as seguintes diretrizes:

a) ativar-se-ão os órgãos de planejamento regional, dando continuidade aos seus programas, conferindo-lhes maior flexibilidade administrativa e tornando mais rápida sua ação de estímulo aos investimentos nas áreas sob sua orientação;

d) procurar-se-á drenar uma parcela relativamente substancial da ajuda externa, para a realização de investimentos e para a criação de economias externas nas regiões menos favorecidas.

Quando o programa deu ênfase à flexibilidade administrativa e à rapidez na sua ação de estímulo aos investimentos, nas áreas sob sua orientação, as autoridades tinham em vista exatamente, a urgência nas me-

das de industrialização, conhecendo, certamente, as acusações de morosidade na realização desses objetivos, muitas vezes oriundas de regulamentos e normas que não se coadunam com as necessidades locais. O outro item referia-se à captação de recursos oriundos do exterior, para a formação de economias externas nas regiões menos favorecidas. Este último ponto era já objeto das preocupações do Banco, que em 3 de agosto de 1961, firmara um contrato no valor de 10 milhões de dólares, para repasse, mediante financiamento, a empresas privadas da região. Esses recursos seriam utilizados, entre outras finalidades, no programa de reaparelhamento da indústria têxtil do Nordeste, por sinal aquela a que se referia o economista Celso Furtado em sua obra, como das mais importantes e representativas do Nordeste, só superada pela agro-indústria açucareira. Esse programa, que foi das primeiras e das mais importantes preocupações da SUDENE, visava ao duplo objetivo de dar condições de produtividade à estrutura industrial existente e permitir a sua expansão até os limites possíveis e razoáveis, com imediata repercussão no abastecimento do mercado regional, colocando-a inclusive em condições de competir com a florecente e moderna indústria têxtil do Sul do país. Esse foi sem dúvida, Sr. Presidente, o primeiro teste da SUDENE. Criou-se uma equipe mista SUDENE-Banco do Nordeste. Os fabricantes de equipamento industrial para esse ramo em São Paulo foram informados que as encomendas de máquinas nacionais para o programa utilizaria, durante muito tempo, a capacidade produtiva das indústrias de São Paulo. Os projetos foram preparados de acordo com as normas e recomendações técnicas da SUDENE e do Banco. Segundo os elementos em nosso poder, fornecidos pelo BND foram analisados 27 projetos. Desses, 20 foram arquivados, 1 indeferido e 6 contratados. Aliás, depondo perante a Comissão Especial que investiga os preços das matérias-primas de exportação, no Senado, o próprio Presidente do BND, referindo-se a esse programa esclareceu:

Nós nos desgatamos muito com esse programa, com resultados pequenos. Isto nos compromete na utilização desses dólares. Demos absoluta prioridade ao programa de reequipamento da indústria têxtil, que é a principal do Nordeste.

É ainda Sua Senhoria quem esclarece, no mesmo depoimento, que grande parte do desinteresse manifestado decorria do risco que teria que ser assumido pelos contratantes, pelo valor da taxa do dólar, na época do reembolso. Segundo aquela autoridade o dólar fixado a Cr\$ 610, na época da efetivação do negócio, teria que ser convertido hoje, para amortização, na base de Cr\$ 2.200. Isto quer dizer que a amortização de uma parcela de ... US\$ 10.000.00 convertida em 1961 ao equivalente a 6 milhões e 100 mil cruzeiros representaria hoje 22 milhões de cruzeiros. Essa fuga é tanto mais justa quando se sabe que no Sul do país, indústrias de muito maior rentabilidade, não se interessaram por empréstimo com essa cláusula de risco. A COPEG, no Estado da Guanabara, é o próprio BNDE, que celebraram contratos de financiamento com o BID ou outras agências internacionais de crédito, não exigem de seus mutuários idênticas condições. O próprio empréstimo entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional e a COPEG só se concretizou depois que as autoridades fazendárias concorda-

ram em garantir a taxa de conversão. E isto por que a direção da companhia estatal julgava inaceitável para os seus contratantes a imposição aleatória. Se isto ocorreu na Unidade mais desenvolvida da União, em termos de renda, o que dizer com relação ao Nordeste?

As operações contratadas pelo BND, 1 em 1965, 4 em 1964 e 1 em 1963, representaram Cr\$ 2.262.252.000, e ... US\$ 1.640.871.00. As operações arquivadas e indeferidas, por sua vez, somaram Cr\$ 3.725.393.000, e ... US\$ 11.189.571.00. Para que se possa estabelecer um confronto entre as importâncias aplicadas nesse programa e a contribuição de outras agências de crédito que não têm campo de atuação específica no Nordeste basta dizer que a importância aplicada em cruzeiros é pouco superior a 1/3 dos últimos repasses feitos pelo BNDE em 6 Estados do Norte e Nordeste, à conta de empréstimos idênticos firmados com o BID.

Há no entanto um fator preponderante, que diz respeito exatamente ao primeiro dos dois pontos a que a pouco me referi, como objetivo do Programa de Ação Econômica do Governo no que tange ao desenvolvimento regional, qual seja o da ativação dos órgãos regionais de planejamento, e a rapidez de sua ação. São as acusações de morosidade no exame dos projetos submetidos à SUDENE. Os 21 projetos indeferidos e arquivados tiveram uma tramitação de 538 meses, o que dá, Senhor Presidente, a média de 26 meses por projeto. Para que o Senado tenha uma idéia, há projetos que tramitaram no Banco do Nordeste, antes de serem indeferidos, 31 meses. Quase três anos. Desses, 21 pedidos, 15 foram arquivados por desistência, 1 por inviabilidade financeira, 3 por inviabilidade técnico-administrativa e 2 por terem que ser reformulados. No que diz respeito aos projetos aprovados, 5 deles levaram 111 meses, o que dá a média de 22 meses e meio de tramitação por projeto e 1 apenas levou 4 meses. É significativo o fato de que um desses projetos levou para ser aprovado, nada menos do que 41 meses tramitando! Isto não inclui, Srs. Senadores, 33 outros projetos também relativos à indústria têxtil, porém não relacionados com o referido programa de reaparelhamento da SUDENE, fato que eleva os indeferimentos dos projetos desse ramo industrial a 54, para um atendimento de apenas 6, o que significa o atendimento de pouco mais de 10%. O que talvez se pudesse alegar seria a insuficiência dos recursos do empréstimo de US\$ 10 milhões obtidos do BID. Mas nem isso parece proceder, uma vez que dessa importância, até 31 de agosto de 1965, ou seja, 4 anos depois de sua assinatura foram empregados apenas US\$ 4.516.757.42. Enquanto em 4 anos de vigência desse empréstimo o Banco do Nordeste concretizou 23 operações, por conta desses recursos, o BNDE, através do FINAME enquadrou 215 pedidos de empréstimos nos primeiros 4 meses de funcionamento. Enquanto a participação dos empréstimos, em cruzeiros, nesses 23 empréstimos somou Cr\$ 14.052.888.000, a participação do Banco do Nordeste foi de menos de 1/3 desse montante, ou mais precisamente, Cr\$ 4.438.266.020.

Os últimos repasses do BNDE a instituições regionais de crédito em seis Estados do Norte e Nordeste so-

maram cerca de 1 vez e meia esse montante, ou seja Cr\$ 6 bilhões.

Vossas Excelências podem constatar — e é o próprio Presidente do Banco que informa, no depoimento prestado na Comissão Especial desta Casa — que a maior dificuldade do estabelecimento que dirige reside em obter recursos para complementar os investidores do sul do país que se beneficiam dos arts. 18 e 34 dos Planos Diretores da SUDENE. Isto porque para cada 10 milhões de cruzeiros depositados ao abrigo desses dispositivos o investidor terá que contribuir com outros 10 milhões, cabendo ao Banco complementar o investimento com igual quantia, ou seja, mais 10 milhões. Quer dizer, a contribuição do Banco, para tornar efetivo esse investimento, é igual a 100 por cento da importância depositada, ou 50 por cento do montante investido.

No caso dos industriais do Nordeste, como acabamos de demonstrar, essa participação não alcança um terço dos recursos próprios aplicados pelas indústrias beneficiárias de empréstimos. E' de se presumir que numa região descapitalizada as normas de operação contemplassem as indústrias locais com base ligeiramente superiores àquelas que são deferidas aos investidores de fora. Mas o que ocorre é exatamente o inverso. Reserva-se para os investidores de fora, melhores e mais razoáveis condições do que para aqueles que tiram recursos, para reinvestir, de suas próprias indústrias deficientes e carentes de capital!

Antes de prosseguir na análise dos resultados obtidos com a atuação do BNB e da SUDENE no setor da industrialização do Nordeste, parece-me indispensável deixar bem claro que esse estabelecimento de crédito, tanto quanto o órgão de desenvolvimento, tem prestado inúmeros e relevantes serviços na transformação social e na implantação da infra-estrutura daquela região. Mesmo no aspecto a que me estou referindo, a comprovada morosidade que não encontra paralelo em qualquer outro órgão da administração federal pode ser debitada ao fato dos projetos serem selecionados em duas etapas: na SUDENE, que examina os aspectos relativos à correlação da indústria com os recursos locais, e no Banco que estuda os aspectos técnicos, administrativos, econômico e financeiro do empréstimo. Os prazos que citei, entretanto, dizem respeito somente ao Banco, pois não possui os elementos da SUDENE. Em depoimento também prestado na Comissão Especial, presidida pelo Senador Sigefredo Pacheco, o ilustre Superintendente da SUDENE informou que para prevenir essa tramitação longa que também se verifica no órgão que dirige, determinou que os projetos sejam submetidos a uma pré-análise.

Esses percalços, no entanto, não se referem somente a esse programa, que foi um dos primeiros e mais importantes, cujos resultados patentizam o fraco êxito das medidas postas em execução.

No que diz respeito às atividades de financiamento industrial do Banco, julgo eloquente um confronto entre os empréstimos contratados e as operações indeferidas e arquivadas. Exclui desse confronto as solicitações e os contratos firmados com entidades

públicas, par só cingir-me ao aspecto essencial dessa análise, que são as medidas de industrialização relacionadas com a iniciativa privada. Esse confronto revelou o seguinte resultado:

ANOS	Aprovados		Indeferidos e Arquivados	
	Número	cr\$ 1.000,	Número	cr\$ 1.000,
1935	49	66.875	29	85.335
1936	16	23.514	20	145.163
1937	9	8.723	51	153.359
1938	16	120.571	23	123.251
1939	19	370.029	23	299.011
1940	18	729.430	9	311.149
1961	16	721.330	13	293.129
1962	27	916.853	13	293.121
1963	21	954.093	22	3.273.273
1964	23	3.253.097	32	5.853.123
Total	214	7.216.192	293	19.925.075

Isto nos dá a média de 21,4 contratos por ano e 29,3 indeferimentos e arquivamentos. O valor médio de cada contrato firmado, computadas as importâncias em moeda nacional, tanto das solicitações quanto dos contratos é de Cr\$ 33.720.000.

Relativamente aos pedidos arquivados foi possível constatar que dos 162 projetos, 118 o foram por desistência dos interessados, enquanto 37 curtos, devido ao prazo decorrido ou a outras razões, tiveram que ser reformulados. Do restante, 20 não se enquadravam nas normas operacionais do Banco, 10 eram inviáveis técnica, econômica, financeira e administrativamente e 2 por motivos diversos.

Com referência aos projetos aprovados, posso adiantar que muitos deles, ao serem contratados os respectivos financiamentos, estavam já intimamente realizados, porque não é possível promover a industrialização, aguardando-se prazos que em média, como demonstrai, vão além de vinte meses. Verifiquem, por exemplo, que o prazo médio de exame no Banco do Nordeste, relativamente aos projetos de empresas privadas, contratados em 1935 foi de cerca de 17 meses; portanto, quase um ano e meio. Nesse período o menor prazo foi de 8 meses e o maior de 33 meses!

Senhor Presidente, Senhores Senadores, este assunto não se esgota aqui. Vou prosseguir esta análise na primeira sessão que me for permitido.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Exª um aparte?

O Sr. JULIO LEITE — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Estamos ouvindo atentamente a interessante exposição que V. Exª vem fazendo. Lamentamos apenas seja hoje uma sexta-feira, dia da semana em que o plenário se apresenta quase vazio. O discurso que está sendo proferido por V. Exª interessa muito a todos nós e pode contar V. Exª com a nossa solidariedade nessa campanha que inteligentemente está iniciando hoje.

O Sr. JULIO LEITE — Muito obrigado a V. Exª.

(Continuando a leitura) — É uma tarefa árdua para a sensibilidade desta Casa, onde, por uma imposição natural de nossa atualidade, os assuntos de natureza política têm curso

mais livre. Mas quero crer que a importância dessa tarefa jurídica a via extensa. Representante do maior dos Estados coadunados sob a bandeira do SUDENE e do Banco do Nordeste, não ocupa a atenção de Vossa Excelência, pelo simples prazer de desenvolver um tema ou de antemão fazer insinuações e comentários que, na maioria das vezes têm sido úteis e prestantes àquela região. Minha preocupação, como sei, é inicialmente e apenas a de fazer um comparativo sereno, um confronto útil, do qual possam resultar medidas, algumas das quais vou alinhar no fim de meu trabalho. Medidas, Senhor Presidente, que visam ao único e patriótico efeito de auxiliar o Nordeste a industrializar-se com a urgência que o país requer e reclama, pois a esse fim não têm fervermente falado e comprometido o edifício e o acolhimento de todo o Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra, nos termos do art. 163, parágrafo 2º, do Regimento Interno, o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, não deveria nem poderia passar sem um registro especial a comemoração do Jubileu de brilhante do Supremo Tribunal Federal, ocorrido na segunda-feira última, 28 de fevereiro.

Já deveria ter realizado esta homenagem e a teria feito precisamente naquela data se o Congresso não estivesse em recesso.

Impunha-se, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que uma voz da Câmara Alta, nesta oportunidade, realizasse aquele importante acontecimento numa sincera e expressiva homenagem à Majestade da Justiça brasileira, consubstanciada naquela Egrégia Corte, que se acha instalada em Brasília, nas vizinhanças do Congresso, também na Praça dos 3 Poderes.

É o que estou neste instante concretizando com esta modesta oração que aliás, deveria ser proferida por uma das grandes figuras do mundo jurídico existente nesta Casa, cujos nomes deixo de citar porque o Senado os conhece muito bem a todos.

Preocupado, no entanto, com o decorrer dos dias, achei que a comemoração do 75º aniversário do Supremo Tribunal Federal poderia, por lamentável lapso decorrente da ausência do reinício dos trabalhos legislativos, passar sem as indispensáveis e necessárias homenagens desta Casa.

Dai, Senhor Presidente e nobres colegas, a resolução de fazer este pronunciamento que levarei a manifestação de nosso afeto, de admiração cívica e de respeito a esse grande órgão Constitucional que representa a cúpula da Judicatura do País.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Acredito que V. Exª far, neste instante, o registro em nome de todo o Senado. Posteriormente, quero apontar assinalar que esse registro é talvez mais justo quanto ao Supremo Tribunal Federal, ao analisar seus 75 anos de funcionamento, vive exatamente um dos instantes culminantes de sua atuação na defesa da ordem jurídica e da ordem democrática no Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador Josephat Marinho, representante da Bahia, que vai ilustrar a minha oração, dando brilho ao registro que hoje fazemos em homenagem à mais alta Corte de Justiça do nosso País.

Sem querer referir-me aos nobres magistrados que compõem, hoje, a Suprema Corte do Brasil, por não, o enaltecimento de algumas das suas excepcionais fontes do passado, como Pires e Almeida, Epitácio Pessoa, Pedro Lessa, Pires e Albuquerque, Guimarães Neto, Edmundo Lima, Hermenegildo de Barros, Ary Franco, e tantos outros que constituíram colunas mestras e sustentáculos da Justiça brasileira, como membros proeminentes que foram do Supremo Tribunal Federal agora adivos os nossos aplausos pela comemoração do seu 75º aniversário de existência.

Concluindo, Senhor Presidente, quero fazer chegar à mais alta Corte de Justiça da nossa Pátria, na pessoa do seu eminente Presidente, Ministro Ribeiro da Costa, as minhas homenagens em nome da Paraíba, que representa no Senado da República. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz, nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. DINARTE MARIZ:

(Sem revisão do orador) — Senhor, Presidente, Senhores Senadores, trago ao conhecimento desta Casa telegrama que acabo de receber do Presidente da Liga Artística Operária do Rio Grande do Norte. Trata-se do velho líder da classe operária da minha terra, que fez chegar até aqui um apelo, no sentido de que as altas autoridades da República tomem conhecimento da situação que se está criando naquele Estado, quanto ao aumento do custo de vida.

Tenho o prazer de ler o conteúdo do telegrama:

"A Liga Artística Operária norte-riograndense, diante da violenta e arbitrária alta do custo de vida, que impossibilita a sobrevivência das classes menos favorecidas, clama ao Senado da República providências urgentes no sentido de reprimir a exploração do operariado, sendo a principal vítima e forçado ao regime de subalimentação. Nos últimos 30 dias subiram os preços em Natal: carne de Cr\$ 1.800 para Cr\$

2.400; feijão de Cr\$ 330 para Cr\$ 700; arroz de Cr\$ 330 para Cr\$ 400 e açúcar de Cr\$ 250 para Cr\$ 350. Confinio que eminente patriota transmitirá aos poderes competentes o clamor da população desfavorecida deste Estado. Respeitosas saudações. — Antônio Feliz da Silva — Presidente."

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre Senador um aparte? (Assentimento do orador) — Só para esclarecer que o nobre Senador Manoel Viçosa, colega de representação de V. Exª, recebeu telegrama idêntico. Passou-me as mãos esse telegrama, solicitando-me que o fizesse chegar ao conhecimento das autoridades superiores, como pede o signatário. Aconselhei-o a que aguardasse uns dias, antes de usar a tribuna, porque iria levá-lo, como o fiz ontem, ao Presidente da República, pedindo a S. Excelência tomasse as providências cabíveis no conjunto de medidas que vem adotando para por um parêntese ao aumento do alto custo de vida. Este aparte é para ressaltar a posição do Senador Manoel Viçosa que me incumbiu dessa missão, a qual — Repito — dei cumprimento, ontem.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exª, que dá conhecimento à Casa de medidas já encaminhadas por intermédio das autoridades da República.

Sr. Presidente, sei que não sou, conheço muito bem a situação do Rio Grande do Norte e esta mensagem vem alertar-me no sentido de reclamar das autoridades da República as medidas solicitadas, fazer um apelo para que se estenda ao campo da produção, o plano econômico que está sendo executado pelo atual Governo.

Nesta hora, quando começam a cair as primeiras chuvas no Polígono das Secas, onde está situado meu Estado, os generos de primeira necessidade sobem e o sertanejo vai trabalhar, pagando pelo alimento — digamos — feijão, o preço de Cr\$ 700. Confia em que as chuvas, amanhã, lhe darão uma colheita dádiosa como retribuição ao seu esforço. Mas acontece que ao chegar a hora da colheita, será obrigado a vender o produto do seu esforço, do seu trabalho por um terço do preço por que o está pagando agora.

É necessário que o Governo volte suas vistas para a produção, principalmente a agrícola. Não alguma do mundo pode eger-se com uma população faminta. É evidente que a produção agrícola hoje não corresponde o aumento da população. Dia a dia verifica-se a desertificação do sistema de amparo à agricultura, com novas medidas, novas leis, que nunca chegam à porta do trabalhador, do agricultor, com a prontidão necessária, ou melhor, com o auxílio necessário para que ele possa trabalhar e produzir e ter a certeza de que o seu esforço não é em vão, o seu trabalho não é improfícuo. Infelizmente, ele fica sempre na expectativa da época da colheita, quando os preços representam apenas um terço daquilo que ele pagou durante o seu trabalho.

Sr. Presidente será difícil ao Governo estabelecer um sistema de controle de preços, assegurando o mínimo ao agricultor para que ele possa realmente ter a certeza de se sentir garantido no seu esforço, isto é que o preço do seu produto corresponda ao trabalho empregado.

O Sr. Aulio Fontana — Permite V. Exª, um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador V. Exª, está pronunciando discurso sobre um tema que realmente deve preocupar o nosso Governo e todos que, de uma ou outra maneira, têm responsabilidade nos destinos deste País. É um problema muito sério, porque as nossas terras produzem muito pouco, a produtividade é baixa. Daí o Governo precisar pensar seriamente em en-

contrar uma fórmula para aumentar a produtividade dos campos. Quanto aos preços que os nossos produtos alcançam em geral, estes não correspondem ao esforço empregado porque, a nossa produtividade, por área de terra, é muito baixa. Em discurso que pronunciei esta semana, referi-me ao problema dos fertilizantes. As nossas terras estão esgotadas; são terras cultivadas há dezenas e dezenas de anos sem receberem o tratamento indispensável. Consequentemente, o nosso lavrador se esforça, trabalha, planta, mas colhe muito pouco, e esse pouco, naturalmente, custa um preço unitariamente muito elevado. Daí por que devemos louvar a atitude de V. Exa. em abordar o problema, esperando que o Governo do ilustre Presidente Castello Branco leve em muito boa conta as referências de V. Exa. e procure encontrar a verdadeira solução para aumentar a produtividade. Somente com o aumento da produção poderemos estabilizar os preços de gêneros alimentícios com preços melhores. Do contrário, o nosso produtor continuará abandonado, a produtividade baixará dia a dia, empobrecendo-o ainda mais.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador Dinarte Mariz, permite que dê uma resposta ligeira ao Senador Atilio Fontana?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. José Guimard — Quería lembrar ao nobre colega Atilio Fontana que, na Itália, as terras estão produzindo há mais de dois mil anos.

O Sr. Atilio Fontana — Mas aí o problema é exatamente do cultivo do solo, dos fertilizantes, das sementes e também de assegurar um preço justo à produção.

O Sr. Domício Gondin — Senador Dinarte Mariz, permite-me um aparte? (Assentimento do orador) — Julgo que o problema está sendo colocado em um ângulo um pouco diferente do que deve ser apresentado. Como o nobre Senador acabou de falar, as terras da Itália estão cultivadas há dois mil anos. No entanto, o problema da agricultura brasileira é outro. Na Itália, o nível do agricultor médio é de técnico; nos Estados Unidos é de agrônomo; na Alemanha quase que se equivale; no Japão também. Então, isto prova que a tónica não é o uso do fertilizante, mas sim a capacidade do homem, o conhecimento do homem, a educação do homem. O Governo atual está tomando essas providências. A questão de só colocar adubo na terra não aumenta a produtividade; é preciso saber colocá-lo. E, sobretudo, não é apenas com a providência isolada de apenas um ano e sim, na maioria das vezes, de dezenas de anos consecutivos. Portanto, é o homem que deve ser cuidado; é imprescindível a educação do homem e a formação do homem do campo, porque todos os outros resultados são negativos.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Fazendo soar as campainhas — Permite-se, Senador Dinarte Mariz, ressaltando problemas futuros para esta Presidência avisar que o tempo de que V. Excelência dispõe está esgotado. E V. Excelência avisará ao Sr. 1º Secretário da Casa... (Riso.)

O Sr. Atilio Fontana — Apenas algumas palavras. Além dos fertilizantes, é preciso realmente o preparo do homem.

O SR. DINARTE MARIZ — Senhor Presidente, agradecendo os apertes dos meus nobres colegas, quero concluir a minha oração dizendo que, quanto aos fertilizantes, a maneira

de colocá-los, seriam os técnicos que iriam indicar.

Sr. Presidente, a questão é de política da produção, não a reforma agrária, de que tanto se fala, mas organizar a produção brasileira, assegurar preços mínimos ao agricultor, para que possa receber a retribuição do trabalho num nível em que possa estar tranquilo quanto ao seu futuro e de sua família.

Venho apelar para o Governo para que ele leve o crédito necessário à produção de alimentos, para depois desenvolver a educação de nosso povo. Nenhum povo pode educar-se com o estômago vazio. E nos sabemos que o homem de estômago vazio, quando se capacita intelectualmente, porque a fome nem sempre é boa conselheira, dificilmente poderá usar aquela idêntica necessária ao enriquecimento e progresso de nosso País.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, no dia em que o Governo atacar com ânimo resoluto a organização da agricultura brasileira, este País terá um futuro diferente. Isso é que precisamos — dar a instrução necessária ao homem para trabalhar, dar a segurança de que, trabalhando hoje como está trabalhando, recebendo os gêneros alimentícios pelo preço por que está recebendo, amanhã, quando a terra lhe devolver o fruto do seu trabalho na colheita, poderá ter também preço justo assegurando para que não veja o seu trabalho durante esse tempo desperdiçado ou sem nenhum rendimento, e cada dia continui o seu espírito descrente nos destinos de nossa Pátria.

Eram estas as palavras que deveria pronunciar, fazendo um apelo ao Governo do eminente Presidente Castello Branco, não só no sentido de corrigir o mal que nos está afligindo nesta hora — que é velho, porque desde o começo da nossa História que isso acontece — corrigi também, de uma vez para sempre, o sistema de produção no Brasil, a fim de que a população brasileira possa ter melhores dias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem.).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Para a Comissão Especial designada a emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1955, procedente da Câmara dos Deputados, que altera a redação do art. 193, da Constituição Federal, suprimindo-lhe o parágrafo único, a Presidência designa os Srs. Senadores:

ARENA

1. Wilson Gonçalves
2. Jefferson de Aguiar
3. Afonso Arinos
4. Heribaldo Vieira
5. Eurico Rezende
6. Milton Campos
7. Gay da Fonseca
8. Manoel Vilça
9. José Feliciano
10. Julio Leite

MDB

11. Antonio Baubino
12. Arthur Virgílio
13. Bezerra Neto
14. Josaphat Marinho
15. Argemiro de Figueiredo
16. Edmundo Levi (Pausa.).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Zacharias de Assumpção
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco

Dinarte Mariz
Afonso Arinos
Milton Campos
Benedicto Valladares
José Feliciano

Lopes da Costa
Filinto Müller (12).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A lista de presença acusa o comparecimento de 39 Srs. Senadores.

Item 1 da pauta.

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1955, originário na Câmara dos Deputados (nº 234-A de 1955 na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher, tendo Partezes favoráveis, sob nº 59 e 60, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 2.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 79, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Atilio Fontana solicita a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da República na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro último.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Será feita a transcrição pedida.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto. (Pausa)

Sr. Ex^a está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa)

Sr. Ex^a está ausente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos últimos oito meses o Estado de Santa Catarina vem sofrendo verdadeira calamidade pública, em face das excessivas chuvas que ocorrem ali.

As enchentes assolaram meu Estado, a partir de agosto do ano passado, culminando por desruírem a ponte de Passo do Socorro, no Rio Pinóias, impedindo, o tráfego entre o Rio Grande e o resto do País. Reconstruída em caráter precário a ponte, posteriormente, no fim do ano passado, foi a obra provisória novamente arrasada pelas águas.

Ainda nos últimos dias do mês passado, encontrava-me em Santa Catarina e pude constatar os grandes prejuízos que as enchentes tem causado em várias regiões.

Telegramas nos têm chegado relatando os acontecimentos. Ainda agora, recebemos um do Sr. Governador do Estado e que diz o seguinte:

"Levo ao conhecimento de V. Ex^a que chuvas torrenciais assolaram sobre os Municípios do Bairro e do Alto Vale do Itajaí, no litoral do norte e do sul, interrompendo o tráfego e atingindo o parque industrial, destruiu importante lajeiras e assumindo proporções de calamidade pública, consome urgentes solicitações de auxílio endereçadas aos Prefeitos das referidas comunas. Estou enfrentando problemas sérios e dificuldades, tendo solicitado a colaboração urgente das autoridades federais a fim de atender a diversas regiões em emergências tão aflitiva. Estou certo de que contarei com vossa apoio junto as autoridades. Cordiais saudações. — Ivo Silveira, Governador.

As lavouras do Estado de Santa Catarina foram, pois, grandemente prejudicadas; as estradas, quer municipais, estaduais e federais, em precária situação, têm o tráfego interrompido em diversos pontos. A situação é de verdadeira calamidade pública.

Sr. Presidente, solidarizamo-nos com o Sr. Governador Ivo Silveira no apelo que encaminha a S. Ex^a o Sr. Presidente da República, Marshal Castello Branco, esperando que a União auxilie o Governo do Estado a pôr em ordem principalmente o transporte, melhorando as estradas. Os recursos estaduais, em tal emergência, não têm condições de suportar essa vultosa despesa, tanto mais que o Governo de Santa Catarina é solicitado insistentemente a colaborar com os Executivos municipais, no sentido do restabelecimento do tráfego no interior.

Como se sabe, Santa Catarina, fadado por excelência de produção agropecuária, possui também porque industrial. As estradas são indispensáveis à circulação das suas riquezas. Esperamos, assim, que o Governo da União, através dos órgãos ministeriais competentes, dê a sua colaboração ao nosso Estado, a fim de que se restabeleça a circulação das riquezas, em amparo, inclusive, a nossos abnegados lavradores.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte

**ORDEN DO DIA
PROJETO DE DECRETO**

LEGISLATIVO Nº 50, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 221-A-65 na Casa de origem) que revoga decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de contrato celebrado, em 1º de agosto de 1965, entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Barra do Piraí, e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 61 e 62, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas).

DISCURSO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PROFERIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1966, PUBLICADO NA FORMA DO REQUERIMENTO Nº 79, DE 1966.

Discurso pronunciado pelo Presidente Castello Branco na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro de 1966:

O diploma que me outorgastes, e pelo qual tão generosamente me fizestes cidadão de Minas Gerais, não é, desses que eu possa receber apenas como alta e singular honraria. Longe disso, para mim é representa muito mais. Pois, embora não o houvesse chegado a aspirar, devo confessar que, dados os velhos, profundos e afetivos laços que me unem ao vosso grande Estado — e já agora posso dizer o nosso Estado — ele é a realidade o reconhecimento do que sou há longo tempo: também cidadão de Minas Gerais.

Bastará, aliás, que vos abra por um instante o coração e vos revele períodos marcantes da minha vida, para que bem compreendais quanto sou sincero e veraz no que vos digo. Contados dia a dia faz quarenta e cinco anos que aqui em Belo Horizonte, nesta data, iniciei a minha existência de oficial do Exército. Poderei dizer que o homem tomava o lugar do adolescente. E, por mais que o tempo haja corrido, conservo bem nítidas as imagens daqueles dias, que, para mim, além do início do oficialato militar, haveriam de ser assinalados pela pedra branca do meu casamento. Assim, em Minas Gerais, constitui família, e aos deveres do militar como que se vieram unir novas responsabilidades do cidadão.

Não foi longo esse estágio entre vós. Mas, como se um bom destino me aproximasse da vossa formosa capital, novamente tornei a ela e, somados os dois períodos que aqui tive a felicidade de residir, por mais de cinco anos convivi com a família mineira, ao mesmo tempo que me cabia instruir e comandar jovens contraventores convocados para o serviço das armadas. Sob o sol quente das montanhas e as claras noites, que são o justo encanto da gente de Belo Horizonte, via desdobrar-se diante de mim as perspectivas normais de uma modesta vida devotada à minha profissão. E aqui recebi o influxo das

virtudes mineiras — a paciência sem imobilismo, o realismo sem frieza, o sentido de conciliação democrática sem a irresponsabilidade de atitudes, o apelo à poupança e ao trabalho.

Certamente, vai tudo muito distante. A vossa capital deixou de ser a tranqüila cidade, que ainda recordava os tempos da fundação, para transformar-se na trepidante metrópole, onde pulsam a inteligência, o civismo e o labor dos mineiros. Contudo a gente é a mesma, com as características qualidades que são o seu apêndice desde os primeiros tempos da nacionalidade. Do mesmo modo que inalterados na minha memória, e sempre bem perto de mim, permanecem os benefícios que aqui encontrei e que, mesmo no envelhecer, não ecmaceem nem perdem a retribuição da gratidão e da saudade.

Bem compreendeis, portanto, a razão que me assistia aos vos dizer que o título recebido não era apenas honraria, por mais alta que fosse, mas também o revolver de emoções às quais se une agora a de me ver reconhecido como vosso concidadão.

Mas, como se devesse estar a minha existência sempre vinculada a Minas Gerais, não posso deixar de lembrar que, daqui, e por vigorosa iniciativa do ex-Governador Magalhães Pinto, haveria de partir a Revolução da qual viria a caber-me, poucos dias depois, a maior responsabilidade. Na Presidência da República, não me desliguei deste Estado. Busquei ininterruptamente a colaboração de políticos mineiros, quer na Administração, quer no Congresso Nacional. Na medida das possibilidades financeiras federais, procurei apoiar a profícua gestão estadual encerrada há um mês, e o fiz para, sem dúvida, cumprir um dever da Federação a que, elevada e decididamente, se impôs o Governo da Revolução.

Voltado para um novo estilo de administração e empenhado em acelerar o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, em tempos imemoriais apontada como uma coletividade essencialmente agrícola, aquele destacado homem público deveu os mineiros, e, portanto, o Brasil, haver impulsionado grandes empreendimentos, que, sem dúvida, irão mudar a face do Estado. E os resultados desse esforço progressista e honesto constituem hoje marcos de uma nova era, na qual vemos o progresso escalar rapidamente a Serra do Mar.

Deixamos de ser uma civilização litorânea. E Minas Gerais é a grande porta aberta para o interior do Brasil, e por onde deverá passar o desenvolvimento rumo às imensas e ainda pobres regiões do planalto central. Por isso mesmo bem grande é a responsabilidade dos dirigentes do vosso Estado, pois, além de se capacitarem da impossibilidade do Brasil retroagir para os dias anteriores a 31 de março, devem alçar-se a uma altura em que os grandes interesses do Estado e do país não possam ser prejudicados pelas paixões e ambições políticas.

No particular é verdadeiramente animadora a posição assumida pelo Governador Israel Pinheiro, cujos propósitos de administração e a deliberação de colaborar com a Aliança Renovadora Nacional são o penhor de que não permitirá aos contra-revolucionários pretenderem perturbar daqui a obra da Revolução. Obra na qual são profundamente integrados todos os mineiros, sejam quais forem suas antigas origens políticas, e cujos sentimentos de amor à ordem, a democracia e a liberdade não podem estar esquecidos do tributo que precisaram pagar, inclusive a extraordi-

nária mulher mineira, para que a Cruz de Cristo, vinda nas caravelas dos descobridores, aqui permanecesse firmemente erguida. Estou certo, porém, de que, seguida a política de congraçamento em que se empenha o Governador Israel Pinheiro, muitos são os motivos para confiarmos em que o futuro de Minas Gerais não desmerecerá do presente. E, para isso, o nosso apoio não se ausentará.

Aliás, é justamente para dar aos brasileiros a segurança do futuro que a Revolução não pode abrir mão dos poderes que lhe são inerentes e inseparáveis. Até se implantar com firmeza e ficar a salvo das arremetidas dos que almejam por todos os meios o retrocesso do país à subversão e à corrupção, a Revolução precisará dispor de meios legais adequados.

Meios dos quais a expressão mais forte têm sido os Atos Institucionais. Usados desde a primeira hora do triunfo da Revolução, representam o vigoroso instrumento com o qual foi e continuará possível preservar a democracia sem prejuízo da realização das exigências fundamentais do movimento revolucionário. Na realidade, houve que escolher entre a capacidade de editá-los e a evidente possibilidade do Brasil despenhar-se inevitavelmente nas trevas de uma ditadura. A opção não era difícil, uma vez que o sentimento das Forças Armadas, também responsáveis pela vitória de 31 de março, era justamente no sentido da preservação da ordem democrática. tão perigosamente ameaçada pelo Governo anterior. E graças a isso, digam o que disserem os adversários da Revolução, alguns deles saudosos beneficiários da corrupção, aí temos em pleno vigor as duas expressões maiores e fundamentais de qualquer democracia: o Congresso Nacional e a liberdade de imprensa. São elas o desmentido cotidiano daqueles que aqui ou no estrangeiro, cujo desconhecimento sobre nós buscam enganar e explorar, vivem a proclamar a existência de uma ditadura. Singular ditadura, na qual, da tribuna parlamentar ou das colunas dos jornais é possível atacar o Governo e a Revolução.

Podem, pois, os mineiros continuar tranqüilos no seu amor à democracia e à liberdade, conquistas inseparáveis da nossa civilização. Do mesmo modo que os nossos adversários devem desvanecer-se do propósito de impedir ou perturbar a marcha da Revolução, que continuará a usar, com prudência e firmeza, os instrumentos existentes e indispensáveis para confirmá-la, garanti-la e desdobrá-la.

Gostaria de falar ainda, para além do círculo destas montanhas, à grande massa trabalhadora do Brasil, aos que labutam na cidade e nos campos, tanto contribuindo para o nosso progresso e às vezes partilhando tão pouco dos seus frutos.

A Revolução de marco não foi feita para estimular a luta de classes nem muito menos para preservar privilégios de classe. Seus objetivos essenciais foram a modernização de nossa sociedade pela reforma de estruturas injustas ou arcaicas, pelo combate simultâneo à inflação, que nos rouba o presente, e à estagnação, que nos rouba o futuro, pela restauração da tranqüilidade política e social indispensável à realização do desenvolvimento e ao fortalecimento do poder nacional.

A fácil pregação dos demagogos não havia seduzido senão uma pequena parcela da massa trabalhadora. Pode assim, a Revolução encontrar nos trabalhadores um grau de compreensão, de maturidade e até mesmo de sacrifício, que desaponta os seus falsos intérpretes de ontem, pelo esvaziamen-

to de seus pressupostos e pela condenação de seus métodos de agitação. A massa trabalhadora brasileira não deseja ser apenas lubrificante eleitoral nem combustível para a subversão. No seu duro labor, ela confia em que as vicissitudes de hoje serão superadas pelo trabalho e pelo desenvolvimento, e que no Brasil de amanhã, no Brasil que estamos construindo, não prevalecerão a injustiça social, a falta de oportunidade, a falta de recompensas. Só uma lição podemos apreender do comprometimento realista das classes trabalhadoras brasileiras: é que a elas, como povo, não interessam as soluções de catástrofe, não as seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos.

Isso é tanto mais encorajador quanto os nossos trabalhadores se viram expostos tão longamente à irradiação maligna dos falsos amigos e dos falsos líderes.

Os falsos amigos eram os que prometiam muito mais do que a economia pode dar. Prometiam salários nominais muito além do crescimento possível da produção e da produtividade. O resultado foi, em alguns casos, a rápida anulação desses salários, pela alta de preços e, em outros, a perda de capacidade de investimento, seja da empresa privada seja do Governo, diminuindo assim nossa capacidade de criar empregos produtivos, para as novas gerações que aportam ao mercado de trabalho. Falsos amigos eram os que prometiam anossadoria precoce e contínua redução de horas de trabalho, até níveis que nem mesmo as nações mais ricas se podem dar o luxo de pretender, como se fosse possível acelerar o momento de recompensa, encurtando a intensidade e a duração do esforço. O resultado era a perda de eficiência da economia em seu conjunto, o encarecimento da produção, passando alguns sacrificados a carregar o peso injusto da ociosidade de muitos. Falsos amigos eram os que procuravam criar artificialmente maior número de empregos, com exigências desrazoadas e anti-econômicas de ocupação de mão-de-obra, expediente com o qual conseguimos matar nossa navegação fluvial, debilitar seriamente a navegação de cabotagem, tornar proibitivos os custos portuários e pesadamente deficitárias as nossas ferrovias. Todos esses meios de transporte poderiam ter preservado sua vitalidade, e assegurado sua expansão, absorvendo gradualmente um volume muito maior de mão-de-obra, se não houvessem sido tornados anti-econômicos por uma política de empreguismo verdadeiramente suicida.

Falsos amigos eram ainda os que abriam indiscriminadamente as portas do serviço do Estado, sem qualquer critério de recrutamento ou seleção, criando essa massa enorme de servidores públicos, mal remunerados e de produtividade reduzida, consumindo no simples custeio da máquina administrativa recursos preciosos que, aplicados em investimentos de infraestrutura, garantiriam emprego produtivo a muitos e criariam a base essencial ao desenvolvimento econômico nacional.

Falsos amigos eram, finalmente, os que defendiam um regime de preços subvencionados para a importação de combustíveis e trigo e para o consumo de energia elétrica e outros serviços, sob o pretexto de minorar os sacrifícios das classes pobres. Mas o fato é que, enquanto os maiores consumidores desses produtos e usuários desses serviços, se concentram na classe média e nas elites urbanas, o custo dessa subvenção entrava sendo cobrado, pela emissão de papel moeda ou agravamento de impostos, de toda a população brasileira inclusive as grandes massas rurais e os aglomera-

dos urbanos mais pobres. E no final ficavam todos prejudicados pela carência de recursos para a construção de estradas, pelo desestímulo à produção agrícola nacional e pelo racionamento dos serviços artificialmente baratos.

Mais perigosos talvez que os falsos amigos da classe trabalhadora — foram os seus falsos líderes.

Falsos líderes eram os que exploravam as organizações sindicais, não como instrumento de mobilização econômica a fim de alcançar melhores condições de vida para a classe operária, mas como instrumento de pressão política para promoção de sua liderança e poder pessoal, interessando-se pela vida sindical estritamente na proporção em que os sindicatos eram matrizes de mobilização política e subversão social.

Falsos líderes eram os que corrompiam as instituições de previdência e assistência social, onerando-as com pesadíssimas despesas de administração, através de desenfreado empreguismo, desviando dinheiros descontados dos próprios salários dos trabalhadores e que deveriam ser religiosamente e exclusivamente devotados à prestação dos serviços aos segurados.

Falsos líderes eram os que incentivavam a luta de classe, atraindo empregados contra patrões, obtendo destes dinheiro, pela intimidação, e daqueles votos, pela mentira e pela corrupção, sem medir as consequências dessa atitude que nos levariam como nos levou, ao caos social e à estagnação econômica.

Há, felizmente, em nossa operosa massa trabalhadora, muito mais inteligência e bom senso do que imaginam os demagogos. E a compreensão que o Governo Revolucionário vem encontrando entre os trabalhadores revela que não precisamos de protestos organizados artificialmente para distrair a miséria, mas de esforço conjugado para destruir a miséria e erguer os padrões de vida de todos os brasileiros, indistintamente. O que o Governo Revolucionário se propõe, e isto é o que os trabalhadores revelam compreender, não é a criação de privilégios para sindicatos politicamente mais fortes, mas a geração de oportunidades de melhoria de vida para todos, mediante a aceleração de um desenvolvimento racional, estável e contínuo. Nisso, como em outras coisas mais, discordamos dos que pensam agradar os trabalhadores servindo-lhes uma dieta de ilusões em lugar de uma realidade melhor, ainda que provisoriamente menos sedutora. Mas nisso também enganam-se os demagogos que não mais iludem os trabalhadores quando trocam a coragem de assumir a responsabilidade de falhar o que a Nação precisa, pelo subterfúgio de adotarem apenas o que é eleitoralmente aconselhável.

O nosso velho vocabulário político, assim como a nossa vilha prática administrativa, abusaram da expressão "direitos adquiridos". E o tempo de nos lembrarmos um pouco mais dos "deveres descumpridos". Porque uma Nação cujos cidadãos porfiavam em reclamar somente o gozo de direitos, esquecendo a disciplina dos deveres, está fadada ao sub-desenvolvimento econômico, à injusta perpetuação de privilégios e à desintegração moral.

Ao aceitar a responsabilidade de supremo mandatário da Nação, sempre procurei comportar-me como o primeiro dos servidores do povo. Por isso considero-me com autoridade para um diálogo franco e honesto com os trabalhadores, cujos sentimentos conheço e cujas aflições partilho.

É fundamental, por isso mesmo, desfazerem-se malentendidos semeados maliciosamente entre as classes operária, precisamente por aqueles

que dela se serviram, pretendendo servi-la.

Fala-se, por exemplo, em congelamento de salários. Mas esse nunca foi objetivo, nem instrumento da política salarial do Governo, precisamente por reconhecermos que a alta de preço resultante da inflação galopante por nós herdada, no contexto de uma produção estagnada, teria que ser julgada gradualmente, não podendo ser detida instantaneamente, senão por milagre inatingível ou por violentíssima redução do dispêndio público e privado. O que procuramos fazer, e com grau apreciável de êxito, foi diminuir a velocidade e a intensidade da alta de preços, ao mesmo tempo que criávamos condições para a retomada do desenvolvimento, único capaz de gerar empregos produtivos e dignos para a massa trabalhadora.

Em 1963 foi um ano de queda da nossa renda por habitante. Em 1964, ano de transição, já conseguimos um modesto acréscimo. Em 1965, tudo indica que a renda por habitante tenha crescido em aproximadamente 3%.

As negociações salariais e os reajustamentos das diversas categorias profissionais tem prosseguido normalmente, sob o império da Lei 4.725 votada pelo Congresso, que garante aos assalariados a manutenção do poder aquisitivo real médio dos últimos dois anos e portanto, de sua participação na renda nacional, e prevê mesmo o seu aumento, em função de incrementos de produtividade. Em 1964, o reajustamento salarial médio das principais categorias profissionais na região central do país foi superior a 80%, enquanto que a alta de preços nos doze meses subsequentes às revisões salariais, não excedeu, em média, de 46%. Os últimos reajustamentos, em fins de 1965, oscilaram em torno de 40% e esperamos para 1966 uma taxa de inflação bem inferior à do ano passado havendo mesmo perspectivas de nos aproximarmos de estabilidade ao longo do ano.

Completada a grande maioria das revisões salariais das categorias profissionais, recomendei ao Ministro do Trabalho, que, mesmo antes de concluído o triênio estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho, proceda à revisão do salário-mínimo aplicável à mão-de-obra não qualificada, devendo o seu pagamento iniciar-se no mês de março, quando se expirar o prazo de doze meses da última revisão salarial.

Onde, então, o Governo Revolucionário congelou salários? Essa acusação, sobre leviana e injusta, pretende apenas que retornemos aos caos dos reajustamentos incompatíveis com a realidade econômica do país — caminho mais curto para o desemprego, a desagregação financeira e, finalmente, o desespero das classes trabalhadoras.

Não se violam impunemente os princípios da economia. Os que mais falavam, em passado recente, na melhoria do padrão de vida do trabalhador, foram os que mais rapidamente destruíram o salário real do operário, pela aceleração da inflação, e mais cruelmente lhe roubaram oportunidades de empregos e melhoria social, pela estagnação econômica.

Há ainda os que acusam a política econômica do Governo de não ter repartido equitativamente os encargos do combate à inflação, que recairiam quase exclusivamente sobre os trabalhadores.

Mas a verdade é que o Governo empreendeu uma profunda reforma fiscal precisamente para obrigar os ricos a pagar impostos de acordo com a sua capacidade. Hoje, os que sonham tributos e exibem, num país pobre, afrentoso fausto e luxo, têm possibilidades

de experimentarem os efeitos da punição. Foram eliminados o crédito especulativo, a sombra do qual se construíram no passado rápidas fortunas, e o crédito subvencionado, que dispensava o empresário de planejar cuidadosamente e gerir austeramente seus negócios. Ninguém mais hoje aumenta seu patrimônio, ou adquire capital de giro, pelo expediente ilegítimo de evadir ou retardar o pagamento de contribuições para os institutos de previdência social, até mesmo da parte descontada dos salários de seus empregados.

Com a aplicação, ora iniciada, do estatuto da terra, o latifundiário improdutivo começará a sentir o peso corretivo da carga fiscal, que o obrigará a lavar efetivamente a terra ou a transferi-la aos que o desejam fazer. Em verdade vos digo: nada tem preocupado mais o Governo do que cercar privilégios e corrigir injustiças do nosso sistema econômico, pois que se todos se beneficiarão da estabilidade de preços, todos devem contribuir para alcançá-la.

Considero oportuno fixar, com clareza e sinceridade, a posição do Governo em relação ao útil debate aberto em torno do tema do direito do empregado à estabilidade. Desejo declarar de início, alto e bom som, que um Governo nascido para restaurar a ordem, moralizar a administração e corrigir injustiças sociais, jamais pensaria em eliminar legítimas conquistas operárias, que realmente contribuísem para a melhoria do padrão de vida e para a continuidade e aceleração do desenvolvimento econômico e social. Não se trata de eliminar o que é bom, mas de aperfeiçoar o que a experiência revelou ser menos uma conquista do que uma ilusão. E a dura verdade é que, burlado pelos patrões, e deformado pela escassa minoria dos trabalhadores que a alcançam, o instituto da estabilidade tornou-se um autêntico "instituto de iniquetação".

A situação atual estimula o empregador a usar artifícios e buscar, de qualquer modo, a dispensa por causa justa, a fim de se livrar do ônus latente, ou então a evitar que o empregado atinja 10 anos, indenizando-o antes de completar esse tempo, pelo receio de indisciplina e descaso pela produtividade, do trabalhador que atinge a estabilidade. A situação atual estimula também o empregado a criar situações insustentáveis, que acarretam sua demissão com indenização, ou a acordar com o empregador sua própria dispensa, a fim de transformar o direito adquirido em um pouco de dinheiro que, na maioria dos casos, é dissipado sem trazer benefício senão ocasional, episódico e fugaz.

Ninguém, nem mesmo o demagogo, tem o direito de ignorar que na situação, atual, à medida em que passa o tempo a serviço de um mesmo empregador, o empregado vai-se tornando progressivamente mais inseguro; à medida que se aproxima a época crítica da aquisição da estabilidade, o empregado aguarda, às vezes com quase certeza, a dispensa, ou ainda, após esta, passa a enfrentar as incertezas de conseguir um novo emprego. Isso significa não somente uma enorme angústia humana; representa também uma perda de produtividade para a economia em seu conjunto, situação tanto mais absurda quando exatamente na fase em que o trabalhador atinge mais elevado grau de especialização e eficiência profissional, vê cercadas suas perspectivas de continuidade e de promoção; vê-se obrigado às vezes a reabilitar-se em outras atividades, desperdiçando o treinamento adquirido, quando não consumindo rapidamente, no intervalo entre empregos, a indenização recebida.

Para as empresas, de outro lado, quando um grande número de empre-

gados atinge a estabilidade, criam-se situações: insolúveis, com baixa de produtividade e afrouxamento de disciplina, gerando problemas de toda a ordem, não só para uma administração eficiente, como para o próprio desenvolvimento de um espírito de colaboração sadia entre a mão-de-obra e o capital. Além disso, a rigidez do sistema de estabilidade e a acumulação dos ônus financeiros daí decorrentes, dificultam, em caso de recessões setoriais, a reorganização ou contração das atividades das empresas, levadas a situações de insolvência, caso em que se extingue por igual a contribuição do empregador e o direito do empregado.

Olhando mais para o futuro, é impossível ignorarmos que a tecnologia moderna, que em muitos casos somos obrigados a importar, marcha no sentido de crescente automatização; isso exige uma mobilidade muito maior da mão-de-obra, que necessitará de contínua readaptação e treinamento, para buscar novas oportunidades de emprego em outros setores capazes de absorver maior volume de mão-de-obra, ou que sejam criados pelo próprio acréscimo de produtividade resultante da automatização. Devemos aliar-nos à tecnologia moderna e não contra ela lutar estérilmente.

O Governo está colhendo idéias e propostas, e convida os próprios sindicatos e os trabalhadores individualmente a sugerirem fórmulas mais aperfeiçoadas, que sejam socialmente justas e economicamente viáveis, e também representem efetiva garantia para o trabalhador, e não apenas uma fonte de atrito e uma semente de iniquetação. Posso assegurar aos trabalhadores que o instituto da estabilidade não será modificado antes de encontrarmos uma fórmula melhor, em cuja elaboração desejo a participação de empregados e empregadores, e que deverá ser objeto de ampla discussão no Congresso Nacional.

Não vim para destruir e sim para melhorar.

Entre as várias idéias que vêm sendo debatidas, merece atenção a proposta de criação de um Fundo de Estabilidade Social e Habitação, combinado com um sistema de seguro contra o desemprego. Através desse Fundo, a obrigação de indenização converter-se-ia num depósito mensal, em conta vinculada, em nome do empregado, em estabelecimento bancário, de sua escolha, para transferência ulterior ao Banco Nacional de Habitação. Esse depósito, que constituiria propriedade do empregado, seria automaticamente transferido para uma nova conta, sempre que houver mudança de emprego, ou no ato de admissão em novo emprego, rendendo juros crescentes em função da duração da permanência do empregado no estabelecimento em que trabalhe. Poderia servir de garantia para financiamento do Banco Nacional de Habitação destinado à aquisição de casa própria, ou utilizado, em caso de emergência, para outras finalidades que beneficiem a família do empregado, assim como no financiamento do seguro de vida total, ou ainda no estabelecimento de negócio pelo empregado por conta própria.

A estabilidade, assim garantida por um fundo de economia, permitirá criar uma consciência crescente de igualdade de oportunidade para todos os empregados; dar-lhes a confiança e flexibilidade para pesquisar no mercado as melhores oportunidades de trabalho; e eliminar a sensação de injustiça, toda a vez que por problema de relações humanas seja o operário dispensado.

Esta é apenas uma das possíveis alternativas, dentre as várias que podem e devem ser meditadas e trabalhadas.

...sua complexos pormenores técnicos e nos inevitáveis problemas de articulação das situações existentes, por aqueles que, sem falso paternalismo ou corrupta demagogia, queiram, do fundo do coração, o bem-estar dos trabalhadores. Isso, porque também não há, custosamente, em diversas condições e com diversas responsabilidades, para construir a grandeza do país e minorar a angústia humana. São possíveis várias fórmulas e várias opções, o que não é possível é ignorar que o problema existe, como se o pudéssemos eliminar pela encantação ou pelo aporismo.

É tempo de lembrar, em poucas palavras, a política do Governo Revolucionário em relação aos trabalhadores, neste momento humanamente significativo em que visito a terra mineira. O primeiro objetivo do Governo Revolucionário é valorizar o salário real do trabalhador, pela luta contra a inflação. O segundo é ampliar as oportunidades de emprego, pela retomada do desenvolvimento econômico. Um terceiro consiste em moralizar e aperfeiçoar o sistema de previdência social, qualificando serviços e reduzindo custos administrativos, a fim de que as contribuições arrecadadas sirvam para sustentar a assistência aos segurados e não para alimentar o empreguismo burocrático. Finalmente, o quarto objetivo é a democratização das oportunidades de acesso à terra, à educação e à casa própria, pelas massas trabalhadoras.

Com falsa modéstia, nem descabido orgulho, em pouco tempo, e face a dificuldades não pequenas, conseguimos fazer mensurável progresso na realização de todos esses objetivos.

O ritmo de inflação se abateu consideravelmente, tornando menos fugazes os reajustamentos salariais, e dando-nos a esperança de que em futuro próximo, o trabalhador não tenha mais que enfrentar a sinistra corrida entre salários e preços.

Em 1964, pusemos termo ao ciclo de retrocesso econômico iniciado em fins de 1961, cujas consequências cumulativas, em termos de diminuição de investimentos e de oportunidades de emprego, representaram pesada herança de erros a sanar e distorções a corrigir. Em 1965, apesar do inevitável choque da reversão de expectativas, a economia retomou seu crescimento, e, em 1966, esperamos consolidar e intensificar investimentos destinados a criar empregos produtivos não só nas indústrias básicas e de transformação, mas também na mineração e na agropecuária.

No campo da previdência e da assistência social, foi imprimida maior estabilidade à administração dos institutos e demais órgãos. Graças à correção monetária dos débitos fiscais, os empregados não mais encontram na retenção das contribuições um confortável método de acréscimo do seu patrimônio. Os institutos readquiriram sua estabilidade econômica e, vencida esta primeira etapa, espera o Governo, através de uma reformulação do sistema e do mecanismo da previdência social, realizar o que fora prometido e descumprido — dar assistência aos empregados.

No terreno da democratização das oportunidades, o avanço foi também significativo. Através de decreto regulamentado, foi constituído um programa especial de bolsas de estudos, destinado exclusivamente aos filhos de trabalhadores, e administrado pelos próprios órgãos sindicais, por mim convidados e estimulados a ampliarem sua missão, para pensar em novas e duradouras conquistas — a educação e a casa própria — ao invés de se contentarem com simples reivindicações salariais. No tocante ao acesso à casa própria, o Banco Nacional de Habitação,

apesar das inevitáveis dificuldades administrativas de implantação de um mecanismo novo em pouco mais de um ano está concluindo maior número de unidades que a Fundação da Casa Popular em toda a sua existência, e mais da metade do construído pelas Instituições de Previdência em uma vitela de anos de trabalho.

Mas apenas iniciamos o ataque ao angustiante problema de habitação. É necessário fazer muito mais e mais depressa. Determinei ao Banco de Habitação que formule, em cooperação com os sindicatos, um novo programa para acelerar o acesso à casa própria. Somando os seus recursos próprios, aos dos empresários que concorrem com meios financeiros ou terrenos, e finalmente a uma pequena poupança do próprio trabalhador dentro de suas possibilidades salariais, o Banco atuará a construção de unidade familiares, que serão distribuídas através de planos aprovados e fiscalizados pelos sindicatos operários. Canalisará o Banco parte considerável de seus recursos próprios, e os que conseguir através de financiamentos, para esse sistema, que já está sendo submetido ao Ministério do Trabalho, para ser discutido e aperfeiçoado pelas entidades de classe.

São inúmeras, outrossim, as empresas que se propõem a vender suas vilas operárias aos seus trabalhadores, destinando o produto da venda à constituição de um fundo para construir novas casas a serem também reassadas aos operários. O Banco Nacional de Habitação prevê em seu programa o aproveitamento de todos esses recursos, juntamente com os de municipalidades, coordenando-os e dinamizando-os, num plano de que certamente resultará um enorme acréscimo das possibilidades de aquisição de casas pelos próprios trabalhadores. Já foi iniciada também a mobilização de recursos externos, mediante um programa de cooperação inter-sindical. Em breves dias se concluirão os trâmites de um empréstimo de 23 milhões de dólares de sindicatos norte-americanos a sindicatos brasileiros, com aval do Banco de Habitação, em nome do Governo, que permitirão a construção de cerca de 8.000 unidades residenciais em várias capitais brasileiras de maior concentração operária.

Os problemas mais focalizados, e dramaticamente mais visualizados, dos trabalhadores urbanos não nos devem, entretanto, fazer esquecer a situação bem mais penosa dos trabalhadores rurais. Foi em benefício destes que se formulou o "Estatuto da Terra". O Estatuto encontra-se em início de aplicação e permitirá humanizar os contratos de arrendamento e parceria, ao mesmo tempo que a tributação progressiva sobre a terra improdutiva forçará brevemente o parcelamento de glebas inaproveitáveis, em benefício dos que querem lavar a terra. Mas o problema rural brasileiro não é apenas uma questão de reforma agrária e sim principalmente de política agrária. Nunca, como no atual Governo, se procurou canalizar tanto crédito para a agricultura, inclusive para o pequeno lavrador, e nunca foi tão eficaz a política de sustentação dos preços mínimos de agricultura, na qual investimos no ano passado, perto de 300 bilhões de cruzeiros.

Este Governo não agitou publicitariamente a bandeira das reformas. Executou as que deviam ser executadas, não contra esta ou aquela classe mas a favor de todos. Seguindo o preceito de Rui Barbosa, o Governo tornou as reformas conservadoras onde encontrou o que conservar; tímidas, onde houve o que respeitar; agressivas, onde houve o que atacar; e revolucionárias onde houve o que superar.

Essas são as afirmações que deveria dirigir ao povo mineiro e, através

dele, a todos os trabalhadores do Brasil. Podem estar eles confiantes de que, se o Governo não fez promessas vazias para ser agradável ou falsamente humanitário, não tolerará jamais que a prosperidade de alguns seja construída sobre a miséria de muitos; e exigirá de todos grandes e pacíficos trabalhadores empreendedores e administradores, que se convençam da verdade rudimentar e esquecida de que a principal segurança, a única segurança dos nossos direitos, está no cumprimento dos nossos deveres.

Ao concluir estas palavras, testemunho do meu profundo reconhecimento pelo título com que me incorporais à vossa comunidade, desejo também manifestar o meu apreço e a minha afeição pelo povo que tão expressivamente representais. Podeis estar certos — e esta é o meu compromisso com Minas Gerais — até o fim do meu mandato, continuarei a trabalhar pelos ideais que, através do tempo, têm inspirado esta extraordinária coletividade que, encastoadada nas suas montanhas, foi sempre decisivo fator de segurança e grandeza para o Brasil.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 125-A, de 23-
DE DEZEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Aloísio Barbosa de Souza, a Auxiliar Legislativo, PL-10, Maria Luíza Soares de Castro, e o Operador de Telex, FT-5, Emílio Santos Vieira para, som a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades no Serviço de Transportes da Secretaria do Senado Federal.

Secretaria do Senado Federal em 23 de dezembro de 1965 — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 3, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963 resolve, de acordo com o Ofício nº 5-66 do Senador Adalberto Sena, mandar consignar nos ajustamentos dos funcionários abaixo relacionados os luveres pela correção e eficiência com que se houveram quando a serviço do Gabinete do 3º Secretário:

Rosa Angélica Berger Vargas Carnide.

Celso Luiz Ramos de Medeiros.

Therézinha Duarte.

Sebastião Ferreira Silva.

Orácio Rodrigues Cunha.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de março de 1966.

PORTARIA Nº 4, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo

51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do 3º Secretário os seguintes funcionários:

Rosa Angélica Berger Vargas Carnide, Oficial-Legislativo, PL-6, para as funções de Secretária.

Rosa Maria de Barros Carvalho, Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, para as funções de Auxiliar de Gabinete.

Therézinha Duarte, Auxiliar-Legislativo, PL-8, para as funções de Auxiliar de Gabinete.

Aleixo Ramirez Gonzales, Auxiliar de Limpeza, PL-11, para as funções de Continuo.

Luiz Bina Xavier, Motorista, PL-9, para as funções de Motorista.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de março de 1966.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, Mario Jager, a comparecer a esta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao Serviço, sob pena de lhe se aplicado o disposto no art. 210 item II e § 1º da Resolução nº 6 de 1930.

Secretaria do Senado Federal, em 1 de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR GRUPO BRASILEIRO CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se quarta-feira dia 9 do corrente, às dezessete horas, na Sala da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (As.) A. Lázary Guedes, Secretário-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais."

ATA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Fi-

nanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, presidente, presentes os Srs. Senadores Heribaldo Vieira, José Ernirio e Atílio Fontana, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do requerimento nº 285-63. Comparece, ainda, os Srs. Senadores José Leite e José Feliciano.

Deixam de comparecer com causa justificada, os Srs. Senadores Eugênio Barros, Argemiro de Figueiredo e Raul Giuberti.

E' dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que uma vez aprovada e assinada pelo Sr. Presidente vai à publicação.

Abri-do os trabalhos, o Sr. Presidente dá ciência do comparecimento

do Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, convidando Sua Senhoria a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

A seguir, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca para que dê início à sua exposição sobre o desenvolvimento da metalurgia no Brasil, bem como as causas da criação e do incremento do Instituto de Metalurgia que favorecesse e permitisse maior número de pesquisas.

Com a palavra, o Sr. Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto apresenta uma análise completa dos problemas que afetam o ensino e desenvolvimento da metalurgia no Brasil para, em seguida, passar a responder às indagações do Sr. Senador José Ermírio, Relator.

No decorrer das suas respostas às perguntas do Sr. Relator, tem o depoente oportunidade de dar respostas a quesitos formulados pelos Srs. Senadores José Leite, José Feliciano, Heribaldo Vieira e Atílio Fontana.

Concluída as indagações, o Sr. Presidente demonstra a gratidão da Comissão ao Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca pelo seu comparecimento e determina que o apanhamento taquigráfico dos debates passe a fazer parte integrante da presente Ata, sendo publicado, como anexo, no Diário do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente, as dezesseis horas e quinze minutos encerra a presente Reunião, e, para constar, eu, J. Nei Passos Dantas, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1965, ÀS 15,00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO REFERIDO NA ATA

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador José Ermírio.

Convidado: Dr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Está aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

O SR. ROMULO S. FONSECA — Sr. Presidente, a atuação da Escola de Minas de Ouro Preto vem se processando com a mesma intensidade, o mesmo ritmo, o mesmo desenvolvimento de sempre. A Escola foi sempre pioneira. Antes, muito antes, de o Governo se deter de maneira enérgica, no rumo da pesquisa, a Escola de Minas a praticava intensamente. Posso citar a pesquisa eletro-siderúrgica de Barbosa, de 1916 a 1917, que fornecia o manganês que não podia ser exportado devido a guerra. A Escola teve o primeiro forno elétrico e assim sucessivamente. O esforço por ela dispendido foi sempre no sentido da pesquisa, em todos os ramos e setores. A primeira barra de alumínio, fundida na América do Sul, foi em 1935, dentro da Escola, por sinal em uma caixa d'água velha, que era o revestimento do nosso forno. José Carlos Ferreira Gomes, Pignatari e este que está falando com V. Exa. procediam, por exemplo ao estudo e pesquisa de geologia, de modo que vê-se, por aí, que a Escola tem sempre através de todos os tempos

procurando enveredar pelo terreno da pesquisa com a imediata aplicação do resultado. Temos vivido nesse ritmo até hoje.

Quando a metalurgia começou a desenvolver-se no Brasil, tratou-se imediatamente de estabelecer um Instituto de Metalurgia que favorecesse e permitisse maior número de pesquisas.

Aliás, o primeiro Diretor desse Instituto, foi o Senador Rollemberg Leite, V. Exas. devem estar lembrados disto.

Nesse intuito procuramos o que melhor apareceu na época, para orientar esses estudos, que foi o assessoramento de Instituto especializado na França, sendo chamados orientadores, pesquisadores de lá a respeito dessa organização e assim, pudemos fazer um Instituto que hoje, além da pesquisa, para efeito puramente científico, permite o curso de pós-graduação, de aperfeiçoamento, de doutorado.

Temos rapazes, nesses cursos todos que já têm servido à indústria através de respostas e consultas técnicas à Escola. Está em pleno funcionamento esse Instituto.

Estamos cogitando, agora, de fazer o mesmo com a mineração isto em face dos problemas que se apresentam. Por exemplo, ainda na sexta semana de estudos geológicos, que anualmente se faz em Ouro Preto, surgiu o problema que já vem sendo tratado pela Escola há dois anos, o de níquel. Uma pesquisa no sentido de se permitir que o Sindicato de Niquelândia, a parte pobre, a parte de menos de cem por milhão, que além de ser feito, contém cobre, dificultando o emprego do processo plástico. Este problema há dois anos que a Escola vem estudando.

Estamos estudando este problema no sentido de ser feito o mesmo que foi feito com a metalúrgica. Tratamos de efetuar estudos para que se estabeleça um sistema de pesquisas de aplicação imediata.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Esta é uma das perguntas que queria fazer, porque sem pesquisas uma escola não se pode manter. E não há recursos para isto, os recursos são pequenos.

O SR. ROMULO FONSECA — Como disse continuamos na escola com o mesmo espírito de pesquisa e aplicação, procurando o maior desenvolvimento do País, o mesmo espírito que imperou, desde os primeiros dias de existência da escola.

Quanto à necessidade de utilização, posso informar que temos, pelo menos no que me é permitido dizer, todos os nossos estudos, todo o nosso ensino toda a nossa ciência, perfeitamente atualizados. Os processos da escola são os últimos de que se tem notícia. Há entretanto, uma deficiência gravíssima: o elemento humano.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Percorri várias regiões do Brasil e encontrei inúmeros laboratórios de pesquisa muito fracos, deficientes.

O SR. ROMULO FONSECA — Os de geologia e mineralogia estão com seus laboratórios quase completos. A metalurgia também está com seus laboratórios quase concluídos, e se ainda não estão é porque nos falta receber o restante de uma doação no valor de trinta milhões de dólares. Da Universidade da Alemanha devemos receber todo o material. Cabe à Escola importar esse material e a nós construir o prédio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Não vi ainda o local para a construção da Escola de Me-

talurgia. As universidades estrangeiras são verdadeiras maravilhas.

O SR. ROMULO FONSECA — Minha referência ao elemento humano, implicava num apelo.

Nossa deficiência humana é completa, de alunos e de professores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Sabemos perfeitamente que um grande professor ganha uma fortuna no exterior.

O SR. ROMULO FONSECA — No ano passado facilitamos o concurso de habilitação. Este, o resultado: entram 108 alunos, mas é quase certo que um terço somente será julgado, porque os outros não têm base, nem científica, nem psicológica.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O que agrava o problema.

O SR. ROMULO FONSECA — Era necessário que não só a Escola de Minas mas toda escola superior tivesse cursos pré-universitários.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Aliás, há um projeto antigo para acabar com essa história de o sujeito ter sorte ou não. Com curso pré-universitário o indivíduo pode entrar mas, se no fim do ano, não passar, vai para a rua, para não tomar lugar de outro. No mundo inteiro se faz isso.

O SR. ROMULO FONSECA — Não temos alunos em quantidade e a altura. Quanto ao corpo docente, o problema, a meu ver, é mais grave. Como V. Exa. acabou de mencionar, temos professores que dão aulas, que amam a escola.

Essa é a situação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É um patriotismo formidável, realmente.

O SR. ROMULO FONSECA — Quando se trata de uma disciplina de aplicação, — metalurgia, eletrotécnica — pode-se escolher, ao redor de Ouro Preto, técnicos eficientes, competentes, que possam dar aulas. Quando se trata, porém, de ciência pura — matemática, por exemplo — onde encontrar professor? Este ano ficamos sem professor de mecânica nacional. Onde vamos encontrar professor de mecânica nacional pagando Cr\$ 280.000 por mês?

Seria necessário que o magistério superior fosse desligado da tabela do funcionalismo público, onde o nível mais alto é de Cr\$ 230.000.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Tem razão. Sem esses especialistas não se pode fazer coisa alguma.

O SR. ROMULO FONSECA — Nossa necessidade, portanto, é de atualização, mas não técnica: atualização de organização, para atender aos nossos problemas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Estimo a sua Escola profundamente. Na minha opinião, todos os brasileiros devem conhecer a Escola de Minas de Ouro Preto, não só porque foi criada pelo Imperador D. Pedro II, que nomeou o primeiro diretor, como porque, daí por diante, outros brasileiros souberam cumprir sua missão e seguir o rumo certo para uma Escola digna, respeitável em todo o País.

Por essa razão, convidamos V. Exa a trazer ao Senado detalhes para poderemos elaborar um programa atuante, no sentido de que a referida Escola se desenvolva cada vez mais e futuras escolas do Brasil possam realizar trabalho semelhante. (Lê.)

fundamental da mineração na luta pela sobrevivência de todos os países. Mineração que, em nossa

terra, felizmente com solo e subsolos riquíssimos, nunca será demasiadamente encarecida e que está intimamente ligada à nossa ambicionada independência econômica.

Depois da Agricultura, que objetiva satisfazer aos reclamos sempre inadiáveis da alimentação da população, logo em seguida encontramos os elementos da mãe-terra como sendo também básicos para todas as nações, uma vez que, sem esses elementos metálicos e não metálicos, a verdade jamais poderia ter o mundo alcançado o atual estágio de civilização.

Por isso mesmo, nunca é demais acentuar a missão histórica confiada pelo Imperador Pedro II, quando em 1876 criou a Escola de Minas de Ouro Preto, onde comissionou o cientista ganhador do Prêmio Henri Gorceix como seu primeiro Diretor, função que cumpriu até 1891.

Como homenagem às tradições dessa Escola, é que convidamos Vossa Senhoria, a quem perguntamos:

1) Quais as providências tomadas pelo Governo para melhorar as condições necessárias para que os corpos docente e discente da Escola tenham condições para melhor aproveitamento dos ensinamentos ministrados na mesma?

O fato significa que, se o professor não é bem pago, fica sem condições para ministrar seus ensinamentos. No entanto, a Escola de Minas de Ouro Preto, com todas as suas dificuldades, tem formado grande número de engenheiros. Mas, como tudo evolui, é preciso que também a Escola de Minas de Ouro Preto acompanhe a evolução. (Lê.)

"2) É exato que até o presente a Escola funciona precariamente no antigo Palácio dos Governadores, que foi totalmente ocupado quando da mudança da capital mineira para Belo Horizonte, em 1897?

3) Quais as providências tomadas para a adoção de um currículo moderno e eficiente em minas, metalurgia, geologia, geofísica e petróleo?

Este é um outro ramo, para o qual o Brasil devia formar uma legião de engenheiros, pois assim teríamos um atendimento melhor para a questão da produção, do refino bem como da exploração.

Sem possuir um bom quadro de pessoal especializado nesses três ramos o Brasil nunca poderá apresentar um desenvolvimento no setor do petróleo condizente com seu crescimento econômico.

4) Quais as verbas, Federais e Estaduais, e quais as subvenções com que conta a Escola para a sua manutenção?

5) Qual o programa traçado para equipar ou recuperar a Escola, levando-se em consideração a realidade nacional como aliás se pratica no mundo inteiro, onde vemos laboratórios Departamentos de Pesquisas, de maneira a contribuir para o aprimoramento dos processos de produção mineral?

6) Qual a área destinada para o aumento das instalações da Escola de maneira a se concretizar a ampliação necessária para o seu desenvolvimento?

É este um ponto muito interessante. Ninguém pode construir um prédio por cima de outro, porque não há condições de trabalho para isso. O homem,

para bem trabalhar e bem produzir, precisa de operar num lugar em que haja um planejamento perfeito — dispor de um grande campo no qual possa erigir um prédio para o estudo da Geologia, da Geofísica, das Minas, enfim, de qualquer outro setor, como o petróleo, por exemplo, um laboratório de Química, de Física, todas as coisas em grande escala, para que possa amanhã ter-se um campo formidável. Conheço bem a história da Escola de Geologia, nos Estados Unidos. No meu tempo era muito pequena; hoje, é uma monstruosidade, é imensa. Os prédios estão bem equipados. No meu tempo eram pequenos. Em 1921 o mundo era fraco. Mas hoje a Escola é uma potência, feita com verbas dadas pelo Governo, tiradas do petróleo. O Governo Federal também podia contribuir intensamente para a Escola de Ouro Preto.

Gostaria que V. Sa., mediante as nossas perguntas, nos fizesse um estudo e o mandasse para esta Comissão, a fim de que, do Plenário, solicitássemos ao Governo cumprir seu dever. É necessário que o País desenvolvesse de maneira eficiente os seus minérios, por meios adiantados, não os de cinquenta anos atrás, para que se possa dar ao País uma grande vantagem. Atualmente temos de mandar nossos técnicos para o estrangeiro, onde ficam durante dois, três, quatro anos trabalhando por baixo do pano. E' o caso do zinco. Passamos dois anos na Itália, estudando o processo desse metal. No caso da fabricação do estanho não se paga um tostão. E também o caso do alumínio.

Assim, a situação da Escola podia ser definida, até mesmo de grande projeção.

O Brasil não pode continuar como está. Pronunciam-se discursos aqui e ali e ninguém resolve os problemas. A Escola de Minas de Ouro Preto funciona num palácio de 1800. Não sei como os Senhores aguentam. Os Senhores deviam ter facilidades, a fim de desfrutar tranquilidade para ensinar. Mas o que ocorre é que uns ficam sobre os outros. O edifício da Escola tem dois andares?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — É difícil dizer quantos andares são porque é uma espécie de favela.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Exatamente, é uma verdadeira favela.

Gostaria que V. Sa. nos mandasse pormenores sobre o seu relatório, para que o Governo fique alerta para esse problema. O setor mineral da Nação é o mais importante, porque sem mineral e sem metais, que exercem funções desde a agricultura até os mais variados produtos químicos, a Nação não se desenvolve. (Lê:)

8) Qual o critério para remuneração dos professores da Escola?

O homem não pode sacrificar sua família em benefício da escola. Conheci Clodomir de Oliveira e sei que ele era mais patriota que professor.

9) Há professores estrangeiros ministrando cursos na Escola? No caso afirmativo, em que quantidade e em que cursos?

Nos Estados Unidos, em 1916, quando cursava a escola e tinha 16 anos, o meu professor de Geologia era alemão. O americano não era capaz de tomar conta daquilo. Somente mais tarde os americanos, formados pelo PET, e tomaram conta dos cursos. No Brasil, estamos começando. A minha experiência é a de que o brasileiro é inteligente, muito mais do que os Senhores pensam.

De nossa parte, muito temos conseguido, quando e aprendendo. Lutamos, a princípio, com as maiores di-

ficuldades, pela falta de técnicos entre nós. Fomos à Itália — era difícil conseguir alguém que nos quisesse ensinar alguma coisa — e de lá trouxemos dois técnicos, que nos ajudaram bastante. Pagamos bem mas valeu a pena. Hoje, temos o alumínio mais puro do mundo, talvez. Muito superior ao de Ouro Preto. Produzimos alumínio puríssimo, ninguém tem melhor. E temos conseguido isso com engenheiros brasileiros. Trouxemos aqueles dois italianos, inicialmente — já o dissemos — eles aqui ficaram seis meses. Foi o bastante para que nos transmitissem o que desconhecíamos.

Hoje, nosso objetivo é melhorar sempre a produção. Vai longe o tempo em que outros países nos fechavam as portas, mal nos deixavam transpor o portão.

Dá eu dizer que acredito no brasileiro, na sua capacidade. Em nossas empresas, temos apenas três técnicos estrangeiros, há trinta anos conosco. Temos agora um rapaz italiano, muito bom. E de assinalar, porém, que são todos mais brasileiros do que nós.

Eles ficam num lero-lero que não acaba nunca. O Sr. por exemplo, tem pirita, que nunca foi aproveitada. Bota-se num vagãozinho e vai para Lorena. A Luri, é uma empresa de alto critério mundial. Temos que ter mais confiança em nosso trabalho.

Vê V. Sa., pois, que esta sua convocação perante o Senado da República visou proporcionar, aos representantes do povo nesta Casa, a oportunidade de manifestar seu apoio ao seu trabalho à frente do tradicional estabelecimento de ensino mineiro, bem como formular um caloroso apelo no sentido de que seja traçado, o quanto antes, um programa de ampliação dos recursos, tanto materiais como educacionais, da Escola de Minas de Ouro Preto, objetivando, primordialmente, o incentivo da pesquisa científica.

São estas as considerações que tinha a fazer e acho que sua escola pode fazer um serviço muito importante.

O Governo deve fazer esse trabalho. Se não quiser fazê-lo a culpa não é nossa. É preciso formar professores, pagando razoavelmente, para que possamos manter no Norte e no Sul outras escolas.

O Brasil tem um potencial mineral lógico dos maiores do mundo, e desconhecido de nós. A verdade é que passamos por cima da terra e a desconhecemos quase por completo, como se fôssemos verdadeiros analfabetos, no entanto, deveríamos conhecê-la e muito bem.

Penso também, Sr. Diretor, que seria recomendável se instalasse um curso, de três meses, por exemplo, um curso de verão, para a formação de prospectores que, depois de devidamente formados, poderiam, então, procurar ir conhecer melhor este nosso País, aproveitando todos os conhecimentos de cristalografia e de mineralogia que pudessem auferir nesse curso.

Essas as considerações que desejava fazer, Sr. Diretor, no sentido de que possamos amanhã, começar algo de grande, partindo da Escola de Minas de Ouro Preto, para formar técnicos com amplos conhecimentos e, assim, promover o desenvolvimento do estudo de metalurgia, de técnica de minas, de geofísica, de geologia de petróleo, etc.; técnicos esses que de lá partiriam para prestar serviços por todo o Brasil.

Desse modo, quando a Escola de Minas de Ouro Preto iniciar a construção desses prédios, só no dia em que forem lançados os alicerces, estaremos prontos a cooperar em todos os sentidos, pois o que não queremos é conseguir as verbas e o dinheiro per-

manecer no banco; se começarmos o prédio devemos acabá-lo.

Neste País fizemos muitos hospitais. Agora, é a vez da técnica da qual a parte mais importante é a dos minerais e dos metais.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — A Escola de Minas de Ouro Preto, sente-se muito honrada e muito se envia de com a oportunidade que lhe foi concedida, e pede que V. Ex. e seus pares aceitem os maiores agradecimentos.

Quanto à pergunta:

“Quais as providências tomadas pelo Governo para melhorar as condições necessárias para que os corpos docente e discente da Escola tenham condições para melhor aproveitamento dos ensinamentos ministrados na mesma”.

devo dizer que a única providência que o Governo toma para conosco pode ser dividida em duas partes: a verba...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Que é muito pequena...

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Não é pergunta, mas não é talvez suficiente para tudo o que desejamos fazer. É suficiente no entanto para manter a Escola como está. Não temos propriamente insuficiência de verba, pelo fato a que me referi. Mas não podemos ter os professores que queremos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — So isso é um desastre, uma vez que a Escola não pode ter novos professores, que tragam conhecimentos mais modernos para a Escola.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Como somos obrigados a pagar pouco, no fim sobra dinheiro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A Petrobrás devia dar um grande auxílio à sua Escola. Não fazia nada de mais. É um dever dela auxiliar.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — V. Exa. falou há pouco na questão da prospecção. A Petrobrás nos auxilia muito na formação de projetores, mas em petróleo somente. Ela nos franqueia todas as instalações e nos dá hospedagem a alunos e professores, em romaria, todos os anos. Este ano foram todos os professores e alunos do Curso de Geologia, e passaram o curso lá.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Muito importante isso. Mas, além disso, devia dar uma verba para que a Escola pudesse pagar melhor os professores. Um professor lá fora ganha 2.500 dólares por mês, daí para cima. Aqui ganha 250 contos por mês. Como é que esse homem pode trabalhar e criar a família?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Há pouco pagávamos 500 dólares aos pesquisadores franceses. Nós catedráticos da maior categoria ganhávamos 300 mil cruzeiros por mês, e pagávamos 500 dólares aos pesquisadores!

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Muito mais do que isso ganha um sargento do exército, hoje em dia. É preciso dizer a verdade dentro desta Casa!

A segunda contribuição do Governo se fez através da doação de aparelhagem, como especialmente a campanha de aperfeiçoamento superior a CAPS e até a Comissão de Energia Nuclear. Já nos deu alguma coisa.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Um ponto muito importante é que o mundo nuclear está andando a passos largos.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — A maior doação que recebemos, foi a CAPS, 40 milhões.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Garanto-lhe uma coisa. No dia que V. S. marcar para início da construção do prédio de metalurgia, ali estarei. Mas só no dia em que marcar. Fui fundador da GORCEPS; comparei à sua fundação, prometi uma doação de 5 milhões. Naquele tempo valia, para começar um prédio. Nunca, porém, foi ele começado. Mas não vemos a Escola com a projeção que precisa ter. Não sou a favor de prédios fenomenais. Mas deve ele dar a impressão, aqueles que vêm de fora, que ali se estuda e pesquisa a física, a química, a mineralogia, a geologia, enfim todos os setores da física.

O Sr. pode contar conosco para intensificar um programa de atividades porque será ponto de partida para o desenvolvimento do Brasil. O setor minério é o setor apropriado com a que a nação conta. A Escola de Minas será a base essencial ao desenvolvimento do país. Este não pode ter apenas uma Escola, deverá ter pelo menos, três Escolas.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — As Escolas do Pará até o Rio Grande do Sul foram fundadas e organizadas pelos alunos da Escola de Minas. As providências tomadas pelo Governo se resumiram a algumas doações pequenas. Aliás, há bastante liberdade de distribuição, dada a autonomia financeira da Escola, mas como eu disse as verbas não podem ser aplicadas muitas vezes integralmente porque está sujeita aos limites estabelecidos pela regulamentação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Isso não é possível. A SUDENE está se acabando porque não mudaram esse regime. Qual o engenheiro que quer trabalhar nessas condições?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — A única Escola, que eu saiba que liberou foi o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de São José dos Campos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E porque eles têm e os Srs. não? A aeronáutica é importante mas os metais gasosos e líquidos são problemas de alta relevância para a Nação.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — A Escola da Universidade do Brasil lhe dá autonomia administrativa e financeira. Não sei em que consiste essa autonomia e essa se não pode sequer contratar um técnico fora das normas gerais para o funcionamento público. A autonomia dada em lei não é absolutamente respeitada.

O DR. RÔMULO LEITE — Se o professor receber durante o ano dificilmente tem a Escola condições de substituí-lo porque não pode contratar substituto a não ser como sci que às vezes acontece, algum abraçado assumia a cadeira e gratuitamente, porque não pode acumular, exerce a função até que o assunto seja resolvido.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — O segundo item, é o seguinte (Lê):

É exato que até o presente a Escola funciona precariamente no antigo Palácio dos Governadores, que atualmente foi totalmente ocupado quando da mudança da capital mineira para Belo Horizonte em 1897?

A resposta é sim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Então é uma favela.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — É construída em regime de favela. Outro item: (Lê):

Quais as providências tomadas para a adoção de um currículo moderno e eficiente em minas,

metalurgia, geologia, geofísica e petróleo?

Já tive ocasião de dizer que estamos sempre atentos, não só para a parte científica, como a pedagógica e a didática, e nos esforçamos para manter o nível de ensino sempre o mais alto possível. Neste ponto temos conseguido com grande sacrifício, mas temos conseguido.

A quarta pergunta (Lé):

Quais as verbas, federais e estaduais e quais as subvenções com que conta a Escola para a sua manutenção?

A Escola conta exclusivamente com verbas federais e com alguma doação particular.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Mais uma pergunta a V. Ex.^a. Não sei se tem conhecimento de que o Brasil paga nos Estados Unidos 15% para vender o seu minério de ferro. Por que isso?

Uma parte desse dinheiro poderia ser destinado à Escola. Esta vai evoluir logo, precisa ser ajudada. Aliás, é o que se faz nos Estados Unidos, por exemplo, com o petróleo no Estado do Colorado. No Brasil poderia haver uma taxaço para isso.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Os resultados seriam positivos. Uma verba a título de suplementação poderia dar certo.

Por que a Universidade de Brasília está com suas portas fechadas há vários dias? Exatamente porque a Siderurgica Nacional não vem pagando o indispensável à sua vida, como consta da lei.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Por que não paga à Universidade, mas paga aos particulares? É incrível, mas é a verdade. Os particulares já receberam os dividendos, a Universidade não. É um verdadeiro desestímulo, e a culpa é de quem administra a Siderurgica. É lamentável para o nosso País.

Não temos produção de aço, nosso consumo é miserável e estamos diminuindo a produção, quando devíamos aumentá-la. A redução atinge a 30%, de março para cá. Quanto à exportação, é feita a preço baixo e devia estar em ascensão, mas tem diminuído. A produção devia acompanhar o crescimento do Brasil, o que não ocorre no momento.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Quero focalizar a questão da estabilidade do professor. Tem-se dito que muitas vezes o detentor da vitaliciedade não está na altura do cargo, prejudicando, assim, o bom andamento das nossas escolas superiores. Melhor seria que o professor fosse bem remunerado, mediante contrato. Se correspondesse, continuaria.

Entendo que devíamos procurar como funcionam as escolas superiores nos países adiantados, se os cargos são vitalícios ou se os professores são apenas contratados.

Acredito também que um professor eficiente, dedicado, diligente, pontual, possa passar para um cargo vitalício. Mas inicialmente é um erro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Como se pode contratar um homem especializado sem remuneração condizente?

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Por isso já ressaltai que seria preferível não dar vitaliciedade, mas remunerar bem o professor, através de lei. Não podemos continuar assim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Os professores, contratados em geral são forçados até a estudar muito mais, porque, findo o prazo, se não estiverem em condições, o contrato não é renovado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — O nobre depoente nos disse que foram contratados professores, se não me engano franceses, a 500 dólares por mês. Realmente, sabemos que professores estrangeiros ganham muito mais.

Se contratamos um estrangeiro, a 500 dólares por mês, que correspondem a Cr\$ 900.000, ou algo mais, por que não podemos contratar nossos patrióticos que têm vocação, que têm condições, que têm qualidades para serem bons professores, a 600, 700, 800 ou 900 mil cruzeiros?

É preferível pagar 900 mil cruzeiros a um brasileiro que a um estrangeiro, porque verificamos, aqui, que nossos patrióticos, professores de nomeada, estão perdidos no Exterior.

São distorções para as quais precisamos encontrar solução.

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — Quanto a isso, estou de pleno acordo com V. Ex.^a, tanto que já houve tempo em que a Escola de Minas de Ouro Preto propôs ao Governo que o professor catedrático fosse obrigado a repetir o seu concurso de dez em dez anos.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Já é alguma coisa.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Se hoje a tendência é retirar a vitaliciedade da cátedra...

Ainda sou um pouco retrógrado, por isso, creio que a contratação de professores é uma "arma de dois gumes" uma vez que, pelo caminho do pistão, podem entrar os incapacitados; entretanto, pelo através do concurso, esses incapacitados nunca entram.

Hoje, por exemplo, na Universidade de Brasília, não há mais concursos; os professores são contratados!

É moderno, mas acho perigoso. Uma pessoa, com pistão, pode ser contratada. Acontece, às vezes, ser um mau professor.

O concurso adestrá o professor que é realmente capaz, que enfrenta a prova, de modo que ainda sou partidário do concurso.

Retirar a vitaliciedade catedrática, é uma "arma de dois gumes"...

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — Esse processo de concurso de dez em dez anos...

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É um processo ideal!

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Nas Universidades onde não há catedráticos, a contratação é feita pelo Departamento Técnico, não pela Administração.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Nossa preocupação é quanto ao que possamos proporcionar aos nossos filhos, às novas gerações de brasileiros, uma instrução aprimorada, é no sentido de que possam receber, nos cursos superiores, os ensinamentos de acordo com a evolução da época. Mas isso só poderá acontecer, através de bons professores. Entretanto, os bons professores, geralmente, abandonam a cátedra porque são mal remunerados.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Há duas perguntas que gostaria de dirigir ao Dr. Rômulo S. Fonseca. A primeira delas diz respeito ao aproveitamento de número elevado de técnicos graduados na Escola de Minas de Ouro Preto, — tais como os professores catedráticos, os assistentes nos ramos afins da atividade governamental; o aproveitamento de professores nas várias repartições que existem do subsolo, do petróleo e em todos os setores da engenharia nacional. Gostaria de saber, ainda, como são aproveitados os técnicos futuros da Escola, no período de férias e no período normal, e como poderá haver harmonia entre as atividades dos técnicos a sua vida escolar.

A outra pergunta que desejava fazer ao Professor Rômulo Fonseca é a seguinte: quais as maneiras que Vossa Senhoria encontra para dar assistência financeira aos alunos pobres, que não têm condições de manter os seus estudos?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Responderei, inicialmente, à primeira pergunta formulada por V. Ex.^a. Na minha opinião seria de toda vantagem — principalmente nos ramos da Engenharia — que os professores também fossem realizadores.

Há pouco tempo tivemos a visita de um professor inglês, Mr. Phillips, que disse uma coisa muito interessante. Disse aquele britânico professor que os que sabem fazer, constroem o que não sabem, ensinam a construir.

De modo que, na minha modesta opinião, é de que devia haver uma ligação perfeita entre o Professor e o Executor. Mas surge uma série de dificuldades, principalmente de duas naturezas: primeiramente — a carência de tempo. O professor não tem tempo. Ele precisa sempre de se atualizar — estou-me referindo ao ramo da Engenharia. O professor de qualquer ramo da Engenharia precisa, constantemente, estar atualizado com a ciência. A Ciência de Aplicação cresce e se desenvolve de uma maneira tal que quando sai um livro ele já é considerado antiquado. O exemplo é frísante se compararmos o livro e uma revista técnica. Compra-se um livro recente e, alguns dias depois, surge um novo número de uma revista técnica. Na revista encontram-se teses comprovadas que contrariam tudo aquilo que está exaustivamente demonstrado no livro. O professor tem que estar atento a isso tudo, se não fica atrasado.

Em segundo lugar, a dificuldade de execução, porque — digamos — uma indústria não pode admitir professor que trabalhe dois ou um mês durante o ano e depois vai embora, para voltar no ano seguinte. É difícil. Mesmo assim temos em Ouro Preto, no caso particular, muitos professores que exercem, que executam atividades dessa natureza. Nossas férias são pequenas, pois as excursões às cidades são obrigatórias. Praticamente só o primeiro ano tem férias. O Professor Raimundo formou-se na Escola de Minas e o sabe muito bem. É difícil obter-se um tempo e, não havendo tempo, nem facilidade por parte da indústria, nosso Governo apela para essas soluções. Por exemplo no caso do Professor Djalma Guimarães, na Escola de Geologia — desejo de dar seu curso na Escola, mas não pode, porque é professor em Belo Horizonte e é do Serviço Geológico. Não pode ter outra função. Só se permite uma. É sumidade no assunto é desejo de dar seus conhecimentos à Escola, seu ex-aluno, mas a lei não o permite.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Como se resolve o caso do aluno pobre?

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — O problema do estudante pobre em Ouro Preto é resolvido parcialmente pela Fundação Gorceix, que atende ao estudante pobre na assistência social, no fornecimento de livros e em algumas finalidades financeiras. Essa assistência, se o número da Escola continuar a aumentar, como vem aumentando nestes últimos anos, não será mais possível fornecer, porque, nas dotações que o Governo dá, não há possibilidade para isso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — As entidades que funcionam no país é que deveriam dar bolsas de estudo.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Aliás a Fundação GORCEIX tem essa finalidade.

A outra pergunta de V. Ex.^a é a seguinte: Qual o programa traçado para equipar e reequipar a Escola, levando-se em consideração a realidade

nacional, como aliás se pratica no mundo inteiro, onde vemos laboratórios, departamentos de pesquisas de maneira a contribuir para o aprimoramento do processo de produção mineral?

A Escola, desde 1962, tem um grande plano de expansão. V. Ex.^a, deve conhecer o projeto do arquiteto Sérgio Bernardes para a construção da Escola. Esse projeto foi alvo de discussão e de modo nenhum vai ser aprovado, porque tem a topografia errada. Mas atualmente a assembleia da Escola decidiu que fosse aprovado outro plano aprovado outro plano para a construção de uma nova escola.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — É uma grande notícia!

O SR. RÔMULO S. FONSECA — O antigo quartel é hoje a Escola Técnica. O terreno aonde ficava o quartel é de 75.000 m². Mas a seguir a esse terreno existe um terreno de uma firma industrial, que faz a doação do mesmo com toda a facilidade. Então, a ideia que predomina — quando não a deliberação tomada — é a de que se construa nova Escola no Morro do Cruzeiro, parceladamente, Instituto por Instituto e toda vez que a Escola construir um Instituto, a Fundação Gorceix construirá habitações para professores e alunos.

É a ideia geral do plano que deve se concretizar no próximo ano. A medida que as verbas permitirem, a Escola construirá um Instituto e a Fundação construirá habitações para professores e alunos. A Escola pode pagar pouco, e no fim, ainda sobra dinheiro. A Escola está com um patrimônio desvalorizando, no Banco do Brasil. Tem perto de 500 milhões de cruzeiros depositados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Há mais uma pergunta importante: se for concretizado este planejamento urgente se se conseguir verbas razoáveis deverão ter preferência os prédios para Geofísica, Metalurgia e Geologia, pois a Metalurgia é importante para o Brasil, e deve ser atendida com urgência. A Escola tem condições de começar esse prédio logo? Isso é importante, porque de lá terá que partir o desenvolvimento do Brasil. Com a experiência que já possui, a Escola poderá receber alunos de Goiás, de Pernambuco, de todo o Brasil, mantendo intercâmbio, inclusive, com outros centros educacionais.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Pergunta V. Ex.^a, no 6º item qual a área destinada para o aumento das instalações da Escola, de maneira a se concretizar a ampliação necessária ao seu desenvolvimento. Praticamente, já respondi. Há uma área de 75 mil metros quadrados, mas, há ainda dessa, outra vai ser cedida à Fundação GORCEIX. O local é excelente. É um platô, oculto atrás do morro. Há sempre grande dificuldade em Ouro Preto para novas construções. O Serviço de Patrimônio Histórico não permite qualquer edificação que afete o aspecto da cidade. De sorte que, em nosso caso, foi feliz a escolha do lugar, pois fica oculto.

Indaga V. Ex.^a, no 7º item, se existe, e, no caso afirmativo, onde e como funciona, alguma fundação para pesquisa dentro da Escola.

Não. Existe, atualmente, apenas a área onde pretendemos construir, e ali funcionará parceladamente o Instituto.

Fica só aquele Instituto, mesmo porque penso que o espírito dos antigos alunos não permitirá que a escola saia do velho prédio. Acontecerá, provavelmente, que o prédio se transformará num museu, para coleção e administração. Tirar de lá será difícil.

Nosso museu e uma coisa digna de ser vista. É a quarta coleção de minérios do mundo.

A oitava pergunta é: (Lê:)

"Qual é o critério para a remuneração dos professores?"

O critério é o seguinte: Temos os professores catedráticos, que recebem de início 300 mil cruzeiros. Esses professores, se não têm outra atividade fora da escola, podem ser contratados como professores de nível superior para dar outra disciplina, a fim de aquela de que possuem a cátedra. Por isso recebem um adicional de 280 mil cruzeiros, que é o Nível 22, o mais alto nível da tabela do funcionalismo público. Os demais são subordinados a essa tabela, e não são nomeados e sim contratados por serviços prestados ou pelas leis trabalhistas, mas nunca com vencimentos superiores a 280 mil cruzeiros, que é o Nível 22 da Tabela do Funcionalismo.

Como disse no início, essa a nossa grande dificuldade, visto extinguir, praticamente, o elemento humano do corpo docente da Escola.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Gostaria de saber, Senhor Diretor, qual seria a maneira pela qual se poderia criar o índice aluno-custo, com referência ao professor. Quer dizer, com o aluno de Engenharia, por exemplo, o custo de aprimoramento ou de estudos deve sair muito mais elevado do que um aluno de Direito. Então minha pergunta é no sentido de saber como poderíamos remunerar o professor tendo por base o número de alunos. Seria isso possível?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Não, Senador.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Não sei o custo do aluno por ano, mas deve alcançar à casa de milhões de cruzeiros. Portanto, Senhor Diretor e Senhores Senadores, é isso um dever de cada País, enfrentar a situação e resolvê-la, pois deixarmos a solução para o dia de amanhã não serve para o Brasil.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Passarei, agora, à 9ª pergunta, que consta do seguinte teor: "Há professores estrangeiros ministrando cursos na Escola? No caso afirmativo, em que condições e em que cursos?"

Respondendo esta pergunta posso informar que a Escola contratou três professores franceses, inicialmente, para o estabelecimento do curso de metalurgia de nível elevado, e para a instalação do curso de mineralogia. Posteriormente, contratou mais um. Portanto, ao todo, foram quatro professores estrangeiros contratados, sendo que três já regressaram à França.

E atualmente existe na Escola um professor francês que dá uma parte da metalografia teórica, ensino que foi julgado necessário pelo Instituto. Esses cursos são dados pelos três primeiros professores franceses que hoje ministramos por três alunos da Escola. (Relator.)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Hoje, a análise de impurezas metálicas, nos processos modernos, se faz automaticamente?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Essa análise pode ser feita também pelos processos antigos. Hoje, como tudo se faz rapidamente, vamos instalar na Escola o espectrógrafo. (Relator.)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem. O que desejamos é que a Escola de Minas de Ouro Preto continue a bem orientar o Brasil na produção mineral.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Quanto ao pagamento, ele é feito em dólares à base de US\$ 500,00, já foi seiscentos dólares, sendo metade paga aqui no Brasil em cruzeiros e metade depositada na França.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — Fica bem patente que

com a inteligência que o brasileiro tem, com a sua capacidade inulgar de aprender, durante dois ou três anos esses professores deixam na Escola um patrimônio imenso, que custou muito pouco ao Brasil.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — A necessidade é grande. Há poucos dias estive na Espanha um engenheiro e ele me disse que tinha vindo ao Brasil a mando do Dr. Teodoro Schneider. Disse-me ele que a mineração na Alemanha está agonizante.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Exato. Estamos errados aqui. O Brasil está vendendo por 8 dólares e 42 cents, que foi a média no ano passado, a tonelada de minério. O país que entrega minério a 60% a esse preço, quando já fecharam as minas na Alemanha, na França, mesmo na Rússia, está dando o minério. Porque não sabemos fazer o acordo. Nós aqui dar minério de ferro a 8 dólares, não é possível, é o cúmulo!!! Nós estamos vendendo minério-manganês a 25 dólares, também; o preço lá fora é 72 dólares. Por que o Brasil vende a 25 dólares, quando o preço é 72? São coisas que esta Comissão tem que fazer claras ao Governo, o prejuízo que esta Nação está tendo. Quer dizer, somos um povo miserável que está dando tudo de graça. Somos um povo miserável; entregamos tudo de graça. Por uma máquina importada, feita com o nosso minério, vamos pagar muito mais caro. Somos de fato sofrendores, estamos levando na cabeça diariamente. Estamos sendo levados na onda, como se diz, e isso não deveria ocorrer.

A Escola de Minas tem que ser a orientadora das Escolas do Brasil. Não podemos ficar apenas com uma Escola, temos que expandi-la de norte a sul. O homem do nordeste não pode viajar para Minas ou para o Sul do país. Minas Gerais tem produção mineral muito vasta. Tem fábricas de zinco, de chumbo e de cobre. O Rio Grande do Sul tem o problema do carvão, do coque. O Paraná o do xisto. O Nordeste tem minérios mais raros. Precisamos formar uma equipe de homens que enfrentem o problema com coragem.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Uma das soluções seria, justamente, não sendo possível a elevação do preço de venda, pelo menos o abaixamento do preço da produção, é uma das finalidades visadas pelo Instituto de Mineração que permita isso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O maior terminal de minérios do mundo está sendo feito em Vitória, por japoneses, e com essa potência nós estamos vendendo um produto de graça. Devíamos procurar fazer um convenio com o Canadá, com a Libéria e a Venezuela. Países mais próximos para subirmos o preço para 16 dólares; eles pagam, onde vão buscar?

O Senhor fecha hoje a 550 dólares o mercúrio, se amanhã sobe para 600 dólares, ele embarca ao preço do dia.

Se somos bode expiatório do Mundo inteiro, porque vamos ser idiotas? O cobre, acaba de subir mais; o Brasil está pagando 45 por cento mais no cobre que exporta do que em outros produtos que importa. O País está sendo explorado, lamentavelmente, sem uma defesa, e isso não é possível.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Quando estive em Ouro Preto, em 1960, foi criado o curso de doutorado, no Instituto de Metalurgia. Esse curso está funcionando, e tem...

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Está em grande funcionamento. No momento temos três candidatos, eram 12 mas 9 já foram excluídos.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Compromisso desses elementos que

frequentam esse curso com a Escola para exercer função de auxiliar de magistério ou auxiliar de pesquisa?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Estou apenas com um deles, a estada deles é custada pela Fundação.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) — Quero afirmar que o Dr. Rômulo da Fonseca nos deixou a mais agradável impressão com sua explanação e as respostas dadas às nossas indagações.

Na realidade, quando se convocou o Diretor da Escola, de Minas — como disse o nobre Senador José Ermírio — nosso desejo era uma contribuição para nosso esforço.

Estamos certos de que com a organização nova que se pretende dar à Escola, de construir novos prédios com nova organização, será uma das melhores do mundo nos diversos setores da engenharia que lá se ensina e se pesquisa. Essa a promessa do Senador José Ermírio, a de contribuir substancialmente para a construção da escola. E a segurança para a sua edificação, porque S. Ex.^a isso tem feito em todo o Brasil com relação à construção de escolas, hospitais, colégios e muito mais em relação o minas. Isso contribui para o desenvolvimento do Brasil.

Assim, o Senhor pode levar aos seus colegas e alunos a nossa simpatia.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO — (Presidente) — Nada mais havendo que a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos).

ATA DA 16ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965

As nove horas e cinquenta minutos do dia dezanove de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Herivaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da presidência presentes os Srs. Senadores José Ermírio, Relator, Atílio Fontana e Raul Giubert reunem-se a Comissão Especial do Senado Federal criada com a aprovação do requerimento nº 285-65,

Comparecem ainda os Srs. Senadores José Feliciano, José Leite, Lopes da Costa e Nelson Maculan.

Deixam de comparecer por causa justificada, os senhores senadores Sigefredo Pacheco, Presidente; Eugênio Barcos, Argemiro de Aguiar.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, uma vez aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente dá ciência do comparecimento do Sr. Dr. Leônidas Lopes Bório Presidente do Instituto Brasileiro do Café, convidando sua senhoria a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

Com a palavra, o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café apresenta uma análise completa dos problemas cafeeiros para, em seguida, passar a responder às indagações do Sr. Senador José Ermírio, Relator.

No decorrer das suas respostas às perguntas do Sr. Relator, tem o depoente oportunidade de dar resposta a quesitos formulados pelos Srs. Senadores Atílio Fontana, José Feliciano, José Leite, Lopes da Costa e Nelson Maculan.

Concluídas as indagações, o Sr. Presidente demonstra a gratidão da Comissão ao Sr. Dr. Leônidas Lopes Bório pelo seu comparecimento e determina que o apanhamento taquigráfico dos debates passe a fazer parte

integrante da presente Ata, sendo publicado, como anexo, no Diário do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente, nada mais havendo que tratar, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Farias Dantas, Secretário, lavrei a presente ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 16ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965

Publicação devidamente autorizada pelo senhor Presidente da Comissão INTEGRAL DO APOANHAMENTO TAQUIGRAFICO REFERIDO NA ATA

Presidente: Senador Herivaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Relator: Senador José Ermírio.

Convidado: Dr. Leônidas Lopes Bório, Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

O SR. PRESIDENTE (Senador Herivaldo Vieira) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Atendendo a requerimento do nobre Relator, Senador José Ermírio, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Aquiescendo a convite desta Comissão, acha-se presente o Sr. Presidente do Instituto do Café, Dr. Leônidas Lopes Bório que vem prestar esclarecimentos necessários aos trabalhos desta Comissão, com relação ao Instituto que dirige.

Sendo o Café um grande fornecedor de divisas para o nosso país, é de maior importância para os estudos desta Comissão a coleta que vamos fazer como subsídios para os nossos trabalhos, na manhã de hoje.

Agradecendo a presença do Dr. Leônidas Lopes Bório, dou-lhe a palavra para que exponha os assuntos que nos traz e ao Sr. Relator, Senador Ermírio de Moraes.

Com a palavra o Dr. Leônidas Lopes Bório.

O SR. DR. LEÔNIDAS BÓRIO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, paço-me particularmente importante tratar do assunto café nesta Comissão, por três razões fundamentais: primeiro, pela importância do café na economia brasileira; segundo, pela importância do café na economia mundial; e terceiro pelo fato de o café estar sendo regulado por um acordo que tem sido, até o momento, o único a dar certa esperança de sucesso para nós.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O café constitui o terceiro ou quarto negócio do mundo, não é verdade?

O SR. DR. LEÔNIDAS BÓRIO — Perfeitamente, ia prestar esse esclarecimento. O café representou para o Brasil, no período de 1947 a 1964, 55% na receita de exportação tendo representado, no ano passado aproximadamente 53%. O Brasil exportou um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, tendo o café produzido receita da ordem de quatrocentos e cinquenta milhões de dólares.

Dai concluímos que o café é, realmente, nosso principal produto quanto à capacidade de exportar e sendo o Brasil um país subdesenvolvido, a capacidade de exportar é fundamental na execução dos seus programas de desenvolvimento.

Na economia mundial, o café representa o segundo produto de toda a pauta, ficando apenas atrás do petróleo. Efetivamente, o café representa a im-

portância aproximada anual de 2 bilhões de dólares. E' o volume de recursos transferidos dos países consumidores aos países produtores, anualmente.

Em terceiro lugar, como eu disse, o café vem sendo regulado por um Acordo Internacional que a par do sucesso de tantos outros, vem provando um relativo sucesso. Os senhores membros desta Comissão sabem que as matérias-primas estão em crise em todo o mundo, em crise e provocando uma difícil relação dos países industrializados com os países subdesenvolvidos, no sentido de se procurar aquilo que se poderia chamar justiça social tendo em vista os países mais pobres em relação aos mais ricos.

Poderíamos citar as grandes crises por que passaram neste momento a economia do açúcar e do cacau.

O açúcar atingiu, no mês passado, o seu mais baixo nível de preços desde 1880. Acho que essa afirmação dispensa maiores comentários. O cacau, que vinha sendo regulado por um acordo fraco, que não foi cumprido, teve seus preços cadentes de tal forma que para os produtores que dependem de cacau, como o Brasil depende do café, estão em sérias dificuldades econômicas. Um exemplo importante é o de Gana que baseou seu plano setenal na exportação do cacau e hoje não consegue recursos suficientes para a realização do seu programa, criando sérios embargos ao desenvolvimento do País.

Quero, a seguir, fazer alguns comentários rápidos particularmente a respeito do cacau. Em primeiro lugar a sua ingratidão da produção e, em outras palavras, o café, que é uma agricultura perene, não responde, rapidamente, à demanda e não se intercompõe a oferta quando a demanda diminui, porque sendo um produto que leva quatro a cinco anos para entrar em produção normal, o incentivo ao plantio nos períodos de preços altos permite um aumento de produção que tem levado sempre a problemas de superprodução. Ao contrário, quando a demanda diminui, essa produção não pode ser terminada rapidamente, permitindo então o acúmulo de estoques que são tremendos gravames para a economia. Por outro lado, há uma relação de inelasticidade na demanda, porque o nível alimentar dos consumidores é limitado e mesmo a redução de preços não provoca maior aquisição.

Assim, estes dois fatores têm levado, tanto o mercado de café como o de outros produtos agrícolas, a uma situação tal, que seus reflexos se fazem sentir até mesmo na quantidade de produto importado, nos níveis de investimento etc. Por isso mesmo, alguns países tem procurado regularizar o mercado de matérias-primas em mercados internacionais.

Acredito que o Acordo do Café seja, realmente, o instrumento que poderá produzir resultados favoráveis, porque, é o mais positivo e o mais bem elaborado.

Gostaria de tecer alguns comentários sobre o Acordo do Café.

Encontramos o mercado do café, no início da administração Castelo Branco, cheio de entraves e dificuldades. Nesta mesma ocasião o mundo passava por uma situação ímpar, em matéria de importação e exportação de café. O preço dominante havia atingido seu mais baixo nível, em oito anos, por força dos fenômenos climáticos, no Brasil, principalmente no Estado do Paraná, as geadas e secas em São Paulo. Houve enorme, anormal cultura de café, por parte dos países consumidores, com um temo-
logológico de escassez. Isso provocou

repentina, violenta alta de preços, que elevou, por exemplo, os preços brasileiros de níveis médios, num curto período de tempo.

Coincidentemente, entrava em operação o Acordo Internacional de Café, acordo esse que já era fruto de aproximadamente nove anos de esforço, e que, pela primeira vez, vinha regular o mercado, com a participação dos consumidores e produtores. Essa alta de preços, imediatamente, provocou o conceito de que era provocada pelo convênio. Vimos uma enorme importação de café ser realizada nos meses de setembro de 1963 a março de 1964, com a alta de preço que já referi, criando, então, uma sensação de qualquer fato anormal, e por uma razão que se desconhece, talvez até propositalmente.

O Acordo de Café foi considerado como um instrumento que estava provocando a alta de preços, no mercado. Tivemos, então, sérias dificuldades com os países consumidores, que passaram a criar toda a sorte de embargos para a implementação da legislação interna reguladora do convênio.

Quero lembrar que, em 1964, no início, as nações consumidoras fizeram enorme pressão junto aos países produtores, no sentido da ampliação do "afaire" de café. E' um fato muito curioso porque o instrumento regulador criado para ajustar a oferta da venda, no momento em que as vendas do café atingiram o seu cume, no momento em que os estoques de café atingiam o seu máximo, fez com que as nações consumidoras provocassem o aumento. O Brasil, irrefletidamente, concordou, por pressão política, com esse aumento. E tivemos, em fevereiro de 1964, a ampliação da oferta, em dois e meio milhões de sacas de café. Justamente, no momento em que os estoques atingiam o máximo.

Verificou-se, imediatamente, que, após essa ampliação da oferta, os preços entraram em declínio, e isso aconteceu porque todos os países que tinham café excedente sobre suas cotas, puderam cercar o mercado, e o fizeram a preços rebaixados. De maneira que, quando iniciamos os nossos trabalhos, encontramos o País incorrendo num sério erro, num erro de conceitualização, achando que o mercado de café estava exorbitando no preço, e que as grandes exportações brasileiras iriam continuar aos preços que se haviam obtido.

Logo nos primeiros meses, indicamos que essa idéia era totalmente errada e que, se medidas não fossem tomadas imediatamente, teríamos o mercado de café em crise. Foi a razão pela qual, logo nos primeiros meses de nossa administração, decidimos por uma política de preços rígidos, com o objetivo de não provocar a crise, mas esperando que, em agosto de 1964, quando em Londres se reunia o Conselho de Café, se corrigisse a situação. Nossa planificação, porém, foi frustrada, pela posição adotada pelos consumidores, em Londres. Efetivamente, em 1964, nos Estados Unidos, por exemplo, foi um ano eleitoral, o ano em que se renovava o Congresso, o ano em que se elegia o Presidente da República. O Congresso exerceu grande pressão no Executivo dos Estados Unidos, no sentido de não permitir que a oferta de café fosse reduzida, e essa foi a linha da delegação americana.

A delegação brasileira, que vinha suportando o ônus de manter o preço estável a sua própria custa, chegou a Londres com o número aproximado da demanda de café para o

ano seguinte, que era de 43 milhões de sacas de café.

A proposta dos consumidores levaram a oferta perto de 50 milhões de sacas. Depois de duas semanas de grande dificuldade, conseguimos que as cotas fossem fixadas em 40 milhões e 500 mil sacas.

Sob o protesto brasileiro, e sob a qualificação do voto da delegação brasileira, chamei a atenção de todos os participantes que naquele momento se frustrava o principal objetivo do Convênio Internacional do Café, porque a oferta seria superior à demanda, o que provocaria no mercado seria instabilidade. Dissemos que a única maneira de evitar a derrocada do mercado seria a manutenção dos preços em níveis estáveis.

As nossas palavras em Londres foram perfeitamente justificadas. A partir daquele momento a nossa exportação entrou em crise e os preços de nossos concorrentes ficaram cada vez mais declinantes. Tivemos o preço do café africano chegando a 18 centavos por libra peso.

Então, o Brasil adotou a decisão, que foi a primeira grande opção do Governo Castelo Branco em matéria de café, de que o mercado, em face das ofertas, não provocaria maiores exportações pela situação de estocagem em que estava o mercado.

Encontramos o mercado dos Estados Unidos com café suficiente para 1967, a torrefação com 35 dias normais.

Sabemos que o mercado não duplicaria a quantidade imputada e não ultrapassaria o mercado sustentado. Iniciamos um trabalho junto, principalmente, aos governos dos países produtores para remover as dificuldades encontradas. Pouco a pouco, conseguimos formar a consciência de países produtores e consumidores. Os Estados Unidos mudaram sua posição, passando a cooperar com o Brasil. Tivemos cortes nas cotas aprovadas em lei.

Encontramos então o grande temor de países consumidores, de que novas baixas na oferta provocassem novas altas de preço. Foi nesse momento que nossos técnicos imaginaram o sistema "cota-preço".

O sistema cota-preço é um mecanismo que permite a eliminação do conflito na fixação das cotas porque, vinculando-se o mínimo da cota ao mínimo de preço se amplia a oferta, isto é, à medida que o preço se reduz ou cresce. E o temor que a redução da oferta provoque a alta de preço é eliminado, porque à medida que o preço cresce se amplia a oferta no mercado. Esse sistema aprova magnificamente. Isto ficou provado em 1964. Logo após tivemos a primeira rebaixa da cota porque o Brasil decidiu rebaixar seu preço em centavos. Isso provocou uma rápida baixa de preço a todos nós concorrentes, e em poucos dias a cota foi reduzida a 46.7, com que o ano se encerrou. Pediria a atenção dos Senhores para a figura que darei a seguir.

A cota fora fixada em 43.5 milhões de sacas. O ano terminou após duas reduções conseguidas por votação, e uma redução conseguida para nova medida cota-preço em 46.7 milhões. A importação total, global, de todos os países consumidores ficou abaixo de 40 milhões de sacas. De maneira que o erro cometido em Londres foi a pressão dos países consumidores na fixação do preço-oferta, nas suas demandas. Então eu perguntaria aos Srs. Membros da Comissão: o que

aconteceu no mercado com a demanda da ordem de oitenta milhões e oferta de 43.5 milhões? A simples retração no mercado.

No ano que se iniciou em 1 de outubro deste ano, deu ao mercado uma cota de 43.7 milhões. Eu poderia declarar se a cota do ano anterior fosse expressiva, — porque a cota deste ano não deve ser expressiva — ou, acreditamos que 43.7 milhões deveria ser efetivamente o café necessário a boa operação do mercado, porque já não existem mais os estoques excedentes que encontramos no início de nossa administração.

Há pouco tempo, depôdo em outra Comissão, na Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores, fui interpelado por um Deputado: "O Senhor está afirmando que o consumo diminuiu em nove milhões de sacas?"

Absolutamente, — respondi — estou afirmando que a exportação e a importação de café diminuiu nove milhões de sacas e que o café excedente foi retirado dos estoques. Foi a maneira, dos Países consumidores poderem resistir aos preços do Brasil.

O consumo mundial está previsto, no corrente ano, em quarenta e cinco milhões. O Brasil lutou por uma cota de 43.7, alegando que não era justo que o ano se iniciasse com novos erros, como acontecia no passado. No correr da operação, eles seriam facilmente corrigidos. Se os preços entrassem em declínio, teríamos uma exportação de quarenta e um milhões. E quais os primeiros resultados?

O Brasil resolveu, no fim do mês de setembro, início de outubro, reduzir o seu preço de registro em um centavo, porque os preços haviam atingido a 42.50, que permitiria, de acordo com as regras do convênio, o restabelecimento de uma cota sobre 43.7. E ocorreu o fato de que, pela primeira vez na história do café brasileiro, uma baixa de preço do café do Brasil não provocou uma baixa de preço do café dos países concorrentes. Ao contrário, provocou alta, constituindo claro indicio de que pela primeira vez o café estava com mercado ajustado.

Consideramos que o fato de o convênio ter conseguido estabelecer um mecanismo regulador, como é o cota-preço, e se tenha alcançado, no decorrer deste ano, a aprovação da legislação complementar dos Estados Unidos, a aprovação dos regulamentos de penalidades, a aprovação dos regulamentos de cotas-extras, enfim, de todo o instrumental necessário à boa ordem da execução do convênio atingimos um objetivo.

O Brasil considera que terminou uma etapa muito importante do seu trabalho. Essa etapa consistiu na transferência efetiva — pela primeira na história do café brasileiro — da responsabilidade unilateral de sustentar o mercado, que foi até então a nossa política tradicional, para o mecanismo internacional. Em outras palavras, o Brasil considera que, pela primeira vez na história, pôde fechar o seu guarda-chuva, transferindo para os ombros de todos os países produtores o ônus de manter os preços estáveis.

Os preços estão realmente estáveis. Encontramos o café brasileiro a 42 centavos por libra peso, em maio de 1964. O preço indicativo do café brasileiro está a 41 centavos, apenas um centavo do preço que encontramos há um ano e meio.

A figura hoje é a seguinte: os cafés robustos evoluíram do nível de 18 centavos para o preço de 36 centavos os cafés centrais estão mais ou menos 3 centavos acima dos preços brasileiros; os colombianos a mais de 5 centavos.

Uma das grandes críticas que se faziam à nossa administração é que estávamos mantendo os preferenciais de cafés anormais muito distanciados dos nossos concorrentes africanos e com pequena margem dos concorrentes centrais. Nossa defesa sempre foi a seguinte: não estávamos interessados em baixar nossos preços para acompanhar os dos concorrentes, e, sim, interessados no mecanismo que permitisse aos nossos concorrentes subirem os preços para os níveis em que estávamos situados. Foi o que ocorreu.

A política brasileira permitiu que a estrutura do preço fosse salva e estávamos hoje em uma situação impar na história do café.

Temos a certeza de que a operação do convênio e a política brasileira flexível que se seguiu a esse novo mecanismo permitirão ao Brasil, no ano que se iniciou a 1ª de outubro, passar a exportar seus contingentes pelo Acordo de forma tranquila, em curso normal, sem grandes oscilações e obtendo uma receita cambial remuneradora. Isso é importante.

Devem V. Exas. estar lembrados de que houve muitas críticas à política brasileira de café, no sentido de que estávamos preocupados com o preço e não com o volume. Sempre dissemos que o volume não era nada; o preço é que era importante.

De maneira que o Brasil, durante um ano e meio seguiu uma política que em suas linhas gerais era a tradicional, mas com diferença fundamental: nós seguimos uma política com um objetivo determinado, que é de obter um instrumento regulador que nos permitisse a transferência de responsabilidade que até lá pouco e creio que nesse particular tivemos total sucesso.

Perguntarão os Srs. se o fato de termos adotado uma política flexível e na esperança pela palavra de sua administração do café, de exportações normais no período agora iniciado e mais a obtenção de novos níveis, se isso significa o fim do problema do café.

A resposta tem que ser não. A resposta tem que ser não porque, apesar da regulação em demanda em relação à oferta, o segundo objetivo do acordo do café está ainda muito longe de ser conseguido, que é a justagem da produção adequada.

Nós, no corrente ano, temos ter produção da ordem de 75 milhões de sacas contra consumo efetivo de 50 milhões. Muitos Países, entre os quais se situa o Brasil, terão que oferecer excedentes da ordem global de 25 milhões de sacas, com todas as consequências, todo o peso nas economias internas desses Países, pelo preço dessa retenção.

O Brasil, na última reunião de Londres, iniciou o que considera a segunda etapa de seu trabalho, que é a tentativa de conseguir a ajustagem da produção à demanda, num curto prazo e apresentamos a figura da seguinte forma: os preços do café, como disse anteriormente, haviam atingido, em 1963, um dos seus mais baixos níveis, nos últimos anos.

A média dos preços, na exportação de café, situava-se em torno de 30

centavos por libra-pêso. A média dos preços de café, hoje, nos mercados, é da ordem de 40 centavos por libra-pêso.

A diferença de receita dos países produtores, entre os preços de 30 e 40 centavos é da ordem de 600 milhões de dólares por ano.

Esta foi a figura que apresentamos em Londres. Pedimos a atenção dos países produtores e exportadores de café para o fato de que aqueles estão recebendo uma receita adicional, em relação ao preço assegurado em 1963, de 600 milhões de dólares.

Ora, caso seja rompida a estrutura da estabilidade do mercado, considerando-se a produção de 75 milhões de sacas sobre o consumo de 50 milhões, fácil é prever que os preços de café retornariam, na melhor das hipóteses, ao índice anterior, ou seja, implicaria perda, nos países produtores, dessa receita adicional de 600 milhões de dólares.

Ora, técnicos dos mais idôneos organismos internacionais estimam que, se se aplicassem, sob a forma de investimento maciço, na economia dos países produtores, com problemas de produção, 300 a 500 milhões de dólares seriam suficientes para resolver o problema.

Que propõe o Brasil, então? Que os países produtores, tenham ou não problemas de produção, paguem uma taxa da ordem de um dólar por saca de café exportada, para um Fundo Especial de Diversificação dos países produtores de café. Isso implicaria numa arrecadação da ordem de 500 milhões de dólares por ano.

Proporíamos que esse Fundo fosse colocado sob a gerência de organismos internacionais idôneos, que não só manipulariam os recursos, como também fixariam as diretrizes de fixação dos recursos de comum acordo com o conselho do Convênio e aplicariam os recursos para utilização maciça na economia dos países produtores.

Se o pagamento for feito durante 10 anos, sem um único aumento, haveria para os países produtores uma arrecadação da ordem de 500 milhões de dólares.

Com o volume máximo estocado para a solução dos problemas, mediante entendimento, poderíamos ter uma aplicação maciça de recursos no sentido da rápida diversificação da economia.

O Brasil, ao mesmo tempo que apresentou esse programa em Londres, entrou em entendimento com uma comissão interministerial, que os Srs. devem estar a par, formada pelos Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio, em comum acordo com o Instituto Brasileiro do Café para criar diretrizes para uma racionalização da cafeicultura brasileira em moldes mais amplos.

Esse grupo está em plena função, e deveríamos ter, em futuro próximo, o primeiro relatório que identificará todos os problemas, sugerindo as primeiras medidas, e que se consubstanciará em duas partes. A primeira, com relação à aplicação de recursos para o perfeito conhecimento da economia cafeeira, porque a verdade é que o Brasil é um País totalmente despreparado em matéria de conhecimento de sua própria economia. Não temos cadastros não podemos fazer previsões de safras, nem de climas, nem de misturas de solo; enfim, não temos bases sólidas sobre a

qual possamos assentar as deliberações da política de café.

Então, Srs. Senadores, a primeira parte será no sentido da aplicação dos recursos para o perfeito conhecimento desses itens. Quanto à segunda, diz ela respeito à destinação dos fundos de café para aplicação maciça nas regiões produtoras de café, com a devida investigação, assim como levantamento de créditos, em suma, todas as operações que venham a permitir se torne mais saudável a economia cafeeira nessas regiões.

A verdade, Srs. Senadores, é que o mundo está diante do desafio de fazer com que as operações de convênio se façam normalmente, permitindo o desenvolvimento da produção de café, necessária a sua vida econômica e eliminar, também, os excessos de produção que, a longo prazo, produzirão a derrocada não só da economia de preços como de todas as economias.

E' o que posso dizer, de antemão, prontificando-me, agora, a responder e prestar quaisquer esclarecimentos que desejem os Srs. Senadores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Ouvimos, com a devida atenção, as explicações iniciais de V. Exa., e agradecemos certos detalhes que desconhecíamos.

Entretanto, Dr. Leonidas Bório, perguntaria, em primeiro lugar, o seguinte:

Segundo estatísticas transcritas pelo *Diário de São Paulo*, o Brasil ganhou em dólares 1,7%, a Colômbia 29,9%, o México 106,4%, Salvador 21,9%, São Domingos 62,9%. Resumindo, o Brasil recebeu mais em dólares em 1964 do que em 1965, apenas 12.756.000 dólares, ao passo que a Colômbia recebeu 90.571.000. Em outros termos, a política valorizadora do Brasil assegurou a cafeicultura latino-americana uma receita, a mais de 210.362.000 de dólares, mas a receita do Brasil, ainda o maior produtor de café do mundo, foi de apenas 12.750.00 dólares, como se viu. Conforme amplamente noticiado, países estrangeiros, liderados pelos Estados Unidos, e têm favorecido largamente as plantações de café na África, enquanto que nosso país continua em seu triste papel de guarda-chuva, para proporcionar a essas plantações uma renda magnífica.

Minha pergunta é a seguinte: se o café já subiu para 36 cs. já estamos obtendo o resultado esperado. Tivemos 18cs. na venda de 40 a 41. No entanto, se temos 36cs. o investimento, pergunto será um bom negócio que está forçando o Brasil a tomar posição?

II — Muitos estudiosos afirmam que devemos dar preferência à produção de cafés bons de bom paladar, a fim de enfrentar os tipos "robusto" da África. (Lê:)

O único meio de dominar o mercado em concorrência é ter uma reação de forma a enfrentar os concorrentes e os exportadores de café por *debaixo do pano*.

Ainda existem esses exportadores? A África, segundo parece, ainda os tem, e por muito tempo os terá (Lê)

Se a África continua a plantar café em larga escala, o que necessariamente deve se basear em preços elevados do Brasil, se não tomarmos providências energéticas, corajosas e imediatas, o que será de nosso produto nos próximos dois anos, quando se sabe que a África deverá dobrar a sua pro-

dução, e mesmo com o aumento do consumo de café no mundo, a nossa situação será cada vez pior.

A informação que tenho é de que, nos próximos dois anos, a África terá dois pés de café para cada um dos atualmente existentes.

Não conheço o aumento anual, talvez seja de um milhão de sacas. V. Exa nos dirá melhor. (Lê:)

3) Em lugar de queimar café ou de guardá-lo armazenando a preços elevadíssimos, que cada vez mais onera o produto, não seria melhor decidir pela exportação em larga escala, assim diminuindo a sobreguidão dos plantadores africanos?

Há áreas, na Europa, em que se vende café bom, outras café ruim. Hoje, nos Estados Unidos, não se toma o café de há dez anos. Verifiquei agora, quando lá estive, que o café consumido é de má qualidade. Já foi excepcional, hoje é franco. Consumem qualquer qualidade, porque os comerciantes querem é ganhar dinheiro. A Alemanha gosta de café bom, segundo estamos informados. (Lê:)

A essa medida, deve-se juntar a produção de tipos de cafés bons, através de Cooperativas especializadas, das quais queremos citar como exemplo a Cooperativa de Poços de Caldas, que vendeu toda a sua produção com relativa facilidade. Será uma forma de enfrentar, no mercado competitivo internacional, a concorrência de outros países. Venceu também pela qualidade.

Porque temos dois problemas: um, o estoque desvalorizado, que aliás este ano o Instituto resolveu comprar todo o estoque. Em vez de ver a qualidade, fizeram bica-corrida. Talvez um erro do Instituto. Eu não sei; V. Exa sabe melhor do que nós. (Lê:)

Todos sabemos que existem mercados para cafés bons e para cafés de má qualidade. E a posição do Brasil neste momento não devia ser de apurar o seu produto ao máximo, enquanto descarregaria os cafés ruins em mercados tradicionalmente menos existente?

Por isso não podemos aprovar a política do IBC, que incentivou a política de abandono de qualidade em favor da quantidade, da maior produção de qualquer tipos de café.

Aliás é a informação que eu tenho e talvez esteja errada: que o IBC abandonou a política da qualidade.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — Absolutamente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A informação que temos é que todos os brasileiros começaram a fazer bica-corrida e começaram a soltar no mercado.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Prestarei os esclarecimentos quando V. Exa concluir.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Eu lhe darei uma cópia, e depois o Sr. responderá. (Lê:)

Todos sabemos que todos os produtos de exportação do Brasil sofrem, de uma maneira ou de

outra, concorrência de outros países e desde minerais até os principais produtos agrícolas. O raciocínio, hoje infelizmente corrente, de que é melhor para o país vender 12 milhões de sacas de café a 43 dólares, do que vender 15 milhões de sacas a 21 dólares, parece-nos errôneo, por que isso só faz incrementar os plantadores africanos, por exemplo.

Este é um ponto que também não conheço.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Absolutamente não acontece.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — É muito bom ouvir isso. Nosso medo é da América Latina e a África, em que dizem que as promoções são tão grandes, que daqui a dois anos para cada pé de café produzido haverá mais dois produzindo.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Tentarei explicar o assunto não com referência à África como a Ásia, que está aparecendo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — (Relator) — (Lê:)

Todos os produtos agrícolas no mundo sofrem concorrências. Isso mesmo aconteceu agora com o açúcar, que apesar de ter três anos de déficit na produção mundial, num só ano teve seu preço desvalorizado de 200 para 35 dólares a tonelada. Ora, nenhum país no mundo pode produzir açúcar por menos de 90 dólares a tonelada, e mesmo assim nada ganhando com sua venda. Relativamente ao café, ainda o seu preço pode ser considerado bom para o lavrador, mas contanto que ele não tenha despesas desnecessárias com o produto.

Se lá fora não houver receio de que o Brasil tomará medidas sérias, e imediatas, continuaremos a perder, como agora, os mercados consumidores.

Feitas essas considerações, pergunto:

1ª) Qual a política que o Governo pretende seguir para solucionar o problema cafeeiro, sabendo-se que nossa exportação, no ano 64-65, não atingiu a 13 milhões de sacas? Isso sempre levando em conta que se trata de nosso principal produto de exportação?

O SR. LEONIDAS BÓRIO — É verdade; não atingiu.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É de se estranhar, principalmente tratando-se do segundo produto no mundo e o primeiro do Brasil. (Lê:)

2ª) Qual a orientação do Governo, relativamente à nossa posição no mercado internacional? Por que não se faz a distribuição diretamente em todos os países?

3ª) Por que se abandonou a sadia política de produção de cafés finos, pela de produção de quaisquer tipos de café?

Está aí uma coisa que não compreendo. O Brasil nem qualquer país sul-americano pode distribuir seus produtos nos mercados consumidores.

Ocorre-me que, tendo em vista que V. Sa. pretende organizar um Fundo para erradicar o café na África e em outros países, poderia também fazê-lo no sentido de que nosso café fosse distribuído no Exterior.

Sabe-se que, nos Estados Unidos, uma libra de café alcança preço astronômico.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quanto é que ela vale?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Oitenta e quatro cents.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O dóbro.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Depois tem o vasilhame, a distribuição.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O lucro é grande. (Lê:)

3ª) Qual a previsão relativamente à produção da safra de café para 1965-1966?

5ª) Os países africanos, bem como os demais produtores estão cumprindo o acordo de café, exportando estritamente dentro de suas respectivas quotas?

6ª) Quanto estará exportando a mais a África e outros países produtores, como a Colômbia e o México, no próximo ano?

7ª) Qual o motivo por que não aproveitamos a vantagem de estarmos no momento, praticamente sozinhos, no mercado internacional de café, pois a competição da América Central e da África somente começa a se fazer sentir de outubro em diante? Não atentaram para essa particularidade os técnicos governamentais em comercialização e exportação?

A safra da América Latina só começa em outubro, como da África e da Ásia. Podemos aproveitar esses meses, desde março até agosto para desenvolver um pouco mais a nossa produção e venda. Não foi possível?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vou explicar depois. São detalhes mais incluídos no assunto.

Gostaria de esclarecer que o Governo está perfeitamente consciente do problema e foi exatamente procurando evitar essa dificuldade que estamos conduzindo nossa política internacional. O que tem provocado uma exportação percentual maior de nossos concorrentes ou uma receita adicional de nossos concorrentes em dólares. É justamente a deformação da oferta que tive ocasião de explicar. Se temos um mercado completamente não regulado, suponha-se que esteja totalmente aberto esse mercado e os 75 milhões de sacas de café possam ir ao mercado para atender a um consumo de cinquenta milhões. Evidentemente que não há ninguém que consiga preços de certo remuneradores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Esse estoque é de mais de cinquenta milhões?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sem contar os estoques. Gostaria de dar um esclarecimento. Num mercado não regulado, apenas a produção anual é muito maior do que o consumo possível, de maneira que nós não teríamos como sustentar cotações de preços, de modo que o preço do café iria aos níveis do do açúcar e do cacau. Foi por causa disso que tentaram os instrumentos reguladores. No passado o Brasil funcionou como instrumento regulador unilateral, retirando o contingente de café muitas vezes por interesse próprio de manter as receitas cambiais em níveis que pareciam essenciais e pouco a pouco evoluiu a idéia para que os demais países participassem do sistema de regulação. Mas a verdade é que não se conseguiu um instrumento que defendesse todos os países e não prejudicasse o Brasil. E foi esta forma de organização que encontramos. A única

maneira de se poder exportar a quantidade de café que lhe é locada a níveis de preços remunerados é a oferta estar ajustada à demanda.

De maneira que, depois de tantas críticas que tivemos este ano, o Brasil tinha que optar por sustentar no mercado unilateral, buscando todo esforço de regulação internacional ou promover o preço no mercado internacional. Lutamos pela primeira.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas a África não exporta mais café?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Há uma confusão sobre esse ponto. Os percentuais de exportação foram maiores, mas, na realidade, se no ano anterior se exportava 46,7 milhões de sacas de café e no outro 39,7 de sacas de café e as ofertas foram sendo diminuídas pelo corte de cotas. Na verdade, os quantitativos exportados não foram mais elevados por países concorrentes.

Evidentemente, se a oferta tivesse sido feita a níveis adequados à demanda.

Eles não teriam conseguido percentual maior que os permitidos pela boa ordem do mercado. Por quê?

Este ano, o Brasil ficou, nas suas exportações, com, aproximadamente, 4 milhões de sacas. É exatamente a diferença entre a cota e a exportação.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Permita-me o Dr. Leonidas Bório: estive nos Estados Unidos e verifiquei que a África, no gráfico de exportação de café, estava em situação ascendente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Já ultrapassou a 17 milhões de sacas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não. A África continua exportando a sua cota de 11 milhões.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas estão produzindo 17 milhões de sacas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A África tem um estoque, como o Brasil tem um estoque de 33 milhões de sacas.

Estamos incorrendo em um erro de omissão. A África tem alcançado maiores exportações principalmente com o café solúvel.

A África, hoje, está atingindo o patamar de ofertas, e o que provoca a alta de preço do café dos africanos é que há escassez desse café, provocada pela regulação da cota.

Estamos aqui discutindo um ponto contraditório. O africano tem café adicional, e se ele pudesse vendê-lo no mercado livremente não estaria com seu preço, hoje, em ascensão. E está em ascensão porque o Brasil conseguiu um instrumento que impede que eles vão ao mercado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Convém não esquecer que 350 milhões de dólares de capital americano está lá dentro.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Para dar um pouco de ordem à minha explicação, devo mais uma vez repetir o seguinte: este ano, pela primeira vez na História, temos uma oferta possível de cafés ao mercado consumidor mais ou menos ajustada à demanda. Digo mais ou menos porque não há maneira de, a priori, saber se ela é exatamente a necessária à boa operação. Mas, dos 48,5 milhões de sacas do ano anterior, ou da oferta do ano passado, para os 46,7 milhões

deste ano, há um grande problema. Se desces 47%, os preços vierem a ser reduzidos em 2,7, haverá o total de 41 milhões de sacas. Ora, o mercado vai precisar absorver no momento 41 milhões de sacas de café. Então perguntaria se esses 41 milhões serão suficientes, ou não. Não são suficientes. Então o que é provável é que essa cota de 46,7 seja ampliada, mas com preço em ascensão, o que significa que o Brasil e os demais produtores poderão receber receita remuneradora e aceita pelos consumidores como razoável e, ao mesmo tempo, terão condições de exportar o seu contingente.

Para esse ponto peço a atenção especial dos Srs. Senadores: se as cotas são de 43,7 e o consumo é de 43,7 — isto é uma suposição — e se desces 43,7 o Brasil tem 38,8% e não há onde buscar o café, eu pergunto, se não é possível o Brasil exportar sua cota?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A não ser que a África mande para o Brasil...

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O segundo ponto era a falta de policiamento a oferta não era ajustável, porque havia falta de policiamento. O País que exercia liderança no mundo ocidental, não tinha aprovado a legislação adequada. Aprovada ela estava encontrando grande ecitismo em relação ao convênio, que foi modificado, no momento em que o Brasil foi a Washington — fui como representante do Brasil. Fizemos uma pergunta ao Secretário de Estado, Sr. Thomas Mann: Sr. Secretário é possível que o Brasil continue não exportando café? Ele respondeu, não! A alternativa é o Brasil mudar sua política, — Quais as consequências que isto trará à economia de países produtores de café, como a Colômbia, Guatemala e a Costa do Marfim? Desastre, respondeu S.S.

Então qual é a solução? É o seu Governo passar a colaborar com o Brasil, no sentido de aperfeiçoar o convênio, principalmente na parte de policiamento. Esse, realmente, o caminho seguido pelo Governo americano. A partir daquele momento aprovaram a lei complementar e assumiram o compromisso formal de exercer o efetivo controle da entrada do café, e passamos a ter o certificado de origem em operação.

Além disso aprovamos o regulamento de regularidade, o regulamento de cotas extras, e temos o efetivo controle. Aliás, nesse último ano, não houve sensíveis infrações, apenas pequenos fatos de menor importância.

Então a pergunta: com o mercado ajustado, como poderá o Brasil exportar seu excedente, para os Países consumidores como os Estados Unidos, a França, a Alemanha, principalmente para os Países escandinavos?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Permita-me, neste ponto, um aparte.

O Brasil tem mais condições para vender que os outros Países. Quem pode comprar, pode vender; se compramos muito, podemos vender muito. É o caso da Suécia e da Noruega, por exemplo. Por que não compramos coisas úteis ao Brasil e não vendemos mais?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Se fosse verdade, não teríamos tido, no decorrer do ano, a decisão do Brasil e de outros países, o instrumento regulador. Foi a dificuldade que levou à conceituação desse instrumento. O Brasil ainda sofre de

certas dificuldades na venda de cafés em outros países. Apesar do país subdesenvolvido, ou melhor, de país em processo de desenvolvimento, o Brasil é um produtor industrial.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Industrial, mas importante, o Canadá, grande país industrial, importa cada vez mais.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A Colômbia tem, ultimamente, feito exportações para Israel, recebendo, de lá, os jipes.

O Brasil tem um mercado com Israel, mais o umeno fixado, porque não pode fazer operação semelhante.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Israel é país insignificante, não tem quatro milhões de habitantes.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Os países socialistas — Iugoslávia, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polónia — que tentam exportar seus produtos industriais, precisam comprar café e o querem comprar. Mas a verdade é que não têm o que vender. Têm o problema de como pagar. O crédito tem limite. Então, é a dificuldade que um país, já em processo de desenvolvimento, encontra na colocação dos produtos primários.

Pediria licença a Vossa Excelência para insistir num ponto. Grande dúvida ocorre: se o Brasil vai ou não exportar seus contingentes. Penso que o Brasil o vai fazer, porque, vejamos bem, no ano passado, mantivemos a política de preços rígida. Mas não o estamos mais. Colocaremos o preço do café brasileiro de modo a permitir o Brasil exportar seus contingentes sob cotas. Se encontrarmos dificuldades, para colocar uma quota trimestral, reduziremos o preço do café.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Pergunto a Vossa Senhoria o preço de 36 centavos para o robusta da África não é prejudicial Brasil?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Quando mais aproximado o café africano do brasileiro...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se o vendemos por preço abaixo do africano e se fizemos...

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Quando vendíamos muito café, o africano estava com seus preços altos. Quando os preços baixam, é que se torna extremamente competitivo para o Brasil, porque a mistura de café suave com café africano substitui em certo grau o dos brasileiros.

Quanto mais favorável for a combinação de preços desses dois cafés, mais fácil será tirar o Brasil desse mercado. Quando os suaves estão num nível em relação ao africano, diminui a área de competição e é a razão pela qual as exportações brasileiras estão evoluindo para a normalidade.

Tememos um exemplo disso, a medida que forem cancelados os cafés expressos isso acontece a curto prazo — iniciou-se em maio e um junho houve a primeira rebaixa — a partir de julho as exportações começaram a evoluir tanto que no trimestre junho-setembro, tivemos um período negativo, 4 milhões e 100 sacas, contra 4 milhões e meio que seria o normal...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — No ano passado expor-

tamos pouco e a política já estava em vigor.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Com licença, Senador, eu falo o seguinte: no ano de 1964 que se encerrou em 30 de setembro, foi negativo o resultado sob o aspecto de exportação, foi provável sob o aspecto de preço, porque à medida que conseguimos elevar os preços, nós vimos as exportações brasileiras passarem a evoluir...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Com relação ao ano anterior.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — ... voltando à normalidade o que para nós são 4 milhões e meio. Nesse trimestre, o trimestre corrente que é o primeiro do ano corrente, deveria ser normal e as exportações são normais. Devemos exportar, todo mês, 4 milhões e meio de sacas.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Qual seria o total, no ano?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nossa cota é de 16 milhões e 900 mil sacas. Naturalmente, atua em relação ao total. Temos mais 1 milhão e 100 de exportação no mercado nas sob cotas. Somem, então, 18 milhões de sacas.

Esse é o objetivo que deverá ser conseguido e conseguido mantendo-se a liberação cambial e o quantitativo. Esta é a pedra fundamental da nossa política.

Só podemos trabalhar obtendo receita cambial adequada no mercado do declinante e não no mercado ascendente, como tivemos em '63, por força da queda. Fora disso, temos preços declinantes.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Infelizmente, todo regulado para produtos da indústria, mundo só cresce com cartões; cartões de agricultura. Há, porém, uma coisa: no caso do café, o acordo, que tem reduzido a exportação do Brasil, tem beneficiado nossos concorrentes, em volume. Qual seria o meio de evitarmos que tal fato continue ocorrendo?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Esse é o nosso objetivo fundamental...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Se no ano que vem a África, ao invés de 17 milhões, tiver 22 milhões?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vamos chegar lá. É a segunda parte do programa, se tivermos terminação, como disse, uma primeira etapa de trabalho, que foi a etapa de obter um instrumento que regulasse a oferta.

Temos agora um segundo problema, que é a produção excedente, em relação à oferta, em relação ao consumo e não devemos ter nenhuma flutuação. Poderemos algar nesse problema, sepultados em uma maré de café.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É bom que V. Exa. o diga.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sabemos que há o problema, sabemos que o mercado não vai resolver porque o mundo não vai consumir mais café, pelo fato de se produzir mais café. A solução seria a dos países diversificarem suas economias cafeleiras.

Essa diversificação é um problema seriíssimo, não só técnico, como político e social. O Brasil é um país democrático e não pode fugir à diversificação.

É preciso que haja uma ajustagem da produção ao consumo, uma disciplina.

Não é justo que o Brasil erradicue sua produção e os demais a ampliem e venham mais tarde requerer aumento de seus contingentes.

Isso tem que ser posto num contexto internacional e os anos lutando para essa providência à luz da razão.

Se os países têm essa receita de 600 milhões de dólares que nos dão um fenômeno climático, achamos que devem ser desperdiçados para retornarmos ao nível de preço anterior e continuarmos com o problema do excesso de produção. Isso é o fundamental. Mais fácil é irmos ao mercado, do que os preços declinarem, porque, não se incentivando a produção dos nossos concorrentes, talvez a África e outros países produtores de café não tivessem interesse em produzi-lo. Não acredito nisso porque esses países têm sua economia vinculada à produção cafeleira, a qual subexiste para a manutenção de suas exportações, inclusive através processos inflacionários.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Disse V. Exa. no início, Dr. Leonidas Bório, de que deveríamos voltar a apreciar o desenvolvimento da lavoura cafeleira não somente na África como na Ásia. No caso desse preço de ouro e poucos centavos, de libra peso, não traria, como resultado, um maior interesse de outros países que até agora pouco ou nada produziram e que nasceriam, também a produzir café para abreviar sua inclusão no abastecimento?

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Exatamente.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Isso, naturalmente, porque o café, na verdade, nos parece que alcança um preço altamente remunerador. Entretanto, a nosso ver, isso faz com que países que não produziam café passem a se interessar pela produção cafeleira e, nesse caso, a cota será ainda mais restrita.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Aliás, já prestei esclarecimentos nesse sentido outro dia, dizendo que em nosso próprio País, Estados que não produziam café já estão iniciando a plantação desse produto.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Exatamente, Sr. Presidente.

aínda no oeste paranaense, zona atingida pela geada e onde estive há poucos dias, observei que no Distrito de Chateaubriand, no Município de Toledo, há uma euforia extraordinária em torno da plantação de café, quando deveriam plantar feijão, milho.

Que se plante feijão, milho, gêneros alimentícios.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Na realidade, os preços internos do café, no Brasil, são muito altos.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Tenho reclamado da tribuna do Senado no sentido de que o Governo tem, de certo modo, reajustado o valor monetário para os produtos de exportação como o café, o algodão, enquanto que nada tem feito com relação aos gêneros alimentícios. A tendência geral é plantar café porque o Instituto compra os excedentes. Não há tendência para o plantio de feijão, milho e outros gêneros alimentícios.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Assim, com relação ao preço, que nos obriga a importação anual da ordem de 250 milhões de dólares.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Voltando à opinião do Senador Atílio Fontana, o preço do café é realmente remunerador com relação ao custo da produção. Mas, não podemos agir com imaturidade, para perder uma receita que nos é fundamental.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Mas os excedentes criam outro problema.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Temos a Indonésia, a Índia e outros países de clima quente que poderão produzir o café e obter mercado.

É o ponto fundamental, senão teremos, hoje, em Brasília, assinado o atestado de óbito da cafeicultura.

Vejam V. Exas. o problema do açúcar. Apesar do preço baixo, o país continua produzindo. Ontem, vi artigo sobre o incentivo que a Colômbia está dando à produção, apesar de o açúcar ali ter atingido o mais baixo nível de preço, desde 1880.

Mas estou de acordo com sua preocupação, Senador. Provavelmente é tema de alto debate, o Brasil — o preço do café ainda é bastante remunerador ou, pelo menos, muito diferenciado em relação aos preços dos demais produtos.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — Discordo de V. Exa.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não afirmel, Senador, disse que provavelmente.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — Observemos o que ocorreu no Estado do Paraná. Acompanho o desenvolvimento da cafeicultura, sou cafeicultor, posso falar com experiência própria. Estamos nos descapitalizando. O preço do café não tenta mais os lavradores. Defendi também a tese da diversificação da produção agrícola, de acordo com o Senador Atílio Fontana, mas é preciso uma reformulação na política arcaria do Brasil. Ninguém planta café porque ache a planta bonita.

Procurei, no café, um incentivo remunerador. No momento em que a mesma área de café for coberta de outras produções, e ensinar ao cafeicultor o mesmo incentivo, evidentemente nós todos mudaremos.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Esta é a minha tese.

O SR. NELSON MACCULAN — Mas não podemos liquidar com a cafeicultura nacional.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Ninguém pretende liquidar.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — A minha tese é a seguinte. Não há superprodução, mas subconsumo de café no mundo.

O Sr. vê, pelo levantamento de consumo per capita em três ou quatro países: na Alemanha, o consumo per capita não chega a 3 kg. Mas por que não chega? Porque existem certos entraves.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O próprio Governo tem taxação excessiva.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Pediria licença, porque senão iria

perder completamente o fio do raciocínio.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Vamos ordenar os trabalhos. Cada Senador faz suas interações, e o Dr. Bório as responde.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Fui dos que combateram o Acordo no Senado, e os meus colegas sabem porque. Porque os países consumidores não terão obrigação muito grande, muito acentuada, para apenas importar café dos países de origem. Essa lei votada pelo Congresso Americano, ao meu ver, não reforçou em nada o Convênio. Ao mesmo tempo em que o Congresso ratificava, havia uma brecha: no momento que o preço do café for especulativo, os Estados Unidos podem denunciar o Acordo. Por isso acho que temos que lutar por esse Acordo, mas com uma fortaleza maior. Como também combati o Acordo aqui, e está nos Anais do Senado? Porque acho um absurdo um Acordo firmado por produtores e consumidores, onde a participação dos países não signatários do acordo dos produtores decidem e têm situação privilegiada nos países consumidores. Acho perfeito que o café deve ser equacionado em termos universais. Não podemos negar a existência da caféicultura na África, que estão mais bem atualizada que nós. Acho que o convênio se reforçaria com a obrigação de os países consumidores só importarem determinadas cotas dos países produtores. Exemplifico: os países da África exportam café para os Estados Unidos — o certificado de origem vai para a Junta e ela não tem um instrumento de sanção para punir os infratores. A sanção que existe é muito aleatória.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Acho que V. Exa. está um pouco desatualizado sobre o convênio.

Estou de acordo em que, talvez, o café não seja um produto pago bem ou demais. Se houver melhor distribuição de recursos na área, teremos mudanças, o que já está ocorrendo. Conheço um grande caféicultor no Paraná que está plantando, com sucesso, alternando seja o trigo, que, para a remuneração, é maior do que o café.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Acredito que no Paraná, onde ocorrem geadas razoáveis, a rotação de cultura entre soja e trigo a setenta e dois dólares a tonelada é um grande negócio para o produtor. O GERCÁ financia o açúcar a vinte mil cruzeiros por saca. Não é possível às usinas, com apenas quatro ou cinco anos, auferir lucros. Portanto, é melhor que se dediquem à plantação de trigo e feijão-soja.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — O programa de diversificação implica em investimentos maciços, incluindo-se o armazenamento, transporte, assistência técnica e todos os instrumentos na universalização em parte o Governo do Estado do Paraná tentou fazer com recursos próprios.

A experiência, no Paraná, é no sentido de que a diversificação, conforme já teve início lá, inclui energia, estradas, armazéns e financiamento aos agricultores.

Com relação à observação do nobre Senador Nelson Maculan, tenho a dizer que, efetivamente, em Londres, foi aprovado, na última reunião, resolução da mais alta importância, proposta pela delegação dos Estados Unidos.

E a seguinte: o Art. 45 do Convênio prevê que, se os países não

membros do Convênio estiverem exportando mais do que 5% das exportações globais do café, os países consumidores são obrigados a estabelecer quotas para os outros países. Esta a tese da delegação americana.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTA — Deste modo, os países consumidores de café se obrigam a estabelecer mecanismo econômico e de controle maquinária interna para o melhoramento de suas importações. E, se estas atingirem a 5%, passa a entrar em vigor o controle sobre as quotas no contingenciamento automático da capacidade de exportar dos países-não-membros para os países-membros consumidores.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Permita-me, V. Sa. uma pergunta. Aqui estou a título de colaboração apenas. Quais os signatários do Acordo, que exportaram? Tenho aqui, um anuário de 1964, quando houve uma exportação igual praticamente com diferença de duzentas e poucas sacas de café, para os Estados Unidos e Europa. Por que nossa posição foi desvantajosa, uma vez que os nossos concorrentes venderam além de suas cotas?

Repito que não vim aqui para discutir, apenas para colaborar. O assunto é de interesse de todos os brasileiros. Costumo dizer que quando o café vai mal, abala o nosso desenvolvimento. Creio que ninguém no mundo pode trabalhar por conta própria, nos dias atuais. Mas é preciso respeitar os direitos de cada povo. Os países que exportam além de suas cotas, deviam ter o mesmo mecanismo dos países não signatários; devia ser válido também para eles esse mecanismo. Levar o problema para as confabulações apenas, terminam perdendo-se no passado e continuando a coisa como está. Ai, os prejuízos dos países que cumprem a sua cota, como o Brasil, são irreparáveis.

Dai a minha sugestão para que também esse mesmo dispositivo seja aplicado para continuar a funcionar com os nossos signatários. Teríamos praticamente a exportação ordenada e coordenada no sentido do bem estar de todos os países.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — O objetivo das delegações brasileiras no convênio tem sido exatamente o de aprimorar os mecanismos de policiamento e de penalidade do convênio. Encontramos o convênio enfraquecido, mas o importante — e chamo a atenção de todos os Srs. Senadores — é que haja um sentido de aprimoramento. Se estivéssemos, ao contrário, vendo o acordo sendo debilitado, é que seria motivo de grande preocupação. Há um grande sentido de aprimoramento, principalmente para participação hoje muito grande dos países consumidores.

Quero lembrar que na última reunião em Londres os países consumidores votaram com o Brasil, em todas as resoluções — mil votos em mil — reforçando a política, disciplina e imatura (?) do Brasil. Foi fato importante da história do convênio. Estamos com várias causas em curso no convênio. Além do controle do artigo 45 que acabei de explicar, além da exigência cada vez mais intensa do certificado de origem além do compromisso formal dos consumidores de fiscalizarem a entrega do café, nós estamos estudando também e há um grupo de trabalho no momento em curso para que os certificados tenham o controle de uma agência internacional idônea. Está em discussão, inclusive o uso da "suaveza" da Superintendência, para que esses certificados sejam autenti-

cados na origem, sejam controlados na chegada e sejam computados em Londres eletronicamente para pronta apuração de infrações e de penalidades. Agora, no último ano encerrado em 31 de setembro, foi o de menor infração da ordem de um milhão de sacas.

De maneira que é um grande sentido os países estão compreendendo que as ofertas irregulares estão diminuindo o mercado, estão compreendendo que a continuidade das disciplinas forçaria o Brasil a mudar a sua política, talvez de forma emocional, causando a desgraça coletiva.

De modo que estamos percebendo que o Acordo é um instrumento necessário, sem o qual a economia do café vai sofrer um novo impacto.

Não tenho dúvida de que esse instrumento, ou semelhante, não pode deixar de existir no mercado para regular a oferta.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Pelo que o Senador Nelson Maculan disse, tenho a impressão de que ele acha que não há no Acordo Internacional do Café uma reciprocidade desejada. O Diretor-Gerente da Cooperativa de Caféicultores de Ribeirão Preto, Sr. Waldemar Angelo Pardi, também assinou que o convênio mundial se ressentia da reciprocidade necessária e inevitável dos acordos internacionais.

Pelo que vejo, parece que V. S. reconhece isso em parte, isso pois dirá que há um trabalho no sentido de se melhorar, até chegarmos a um resultado satisfatório.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — Sr. Presidente, encontramos o acordo em vigência. Foi aprovado pelo nosso governo e ratificado pelo Congresso, com todas as suas franquias e fraquezas que foram aparecendo à medida que executado. Os que o redigiram e aprovaram, naturalmente, estavam certos de apresentar um instrumento acabado. O acordo, porém, tinha falhas sofria esses problemas de ordem política. Devido o acordo, encontramos um certo ceticismo nas áreas consumidoras. Na verdade, as nações que assinaram o acordo são nações em desenvolvimento e que pensam poder desenvolver-se na disciplina. acham que o retorno ao clima anterior poderia resolver o problema. No entanto, as próprias nações consumidoras têm trabalhado com o Brasil, como Estados Unidos Alemanha e Suécia. Fato surpreendente, a regulamentação partiu dos Estados Unidos.

Apesar de saber que o acordo é um instrumento incompleto, tenho a impressão de que é um instrumento de aprimoramento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Se bem entendi, V. S. pretendeu justificar o fato de nem sempre termos alcançado as nossas cotas de exportação, assim agindo calculadamente para forçar a alta dos preços e redução do consumo mundial que, afinal — segundo V. S. declarou — baixou para 43,5 milhões de sacas. É isto?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não me referi a consumo, falei em exportação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Sim, mas baixando as cotas mundiais de exportação isso melhoraria o preço e, talvez por isso, o Brasil, propositalmente, não tenha exportado sua cota. É esta a razão de não termos alcançado nossa cota?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A explicação que dei, é a seguinte:

um mercado em que a oferta é maior que a demanda, o país ou os países que mantiverem a política de preços mais ou menos rígido sustentando o mercado, arcarão com o ônus da sustentação.

Era a política que o Brasil vinha adotando há trinta anos, e a medida do café por força das circunstâncias. Agora ele abandona essa política porque acredita ter encontrado outro mecanismo mais satisfatório. De fato, hoje o Brasil pode se dar ao luxo de alterar os seus preços sem com isso influir no mercado negativamente, como era no passado.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Há pouco mais de um mês na gestão de V. S. foi feita uma resolução que garantia ao importador...

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — V. Exa. refere-se à baixa de preços na Bolsa?

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Não se pode vender café a 38,45 centavos. Eu por exemplo tive o menor incentivo em vender café para o vendedor do que para o IBC.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nobre Senador, semana passada conversei com vários exportadores, os principais exportadores em Santos e todos eles demonstraram seu otimismo, pediram que o IBC não modificasse sua estrutura vigente.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Tenho em mãos a Carta Semanal do Mercado do Café. E Carta publicada semanalmente, representando o mercado físico da Bolsa. É a síntese de todo o mercado de café.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Hoje o preço do café evoluiu para 38,25, o que permitiu que na estrutura interna, alguém exportasse café.

Mas vamos para outra área, a formação de preços internos no Brasil que sustenta os preços, não só garante o financiamento, como a compra. Na realidade, por deficiência ainda da estrutura do I.B.C. e também da Carteira especializada do Banco do Brasil, temos Estados produtores, principalmente o Paraná, que vendem café abaixo do preço de garantia. Há poucos dias um produtor de Minas Gerais vendeu café à Cooperativa, entregue ao armazém do I.B.C., abaixo do preço de garantia. Assim, o comerciante que compra café abaixo do preço de garantia, tem condições, também, de vendê-lo por preço mais baixo.

E' o que estava ocorrendo. Encontramos algumas companhias estrangeiras, no interior, arbitrando preço no exterior, dando, assim, uma deformação no preço externo do produto. Há produtores que não gozaram da mesma facilidade, ou não tiveram a mesma eficiência. Uma cooperativa, por exemplo, tem de dar ao seu cooperado o preço mínimo, que o Instituto Brasileiro do Café garante. Se esse preço mínimo é maior do que a cotação externa, fica a cooperativa impossibilitada de vender. Temos de corrigir, mas isso nada tem que ver com a política brasileira de café. É uma deformação conjuntural ou estrutural.

E' conjuntural porque é uma circunstância qualquer. Estamos, porém, atentos, procurando corrigir.

Em Santos, no momento, não há essa deformação. As exportações multitos regulares e os produtores obtendo até preços muito bons.

Em Paranaíba, de fato, havia esse processo. Acreditamos, todavia, que

irá pouco a pouco se recompor. Terão que voltar a comprar em Paranaguá. Estamos acompanhando o mercado dia a dia, com os torradeiros americanos, sabendo que se prepara a voltar a Paranaguá, o que forçadamente levantará o preço.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, minha primeira pergunta: é séria a ameaça que o produto agrícola sofre do café sintético ou de outra forma de produto industrializado?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não há, até o momento, nenhuma evidência. Sofremos muito, mas até agora era a concorrência do café de má qualidade. Na realidade, com a introdução em larga escala do café solúvel, tivemos a entrada violenta do café robusta, sem aroma. O ato deve caracterizar uma reversão no estado de coisas. Tivemos contatos pessoais com os principais torradeiros americanos, e encontramos grande ceticismo com relação à qualidade. Diziam: o que vendemos é preço, está acabado. Atualmente, encontramos grande evolução, achando eles certa a tese que defendíamos: que a má qualidade, nos Estados Unidos estava provocando, estava causando no mercado não o seu crescimento, mas o declínio. Dêramos ênfase ao fato, e disséramos: vocês estão cavando a própria sepultura no comércio do café. Devem voltar à qualidade. Estamos recebendo informações de que tal ocorre agora. Um grande torradeiro americano — não estou autorizado a declarar o nome — que há muitos anos se afastara do Brasil, retornou ao nosso mercado, na convicção de que tivera de modificar seu lema.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Eu observei, quando estive nos Estados Unidos, os próprios industriais americanos me disseram que o café africano fez com que houvesse retração no consumo, daí a necessidade de comprar café latino-americano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Antes de proseguirmos, o Diretor da Cooperativa de Ribeirão Preto disse-nos aqui, que o IBC não estimula, absolutamente, a melhoria do tipo, a higienização do café. Ele nos declarou isso aqui e, no entanto, V. Sa. está dizendo que o pensamento é de procurar melhorar o tipo.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vou dar só uma informação que me parece perfeita para esclarecer a dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Dúvida levantada com a declaração do Diretor da Cooperativa de Ribeirão Preto.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nós exigimos que as exportações de café se façam do tipo 5 para melhor, o que indica o interesse do IBC em promover a melhoria do tipo, e conflita com a informação do Sr. Pardi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Acrescentou o Sr. Pardi que o sistema cronológico de exportação e não o de livre trânsito, faz com que o Instituto misture os diversos tipos e não favoreça aqueles que procuram dar um tipo melhor de café.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sr. Presidente, o livre trânsito é assunto sobre o qual há opiniões conflitantes: as Cooperativas defendem o livre trânsito porque, como elas preparam seus cafés no interior, não têm armazéns próprios. Elas teriam, en-

tão, direito de levar os cafés para bordo, sem passar pelo cumprimento da ordem cronológica e nos armazéns. Por outro lado, o comércio reclama que esse fato de as cooperativas tirarem do mercado os cafés mais baixos do Brasil é que dá aos nossos concorrentes vantagens, porque não conseguimos cafés com preços e qualidades adequados.

O ano passado, o IBC manteve a estrutura tal como a encontrou: ordem cronológica de café para o comércio e livre trânsito para as cooperativas. Mas nos parecia uma situação discriminatória para um e para outro. Este ano, fizemos uma modificação fundamental e que em certos círculos ainda não foi bem compreendida, inclusive na área dos cafeicultores. É o seguinte: os cafés são registrados, são depositados em armazéns gerais ou de cooperativas, mediante um recibo, ou despachados. Com esses documentos são registrados na agência do IBC. Essas datas, então, é que são válidas para a liberação para exportação. Mas o café pode ficar depositado em qualquer momento, atendendo, dessa maneira, aos reclamos das cooperativas. Por outro lado, eliminou-se o livre trânsito, puro e simples, atendendo aos reclamos do comércio. Em outras palavras, hoje, qualquer entidades exportadores — comerciante ou cooperativa — poderá preparar seu café, depositá-lo, registrá-lo e exportá-lo com livre trânsito, como liberado.

No ano passado as próprias cooperativas propuseram um acordo com o IBC para evitar os efeitos depressivos no mercado da oferta de café em qualquer volume, para que o livre trânsito fôsse liberado por quotas. Os detentores de café podem, à medida que os cafés forem sendo liberados, exportá-los de qualquer ponto em que eles estejam armazenados, combinando a ordem com o livre trânsito. Essa prática tem aprovado e feito sucesso. Não tem havido nenhum inconveniente.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Pedro que sei isso ocorre somente com as cooperativas. Qualquer firma pode depositar no armazém e entrar na ordem cronológica?

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não. É o seguinte. Todos os cafés são depositados. Então o IBC avisa que todos os cafés de julho, agosto, setembro, por exemplo, estão liberados para exportação. Os detentores desse café podem liberá-los com livre trânsito.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Mas não é livre trânsito. Quando atinge a ordem cronológica o café é apenas liberado da sua retenção.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não tem que ficar no seu encaminhamento passado. O café pode estar depositado em Bauru ou em Londrina, digamos, e o Conselho poderá apreciá-lo; assim o Governo poderá saber qual o café depositado a qualquer momento, seu montante e a localização, isto é, em que porto.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Perdôe-me V. Sa., as in-

terrupções seguidas, mas quero ainda dizer que o excesso, de certo modo, funciona como instrumento de pressão nos preços, pois se se aumentar naturalmente se aumentará a oferta e assim o mercado comprador passa a ser vendedor. Então por exemplo, eu como comprador, fico especulando na base de todas as ofertas. Aliás a própria Lei nº 279 foi sabida nesse sentido, data venia em discordar de V. Sa., porque o Instituto Brasileiro do Café poderá estabelecer as cotas por portos e por firmas. Esse foi o nosso problema, e o Dr. Satamini nos acompanhou neste trabalho; nosso pouco êxito foi justamente em estabelecer as cotas. Ocorreu, então, que se acabou com o trânsito livre, com as cooperativas, acabou tudo. Então cada exportador sabia, de antemão, que só podia receber aquele contingente e isso fez com que outros levasssem vantagens, mantendo seus contingentes de café. V. Exa. me perdôe, mas o interesse é construir.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Peço atenção para o fato de estarmos interessados em manter a mesma regulamentação. Santos, por exemplo, já parou a liberação porque considera que há café disponível. O café que está no Porto não fazemos muita questão este ano. O Porto recebe quantidade razoável de café para operação anual do comércio. Mas o comerciante, o produtor, as cooperativas do interior, onde há mais estoques de estocagem têm ali acesso. Neste ponto, considero o nosso sistema altamente progressista em relação ao passado.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — O nosso objetivo foi trazer o mercado de café do interior. É sempre a mesma história. O Porto fica com o café tantos meses para ser liberado. No fim, joga-se o café fora causando prejuízos. Analisemos bem o sistema inclusive a cafeicultura nacional, a maneira de disciplinar a oferta. Já estamos contidos pelo Convênio do café em 4.1/2. É fácil fazer a exportação por dois e três anos e manter a cota básica, de acordo com o princípio do Convênio Internacional do Café.

O mercado de café começou a reagir exatamente quando aplicamos o regime de cotas. O mercado era uma balbúrdia. Com o sistema que introduzimos, o que aconteceu? Valorizou-se o café exportado, cresceu o valor no porto. Sabiam os exportadores que nos portos de Santos, do Rio de Janeiro, só poderiam exportar determinadas cotas. A grande dificuldade é a disciplina da oferta. Temos o café no interior — como o Senhor disse, muito bem — mas se o exporta...

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Desde que liberado. Esse, aliás, é um ponto para o qual chamamos a atenção dos Srs. Senadores. A necessidade de liberação é uma espécie de torneira que nos permite controlar, mantendo determinado limite.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Qual a cota? Acima de um milhão e meio, não?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O único porto dispondo de mais café é Santos. Outros estão abaixo — Paranaguá com quinhentas mil sacas, Rio de Janeiro com quatrocentas mil.

Expedimos, há pouco, uma resolução, que constitui importante instrumento, regulando as cotas, de acordo com o convênio para contrato por porto. Não queremos os contratos individuais, porque, nos últimos tempos, as companhias estrangeiras tinham predominio sobre as nacionais. Então

nós preferimos dar a regulamentação indireta, controlando a liberação e controlando o limite por porto, e permitindo que o brasileiro vá competir com o estrangeiro, que esta é a principal condição. Este é motivo de não termos concedido uma cota individual.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Há um fator que deve ser lembrado. Os cafés nos portos descoloram muito mais rapidamente, o que no interior. Isso pode ver quando estava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro: os cafés de Trapana estavam perfeitos; foram para Santos, perderam seu valor. É um fator importante a ser considerado.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sr. Senador, estamos fazendo todo o esforço para que o estoque de cafés nos portos seja limitado, principalmente os cafés do IBC. Tanto que ultimamente fizemos uma análise econômica e verificamos que valeria a pena pagar despesa de transporte para fazê-los retornar ao Planalto, para evitar caruncho e desperdício. Porque as taxas de armazenagem no interior são mais baixas.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Parece que o Senhor não respondeu, ainda dentro do âmbito da pergunta do Senador Feliciano, se o Instituto não estimula a melhoria dos tipos de café.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Para os tipos 3, 4 e 5 o Instituto paga um preço só.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — É o seguinte. Nós pagamos um preço, no chão, para café tipo 5 para melhor. Porque temos grandes dificuldades com nossas máquinas fiscalizadoras, e grandes diferenças de café. São muito diferentes para serem fiscalizados e controlados.

O IBC está interessado em aprimorar os tipos de exportação. Este ano não estamos permitindo a exportação de qualquer tipo. Estamos fazendo seleção dos cafés que, normalmente, se encaminham ou para estoque ou para o mercado. As principais cooperativas e os produtores estão selecionando cafés melhores para manter no registro de exportação. Os cafés despolpados estão, inclusive, isentos de pagamento de cotas, o que é um incentivo à exportação.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Qual a situação atual do Fundo de Reversão do Café, aquele que é entregue ao Ministério da Fazenda e colocado no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — V. Exa. se refere ao Fundo de Defesa do Café. Ele está sob o controle do Banco Central. Esses recursos, inclusive, no passado, não estavam sendo contabilizados numa conta independente. O IBC, nesta administração, está fazendo estudos de comum acordo com o Banco. Mantemos total controle dos recursos, lançando desdobros de financiamento, etc. Justamente o saldo deste Fundo servirá para manter os preços externos estáveis e o fluxo quantitativo regular de exportação. Pretendemos utilizá-los do seguinte modo: em vez de os devolvermos ao produtor, pretendemos devolvê-los, total ou parcialmente, através dos investimentos.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — O Fundo de Reversão será harmonizado com essas atividades ou terá ação imediatamente?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — É intenção do Governo vincular esses recursos ao programa.

Já o Fundo Internacional estabelece pagamento em dólares e o Fundo de Reserva em cruzeiros. Pretende-se, pois, que os recursos nacionais tanto como os internacionais sejam aplicados na programação.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — E a fixação da quota não impede a expansão do mercado consumidor?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Na realidade, quando os preços de café atingem níveis muito elevados, há grande tendência para a restrição do seu consumo.

Realizamos, nos Estados Unidos, grande campanha contra os preços que ali atingiram nível alto. Não temos dúvidas em que o preço do dólar seria satisfatório para o consumidor de país rico. Mas já caracterizei muitas vezes, o Brasil como um País que encara a questão de modo realista. Nosso País não criou empecilho ao aumento de consumo, e nossos preços são aceitáveis para qualquer dona de casa, isto é, para quem consome.

Agora, temos uma figura muito cara, que é o subconsumo, principalmente por má qualidade e má promoção, a par de milhões e milhões de dólares com despesas de propaganda.

No momento, estamos envidando todos os esforços neste sentido: conseguirmos colocar o Fundo de Propaganda, que tem 7 milhões de dólares, no corrente ano, para operar no mercado. Não é muito dinheiro mas o suficiente para as primeiras reivindicações de condições no mercado, de como orientar bem a propaganda. A tendência — e, no Brasil, tem liderança — é que os países paguem mais recursos para a propaganda do café como bebida, de modo que seja feita em maior escala, no mundo.

O Brasil realiza atualmente pesquisas de como orientar a sua propaganda. No passado, tivemos, infelizmente, resultados negativos em nossa propaganda, porque não foi bem planejada e foi muito diversificado o mercado. Temos de vincular a propaganda nacional à internacional; esta, fazendo a propaganda da bebida, do café, em conjunto; o Brasil, com o seu café, desde que consiga a fórmula. Pedimos a uma Companhia idônea que estudasse os meios de o Brasil bem difundir o seu café.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Mas a Colômbia faz propaganda, promoção do seu café, nos Estados Unidos, em todo o mundo.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Senador, posso dar um testemunho pessoal.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Nos Estados Unidos, o café colombiano tem aceitação 100%. É muito boa a aceitação e um dos cafés melhores reputados como em várias partes. Julgo que se tem muita coisa para fazer em matéria de promoção de café e de um certo modo tem havido uma promoção mal orientada. Se analisarmos bem, no mundo inteiro predomina o trust do café, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, grandes firmas monopolizam a distribuição do café. Lançam as suas marcas e gastam milhões de dólares em propaganda e qual o objetivo? Comprarem matéria prima mais barata para poderem fazer face às despesas de promoção. Andamos pelo mundo inteiro e vimos que o café é misturado, como faz o italiano. Há muito erro, também, nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos há um consumo maior e o consumo da Europa é baixo.

Então, compreendo que a maior cooperação dos países importadores é a redução paulatina dos ônus sobre o café. A França, a Itália e a Alemanha poderiam aumentar o consumo. Na Itália uma pessoa compra, de um modo geral, cem gramas de café. Só o fato da unidade de peso revela que comprar mais café é muito oneroso para a bolsa do cidadão.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Realmente, estamos de acordo. Exatamente por causa disso que o Brasil está tentando os meios necessários para a expansão suficiente do café.

Pego a atenção especial de Vossas Excelências para o caso da Colômbia, pois temos debatido esse problema com eles.

Na realidade, a propaganda que a Colômbia tem feito não tem vendido muito café. De maneira que eles estão um pouco céticos com relação ao resultado de seu método de propaganda. Eles estão, agora, envidando esforços no sentido da diversificação do mercado.

A Colômbia está tentando entrar no mercado da Escandinávia, onde o Brasil é dominante, pois está preocupada com a estabilização do mercado dos Estados Unidos, apesar de toda a propaganda feita. Conversei com torrefactores de cafés colombianos 100% que me disseram que não têm encontrado vantagens e que terão de voltar ao estilo normal.

O problema da produção é complicado e devemos colocá-lo em termos de produção e consumo. É preciso uma propaganda que evite o subconsumo.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Dentro do prazo do Acordo Internacional, temos possibilidades de fazer essa diversificação, desde que o Acordo não seja rompido?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Teremos que fazer. O Acordo deverá ser renegociado porque termina a prazo curto.

Acho que a questão de controle da produção é fundamental. A capacidade de produção é muito maior que a de consumo.

De maneira que as economias dos países não terão como suportarem esse ônus. Notícia muito importante nos vem da Costa de Marfim que, tendo iniciado a sua exportação com determinada cota, por falta de recursos adicionais necessários não pôde manter a compra interna nos níveis anteriores. Caso semelhante aconteceu no Brasil que baixou sua cota de 38 a 30 milhões de sacas. E este fato é muito sintomático. Indagado sobre qual seria a solução para o problema brasileiro, eu respondi que a única solução seria reduzir o preço interno para provocar a diversificação e assim ter recursos para suportar o excesso de produção. Evidentemente este é problema político muito sério, porque o Governante que tiver coragem de provocar a redução do preço interno sofre pressão muito forte, como foi o caso inclusive da Colômbia, recentemente.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Sr. Presidente, o ex-Presidente do IBC, nosso ilustre colega Senador Nelson Maculan, tem acompanhado com interesse o problema do café no mercado interno, como no externo.

Ouvi com atenção os importantes esclarecimentos de V. Sa. e me parece, realmente, que a política cafeeira no exterior está bem situada, e esperamos que este controle venha a permiti-

tir que o Brasil exporte as suas cotas com certificado de origem.

A nossa preocupação é com referência aos excedentes de produção. O Instituto terá que comprar, o que importa em despesas de bilhões de cruzeiros. O Instituto deve estar interessado em equilibrar, e já tem um programa à vista, de procurar não permitir a expansão da lavoura cafeeira, porque quanto mais se expandir os excedentes serão maiores, criando uma infinidade de problemas, como de armazenagem, transporte, sacaria etc.

Devemos encontrar uma solução para que continuamente não estejamos a produzir mais café do que podemos exportar.

Outra coisa: parece-nos que esse critério do preço único para todos os cafés do tipo cinco, não corresponde aos interesses do País, porque, se tivermos, pelo menos, um preço diferente para cafés de tipo melhor, teremos certa preferência também nos mercados consumidores.

São esses os dois pontos que nos preocupam. Em primeiro lugar a fórmula a ser encontrada para limitar a produção do café no Brasil porque, como disse, essa imensa soma a ser empregada pelo Instituto, fará com que o Governo, fatalmente recorra a emissão de papel moeda, o que ocasiona a inflação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Permita-me V. Exa. um aparte. (Assentimento do orador) — De Poços de Caldas, São Paulo, arabo de receber o seguinte telegrama: (Lê:)

"Alarmados com as medidas do Banco do Brasil, suspendendo o financiamento do custeio agrícola do café, cento e quarenta e seis lavradores congregados nesta cooperativa, aprovaram moção de alergia às autoridades sobre as desastrosas consequências da medida que se mantida, representará o colapso da lavoura nacional e caos da zona tradicional de cafés finos. Dez mil dependentes rurais sofrerão reflexos da medida, caminhando a passos largos para a miséria e a fome. Confiemos no trabalho de V. Exa., no sentido da revogação, dando tranqüilidade aos lavradores. Suel Eyvandro Amarante — Cooperativa dos Cafeicultores de Poços de Caldas".

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Daí a dificuldade.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Seria mais uma prova dos inconvenientes da grande produção de café.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Devo esclarecer que o Banco do Brasil já reformulou sua posição anterior e vai fazer o custeio da entressafra.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Aliás, já está fazendo com os adubos.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — A questão da auto-suficiência...

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Em dado momento, o que se verifica é que, quando depende da emissão de papel-moeda, há a suspensão do pagamento. São fatores negativos que descontentam os produtores.

Estamos preocupados com a atual situação: nossa exportação não ultrapassará os 18 milhões de sacas, enquanto que não alcance essa cifra — enquanto a produção irá além de 30 milhões de sacas.

Estes dois pontos preocupam-nos: o excesso de produção e a particularidade de o I.B.C. procurar fazer com que os cafeicultores não produzam cafés finos.

Declarou-nos o D. Waldemar Angelo Pardi, Diretor-Gerente da Cooperativa dos Cafeicultores de Ribeirão Preto, aqui, nesta Comissão, que na última safra, a sua entidade teve que entregar ao I.B.C. um lote, se me não engano, de 500 ou 600 mil sacas de cafés finos, que foram misturados, nos armazéns, com os de tipo inferior. Não foram exportados, mas empilhados nos armazéns reguladores.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Separado e identificado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — De qualquer maneira ficam fazendo lastro.

Sobre os dois pontos — principalmente a superprodução, e, em segundo lugar a classificação de café — encontramos, nos Estados Unidos, preocupação. Tivemos lá reunião com industriais do café e visitantes grandes indústrias, como a da cidade de Oklahoma, onde nos disseram que precisava comprar café melhor, pois os africanos não têm sido bem aceitos pelo consumidor, o que faz com que a nova geração procure os refrigerantes. Consequentemente, os industriais procuram os países que produzem café fino, e nem sempre o Brasil os tem nos portos.

Gostaria que V. Sa. nos esclarecesse a respeito.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Querida — se V. Sa. me permite — aditar às perguntas do Senador Atílio Fontana alguns esclarecimentos.

Amanhã, na Câmara dos Deputados, deve ser aprovado o projeto-de-lei que institucionaliza o crédito rural no País. O projeto entrega ao Conselho Monetário Nacional a orientação de toda a política agrícola do País. Inclusive o Fundo de Defesa do Café foi incluído como um dos elementos componentes da renda interna, sob a forma de substitutivo para o financiamento.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vou dividir a minha resposta em três partes: o problema de excedentes, realmente temos um excedente no ano previsto da ordem de 16 e mais milhões de sacas. E a quantidade de café que o Governo está comprando compulsoriamente.

Isso vai ser acrescentado aos 50 milhões de sacas de café disponível e deduzido do café de consumo interno e mais os que o Instituto colocará à venda no comércio para suprir necessidades eventuais.

Aqui é necessário fazer a análise com um pouco de cuidado porque, esse nosso estoque de cafés, em parte, é necessário porque o Brasil é País sujeito a fenômenos climáticos sérios e já tivemos anos da lavoura ser totalmente atingida, em 1958, uma geada arrasou São Paulo, no Paraná isso é frequente, este ano parte de São Paulo foi atingida, de maneira que se estima mais ou menos uma safra e meia normal que oscila por volta de 30,35 milhões de sacas, deve ser mantida em estoque permanentemente.

Acresce notar que a primeira vez que se conceituou a necessidade desse estoque no Brasil, através de estudo feito no Paraná, foi objeto de muita controvérsia, muita discussão. Até que um dia o Fundo Monetário Internacional publicou um pequeno trabalho sobre o mercado de café em que também defendeu a tese de ser necessário

no País um estoque para manter a produção normal. Daí em diante — ninguém é profeta em sua terra — foi aceita a tese do Paraná, de que o Brasil devia ter esse estoque.

Nós estamos preocupados com a continuidade dessa proteção anual do estoque. Estamos procurando aprimorar o estoque, entregando ao consumo interno café de melhor qualidade. E nosso programa manter todo o estoque em perfeitas condições de armazenamento. Envidamos todos os esforços e temos quase todas as áreas já acertadas: Londrina, Curitiba; em São Paulo está sendo arrematado — Santos e Paranaguá — café que não podemos retirar, porque estão carunhados.

A meta é a produção, no Brasil, por volta de 25 milhões de sacas por ano, a fim de atender à exportação, ao consumo interno e eventual estoque de proteção.

Essa meta será objeto do trabalho daquela comissão ministerial que citei que vai publicar, nos próximos dias, seu primeiro relatório, traçando as diretrizes de amplo programa, visando a dar à lavoura estímulo para mudar democraticamente, sem, contudo, implicar em liberação da mão de obra, programa global e creio que fundamental para o futuro do País.

O outro ponto abordado pelo Senador Atilio Fontana é difícil de ser analisado em poucas palavras. Nós produzimos, por exemplo, 33 ou 30 milhões de sacas, sendo, em safra normal, metade ou 60% de cafés 5 para melhor, o resto de 5 para pior.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Esses de 5 para pior também são comprados pelo IBC?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O IBC não obriga ninguém a vender. Quando diz — eu compro compulsoriamente 16 milhões e meio de sacas de café presumimos que a metade não vendida seja a de melhor tipo, como em bedida.

Na prática estamos pondo uma barreira ao aprimoramento. É a decisão do produtor de encaminhar ao estoque do IBC e à exportação.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Tem melhor preço esse café?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sim.

O caso citado aqui foi provocado por um ano anormal. Não houve um fluxo normal. Estes cafés estão identificados e estocados separadamente no IBC. Este ano devemos ter uma deficiência de café de bebida.

Até o momento o café não é inflacionário, permitindo comprar o café e dar saldo no fim do período. É o ponto em que o Governo se bate.

Se mantivermos uma estocagem de racional produção com excedentes, chegaremos ao ponto de não ter recursos para a operação, como é o caso de cacau.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Antes de dar a palavra ao Senhor Senador Atilio Fontana, quero solicitar-lhe, que devido ao adiantado da hora, que Sua Excelência resumia a formulação das suas perguntas, para que outros Senadores também possam fazer indagações.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — As perguntas que quero fazer foram respondidas no decorrer dos debates. Desejaria saber, no entanto, com referência ao café tipo 5, qual o critério do Instituto Brasileiro do Café, nesse sentido.

O DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O Instituto Brasileiro do Café aceita e paga os cafés tipo sete. Os outros o Instituto os aceita pela média.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Essa medida foi interessante porque no ano passado se recebiam em libra. A média é o processo natural para o próprio IBC, que separa a cabeceira do lote e fica com o fundo para o consumo interno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, embora não pertença a esta Comissão Especial, peço licença para fazer algumas perguntas ao Ilmo. Dr. Leonidas Bório.

A primeira delas consiste no seguinte: é verdade que está o Instituto Brasileiro do Café ultimando providências no sentido de estabelecer escritórios comerciais em outros países além daqueles já existentes? E se é certo quais os países que seriam atingidos por essa iniciativa e as cidades onde seriam instalados esses escritórios e, ainda, quais as suas finalidades.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O Instituto Brasileiro do Café, nobre Senador Lopes da Costa, não está nem planejando instalar nem de ampliar qualquer escritório em qualquer país; apenas está mantendo os atuais escritórios em Nova Iorque em Hamburgo, em Milão e em Tóquio, como ainda aqueles em Beirute e em Hong-Kong.

Não há nenhum programa de ampliação dessa rede de Escritórios. Já retiramos do exterior aproximadamente 15 pessoas, por considerá-las desnecessárias, inclusive os Escritórios de Madri e de Viena. Os Escritórios, hoje, estão operando com grupos restritos e, a meu ver, de maneira satisfatória.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Porque a produção de café em Mato Grosso, estimada em 100 mil sacas, aproximadamente, destinada à República do Prata, não continuou sendo embarcada em Porto Esperança via fluvial e sim por via rodoviária, o que de certa forma facilita o contrabando?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Tanto quanto sei o embarque de café por via líquida promove o contrabando e dificulta a fiscalização.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Não é o caso de Mato Grosso que passa por fiscalização diversas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Temos tido grandes dificuldades inclusive no Paraná, ponto de grandes irregularidades na exportação. A nossa tendência hoje é que todos os mercados registrem o controle, o pagamento e o custo. Daí o seu escoamento por via líquida.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Estive, há pouco, em Ponta Porã e lá verifiquei contrabando.

A terceira pergunta é as cooperativas do interior não contam mais com as cotas de café que lhes eram atribuídas para serem fornecidas aos seus mercados.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sacaria nova ou sacaria usada?

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Francamente, não sei.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sacaria nova, nunca foi de praxe do IBC suprir.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — A Cooperativa de Consumo de Corumbá, em Mato Grosso, não tem recebido sua cota. Até cheguei a fazer, no ano passado, uma solicitação ao IBC, sem obter resposta.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Confesso que não recorro bem o regulamento.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Trata-se do café para consumo interno.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Mas o consumo interno é suprido com a sacaria do IBC.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Mas nossa cooperativa não tem recebido. Ou melhor, recebe por vias oblíquas — por contrabando.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Confesso, Senador, que não entendi bem.

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — As cooperativas de consumo interno não recebem, do IBC, as suas cotas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Mas estão registradas para recebê-las?

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Sim, tanto que as recebiam antes.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — E têm torrefação?

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Não, sempre revendiam o café em grão.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Está havendo um grande esforço do IBC para regularizar e moralizar o problema das torrefações. Há, espalhadas pelo país, milhares de torrefações sem qualquer fiscalização capaz de atender com eficiência o problema. Temos sido muito rigorosos, fechando todas aquelas que pegamos em flagrante ou em atos desonestos em relação ao café. Mas é um problema muito complicado.

Francamente, não conheço bem o detalhe de cooperativa com relação ao problema. Vou examinar. O Senhor poderia dar o nome da Cooperativa de Consumo, por favor?

O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA — Da Cidade de Corumbá, Mato Grosso.

E muito obrigado pelas informações.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — A propósito do consumo interno, há cotas de consumo interno?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Há cotas individuais por torrefador. Estamos levando um estrito controle. Apesar disso, sabemos que há muita irregularidade, muito desvio de café. Infelizmente, é um problema estrutural. E já temos aprovado pelo Governo da República um programa de extinção gradual de subsídio, levando o café a ser comprado diretamente na fonte de produção.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — Mas cota de consumo para os torrefadores, mesmo, não parece uma medida esquisita num país que tem excesso de café?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Mas é por uma razão. E' que vendemos um café que tem valor comercial de 35 mil cruzeiros por 2 mil. Se nosso café tivesse curso franco, voltariam os armazéns.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — Não seria melhor elevar o custo do consumo interno, para não prejudicar o consumo? Temos regiões, como o Amazonas, que ficam solicitando café, quase como esmola.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Mas está regulado. Temos estocagem em Manaus para atender o Amazonas.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — Meu Estado, por exemplo, Estado pequeno, fácil de controlar, onde quase não existe o contrabando, especialmente de café, no Estado de Sergipe, o Instituto controla, com muita facilidade, o consumo, porque todo o café remetido pelo Instituto é depositado num armazém do Estado. Ai é um fato a distribuição. Não vemos por que não limitar o consumo num Estado.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nós não limitados.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — Quando era Presidente do IBC o Sr. Senador Nelson Maculan, procurou para examinar a falta de café que havia no Estado de Sergipe. Ora, se há necessidade de aumentar o consumo, não há razão de limitar o consumo onde nenhuma razão de ordem policial existe por arcaísmo.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se de uma tarefa complicada — são oito milhões de sacas por ano e tudo fazemos para distribuí-las equitativamente todo o País. Para isso, abrimos armazéns em vários pontos do território nacional — Fortaleza, Belém, etc. Estamos mesmo enviando o café torrado e semitorrado para evitar o contrabando. Não há intenção de restringir o consumo.

O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA — (Presidente) — Tenho a impressão de que melhor que medidas policiais para evitar o contrabando, seriam os preços internos serem de tal maneira que não desviassem o apetite do desvio para o estrangeiro.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — Acabamos de ver aprovado um plano um pouco congelado — porque tem restrições de ordem social — no sentido de que, pouco a pouco, o Instituto Brasileiro do Café levante o preço do seu produto, de modo a que ele volte a ser o café normal da produção. Tal levará um ano a ser conseguido e, em muito, diminuirá os problemas concernentes do café.

O SR. NELSON MACULAN — Se tomarmos por base o preço de uma saca de café como de trinta mil cruzeiros, no mercado interno, chegaremos à conclusão de que será de difícil aquisição para o povo. Então, haverá a diminuição do consumo.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Posso assegurar aos Senhores que esta programação do café é séria, consciente e não comprometedora; ela é de interesse nacional.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Eu pediria que o Presidente do Instituto Brasileiro do Café nos desse ideia de quanto aumentou o consumo de café, no mundo, atualmente.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Infelizmente, tanto as nossas estatísticas como as internacionais são muito falhas. Ninguém pode dizer, com precisão, em quanto aumentou o consumo de café. No passado, houve grande confusão entre

aumento de estoque e aumento de consumo. Hoje, estamos em vias de aprimorar a estatística no mercado. Houve obrigatoriedade, nesse sentido, nos países que estocam, para um controle internacional. E' cedo, porém, para dar uma resposta.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas já está começado o estudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O café tem au-

mentado as divisas do País, ultimamente, ou diminuído?

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Tem mantido o preço interno, e esperamos que, neste ano, se mantenha em nível semelhante ao do ano passado, que foi a 759 milhões de dólares, a 53%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Agradeço, em nome da Comissão, ao Dr. Bório, pela atenção e tempo que nos dedicou. Fique cer-

to de que aqui estamos para colaborar com os senhores. Poderemos agir, no Senado, dentro de algum tempo, consoante as linhas que acabamos de traçar.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Muito obrigado.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Presidente — O assunto é tão palpitante e de tal interesse para nós, que houve tumulto nas per-

guntas e não nos pudemos satisfazer inteiramente, porquanto todos estavam ávidos de esclarecimentos que, aliás, o Sr. Presidente nos deu com muita competência, muito senhor do Instituto que dirige. Estamos plenamente satisfeitos e agradecemos a cooperação que trouxe para a nossa Comissão.

Está encerrada a reunião.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Adalberto Sena
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondin
 3º Suplente — Vasconcellos Torres
 4º Suplente — Raul Giuberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermirio
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 José Ermirio
 Nelson Maculan
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Dylton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
 2. Attilio Fontana
 3. Dix-Huit Rosado
 4.
 5. Daniel Krieger
 6. João Agripino
 7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

TITULARES

Jefferson de Aguiar
 Antônio Balbino
 Wilson Gonçalves
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Bezerra Neto
 Arthur Virgílio
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares
 5. Argemiro Figueiredo
 6. Melo Braga
 7. Oscar Passos
 8. Daniel Krieger
 9. Eurico Rezende
 10. João Agripino
 11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico

TITULARES

Pedro Ludovico
 Walfredo Gurgel
 Arthur Virgílio
 Melo Braga
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano
 2. Benedito Valladares
 3. Bezerra Neto
 4.
 5. Zacarias de Assunção
 6. Lopes da Costa
 7. Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Attilio Fontana
 Vice-Presidente: Senador José Ermirio

TITULARES

Attilio Fontana
 José Feliciano
 José Leite
 José Ermirio
 Nelson Maculan
 Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen
 Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer
 4. Bezerra Neto
 5. Melo Braga
 6. Zacarias de Assunção
 7. José Cândido
 8. Mem de Sá
 9. Aurélio Vianna
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

TITULARES

Menezes Pimentel
 Walfredo Gurgel

 Arthur Virgílio
 Padre Calazans
 Mem de Sá
 Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Edmundo Levi
 4. Melo Braga
 5. Afonso Arinos
 6.
 7. Josaphat Marinho
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfredo Gurgel
 Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende
 Mem de Sá
 Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Attilio Fontana
 2. José Guimard
 3. Nelson Maculan
 4. Eugênio Barros
 5. Menezes Pimentel
 6. Pedro Ludovico
 7. José Ermirio
 8. Edmundo Levi
 9. Melo Braga
 10. Oscar Passos
 11. João Agripino
 12. Adolpho Franco
 13. Daniel Krieger
 14. Josaphat Marinho
 15. Miguel Couto
 Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano
 Attilio Fontana
 Nelson Maculan
 Barros Carvalho
 Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen
 Dilton Costa

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer
 3. Vivaldo Lima
 4. Oscar Passos
 5. Lopes da Costa
 6. Eurico Rezende
 7. Aarão Steinbruch
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro
 Walfredo Gurgel
 Attilio Fontana
 Eugênio Barros
 Vivaldo Lima
 Edmundo Levi
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. José Guimard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira
 5.
 6. Pessoa de Queiroz
 7. Lopes da Costa
 8. Zacarias de Assunção
 9. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermirio

TITULARES

Benedito Valladares
 Jefferson de Aguiar
 José Ermirio
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller
 3.
 4. José Cândido
 5. Afonso Arinos
 6. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

POLICONA DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
 Sebastião Archer
 Argemiro Figueiredo
 Dix-Huit Rosado
 João Agripino
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite
 3. José Ermirio
 4.
 5. Lopes da Costa
 6. Antônio Carlos
 7. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
 José Guimard
 Jefferson de Aguiar
 José Ermirio
 Bezerra Neto
 João Agripino
 Antônio Carlos
 Lino de Mattos
 Mem de Sá

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro
 4. Melo Braga
 5. Edmundo Levi
 6. Daniel Krieger
 7. Adolfo Franco
 8. Aurélio Vianna
 9.
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES

Walfredo Gurgel
 Sebastião Archer
 Dix-Huit Rosado
 Antônio Carlos
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano
 3. Edmundo Levi
 4. Eurico Rezende
 5. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abraham
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castañon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

SACDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Walfrido Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péricles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch
SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermirio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péricles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Danias
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

TRANSPORTES COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.